



HISTÓRIA E DOCTRINA COOPERATIVISTA

Professor Me. Tiago Ribeiro da Costa

UNICESUMAR

Av. Guedner, 1610 - Jardim Aclimação
Cep 87050-900 - MARINGÁ - PARANÁ
unicesumar.edu.br
44 3027.6360

UNICESUMAR EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

NEAD - Núcleo de Educação a Distância
Bloco 4 - MARINGÁ - PARANÁ
unicesumar.edu.br
0800 600 6360

as imagens utilizadas neste
livro foram obtidas a partir
do site SHUTTERSTOCK.COM

FICHA CATALOGRÁFICA

C397 **CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ.** Núcleo de Educação a Distância; **COSTA**, Tiago Ribeiro da.

História e Doutrina Cooperativista. Tiago Ribeiro da Costa.
Maringá-Pr.: UniCesumar, 2016. Reimpresso em 2018.
177 p.

"Graduação - EaD".

1. História. 2. Doutrina. 3. Cooperativista. 4. EaD. I. Título.

ISBN 978-85-459-0323-9

CDD - 22 ed. 140
CIP - NBR 12899 - AACR/2

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
João Vivaldo de Souza - CRB-8 - 6828

Reitor

Wilson de Matos Silva

Vice-Reitor

Wilson de Matos Silva Filho

Pró-Reitor de Administração

Wilson de Matos Silva Filho

Pró-Reitor de EAD

Willian Victor Kendrick de Matos Silva

Presidente da Mantenedora

Cláudio Ferdinandi

NEAD - Núcleo de Educação a Distância

Direção Operacional de Ensino

Kátia Coelho

Direção de Planejamento de Ensino

Fabrcio Lazilha

Direção de Operações

Chrystiano Mincoff

Direção de Mercado

Hilton Pereira

Direção de Polos Próprios

James Prestes

Direção de Desenvolvimento

Dayane Almeida

Direção de Relacionamento

Alessandra Baron

Head de Produção de Conteúdos

Rodolfo Encinas de Encarnação Pinelli

Gerência de Produção de Conteúdos

Gabriel Araújo

Supervisão do Núcleo de Produção de Materiais

Nádila de Almeida Toledo

Supervisão de Projetos Especiais

Daniel F. Hey

Coordenador de Conteúdo

Silvio Cesar de Castro

Design Educacional

Maria Fernanda Canova Vasconcelos

Iconografia

Isabela Soares Silva

Projeto Gráfico

Jaime de Marchi Junior

José Jhonny Coelho

Arte Capa

Arthur Cantareli Silva

Editoração

Thayla Daiany Guimarães Cripaldi

Qualidade Textual

Hellyery Agda

Daniela Ferreira dos Santos

Ilustração

Bruno Cesar Pardinho



Professor
Wilson de Matos Silva
Reitor

Viver e trabalhar em uma sociedade global é um grande desafio para todos os cidadãos. A busca por tecnologia, informação, conhecimento de qualidade, novas habilidades para liderança e solução de problemas com eficiência tornou-se uma questão de sobrevivência no mundo do trabalho.

Cada um de nós tem uma grande responsabilidade: as escolhas que fizermos por nós e pelos nossos farão grande diferença no futuro.

Com essa visão, o Centro Universitário Cesumar assume o compromisso de democratizar o conhecimento por meio de alta tecnologia e contribuir para o futuro dos brasileiros.

No cumprimento de sua missão – “promover a educação de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento, formando profissionais cidadãos que contribuam para o desenvolvimento de uma sociedade justa e solidária” –, o Centro Universitário Cesumar busca a integração do ensino-pesquisa-extensão com as demandas institucionais e sociais; a realização de uma prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política e, por fim, a democratização do conhecimento acadêmico com a articulação e a integração com a sociedade.

Diante disso, o Centro Universitário Cesumar almeja ser reconhecido como uma instituição universitária de referência regional e nacional pela qualidade e compromisso do corpo docente; aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento de linhas de pesquisa; consolidação da extensão universitária; qualidade da oferta dos ensinamentos presencial e a distância; bem-estar e satisfação da comunidade interna; qualidade da gestão acadêmica e administrativa; compromisso social de inclusão; processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho, como também pelo compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.



Professor

Janes Fidélis Tomelin

Diretoria Executiva
de Ensino

Professora

Kátia Solange Coelho

Diretoria Operacional
de Ensino

Seja bem-vindo(a), caro(a) acadêmico(a)! Você está iniciando um processo de transformação, pois quando investimos em nossa formação, seja ela pessoal ou profissional, nos transformamos e, conseqüentemente, transformamos também a sociedade na qual estamos inseridos. De que forma o fazemos? Criando oportunidades e/ou estabelecendo mudanças capazes de alcançar um nível de desenvolvimento compatível com os desafios que surgem no mundo contemporâneo.

O Centro Universitário Cesumar mediante o Núcleo de Educação a Distância, o(a) acompanhará durante todo este processo, pois conforme Freire (1996): “Os homens se educam juntos, na transformação do mundo”.

Os materiais produzidos oferecem linguagem dialógica e encontram-se integrados à proposta pedagógica, contribuindo no processo educacional, complementando sua formação profissional, desenvolvendo competências e habilidades, e aplicando conceitos teóricos em situação de realidade, de maneira a inseri-lo no mercado de trabalho. Ou seja, estes materiais têm como principal objetivo “provocar uma aproximação entre você e o conteúdo”, desta forma possibilita o desenvolvimento da autonomia em busca dos conhecimentos necessários para a sua formação pessoal e profissional.

Portanto, nossa distância nesse processo de crescimento e construção do conhecimento deve ser apenas geográfica. Utilize os diversos recursos pedagógicos que o Centro Universitário Cesumar lhe possibilita. Ou seja, acesse regularmente o AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem, interaja nos fóruns e enquetes, assista às aulas ao vivo e participe das discussões. Além disso, lembre-se que existe uma equipe de professores e tutores que se encontra disponível para sanar suas dúvidas e auxiliá-lo(a) em seu processo de aprendizagem, possibilitando-lhe trilhar com tranquilidade e segurança sua trajetória acadêmica.

Professor Me. Tiago Ribeiro da Costa

Engenheiro Agrônomo e Engenheiro de Segurança do Trabalho formado pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre na área de Genética Quantitativa e Melhoramento Vegetal, formado pela Universidade Estadual de Maringá e docente do Centro Universitário Cesumar – Unicesumar desde 2012.

SEJA BEM-VINDO(A)!

Prezado(a) aluno(a), seja bem-vindo(a) à obra “História e Doutrina Cooperativista”.

É um prazer recebê-lo(a) e poder compartilhar com você os conhecimentos sobre a história e a doutrina que cerca esta importante instituição organizacional em nossa sociedade que é a cooperativa.

Trata-se de uma humilde contribuição à sua elevação pessoal e profissional, considerando minha expertise e experiências sobre cooperativas e organizações associativas.

Possuo experiência de trabalho extensionista junto a agricultores familiares e urbanos da região noroeste do Estado do Paraná, e esta experiência contribuiu para a elevação de meus conhecimentos na área cooperativa, bem como o fato de já ter estudado e lecionado sobre o assunto junto ao curso de Tecnologia em Agronegócios – EAD Unicesumar.

Por meio desta obra, pretendo trazer a você uma discussão bastante acessível sobre a história e a doutrina do cooperativismo, iniciando nossas discussões sobre a base filosófica da criação das organizações associativas, conceituando os termos que orbitam ao ideário do cooperativismo e, ainda, diferenciando-os dos conceitos de associativismo e sindicalismo, outras organizações associativas que possuem similaridades importantes ao cooperativismo.

Desta forma, nossa primeira unidade apresenta tais conceitos e, ainda, nos alerta para a existência das cooperativas instrumentais ou de fachada, que, diferentemente das verdadeiras, servem para finalidades que não obedecem aos princípios e à doutrina cooperativista, em especial no que tange à promoção do desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, a segunda unidade nos apresenta um panorama histórico do surgimento das cooperativas, delimitando os acontecimentos históricos do século XIX que foram decisivos para a criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda., uma cooperativa de serviços e de consumo que visou, em princípio, suprir as demandas dos trabalhadores das indústrias londrinas de maneira mais solidária.

Vale salientar que a experiência de Rochdale não foi a primeira experiência cooperativista, tendo em vista que outras experiências na Idade Média (Corporações de Ofício) e na Idade Moderna (Missões Jesuíticas na América do Sul) apresentam elementos que as permitem classificá-las, ao menos parcialmente, como experiências cooperativistas.

Uma vez que esta obra aborda não somente sobre o cooperativismo mas também sobre as organizações associativas, julguei de bom alvitre trazer informações sobre as associações e sindicatos, levando em consideração especialmente os trâmites para sua estruturação e manutenção. Assim, a unidade III nos apresenta, de forma dialogada, tais informações e ainda serve de subsídio para que você, futuro Gestor(a) de Cooperativas, possa ampliar seus horizontes de trabalho em outras organizações associativas que apresentam demandas na área organizacional, operacional e de gestão.

APRESENTAÇÃO

Por fim, as duas últimas unidades tratam de dois elementos que não são muito vistos no contexto da doutrina cooperativista, mas que são essenciais para o sucesso de qualquer cooperativa: O empreendedorismo, por meio da atitude empreendedora (unidade IV) e a Responsabilidade Social (unidade V).

A unidade IV apresenta-se totalmente voltada ao desenvolvimento de competências pessoais e de gestão para você que nos acompanha nesta leitura. Trata-se de discussões bastante incisivas, feitas por meio de conceitos e exemplos, que servem para que você possa desenvolver o caráter empreendedor em suas ações no sentido de articular a criação e a manutenção das cooperativas em seus diferentes contextos (agrícola, de crédito, educacional, de consumo, etc.). Como Gestor de Cooperativas, convido-o(a) a ler atentamente esta unidade, pois lhe servirá demasiadamente para a adoção do empreendedorismo e da proatividade nos processos.

Já a unidade V apresenta a intrínseca relação entre a ação cooperativa (e o próprio cooperativismo em si) com as estratégias de Responsabilidade Social. Por meio desta unidade, vamos compreender que as cooperativas, em sua essência, exercem papel fundamental no desenvolvimento de seus cooperados e das comunidades que as cercam. Da mesma forma, a instalação e a operação de uma cooperativa envolve interferências que podem ser interpretadas como impactos de ordem ambiental, social, econômica e culturais, os quais devem ser mitigados.

Desta forma, as cooperativas, além de serem plenas representações da Responsabilidade Social, também devem cumprir suas premissas. Somente com este pressuposto atendido é que podemos inferir que a cooperativa, de fato, está promovendo um verdadeiro e consistente processo de desenvolvimento aos cooperados e aos demais atores sociais envolvidos. Assim, a unidade V apresenta subsídios importantíssimos para que você, futuro Gestor(a) de Cooperativas, possa compreender, praticar e avaliar a eficiência da Responsabilidade Social frente a uma cooperativa.

Você perceberá que a estrutura desta obra se encontra embasada no diálogo e na fluidez dos assuntos, de maneira que, em muitos momentos, recuperaremos assuntos que foram dialogados em unidades anteriores. Da mesma forma, disponibilizamos algumas atividades que lhe auxiliarão na formação do conhecimento e na complementação das informações. Tais atividades serão identificadas oportunamente ao longo da obra.

Esperamos que você possa desenvolver seus conhecimentos com os assuntos discutidos. Será um prazer lhe acompanhar neste universo do conhecimento chamado “História e Doutrina Cooperativista”. Vamos iniciar nossa jornada?

Uma ótima leitura!

UNIDADE I

PRÓLOGO SOBRE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS E COOPERATIVISMO

- 15 Introdução

- 16 Lógica Histórico-Filosófica da Criação das Organizações Associativas

- 19 O Capitalismo Como “Estopim” Para a Evolução do Cooperativismo

- 26 O Cooperativismo

- 28 Considerações Finais

- 36 Referências

- 38 Gabarito

UNIDADE II

PRINCÍPIOS E ORIGENS DO COOPERATIVISMO

- 41 Introdução

- 42 Origem e Princípios do Cooperativismo no Mundo e no Brasil

- 48 Atual Estruturação do Cooperativismo no Mundo e no Brasil

- 49 O Cooperativismo Passo a Passo

- 58 Considerações Finais

- 70 Referências

- 71 Gabarito



UNIDADE III

DIFERENCIANDO AS COOPERATIVAS DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

75	Introdução
76	Associativismo
80	Características Gerais de uma Associação
85	Dificuldades nas Ações Cooperativistas e Associativistas
88	Sindicalismo e Atuação do Gestor de Cooperativas no Mundo das Organizações Associativas
92	Considerações Finais
98	Referências
99	Gabarito

UNIDADE IV

A ATITUDE EMPREENDEDORA E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO DE COOPERATIVAS

103	Introdução
104	Atitude Empreendedora e exemplos históricos
127	Considerações Finais
133	Referências
134	Gabarito



UNIDADE V

AS COOPERATIVAS E OS PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

137 Introdução

138 Responsabilidade Social

140 Argumentos Contra e a Favor da Responsabilidade Social Empresarial

151 O Papel das Organizações e a Responsabilidade Social

153 As Cooperativas, a Sustentabilidade e a Responsabilidade Social

153 Corporativa Sob o Enfoque da Ética

158 Balanço Social e os Relatórios de Sustentabilidade

166 Considerações Finais

174 Referências

176 Gabarito

177 CONCLUSÃO



PRÓLOGO SOBRE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS E COOPERATIVISMO

UNIDADE

I

Objetivos de Aprendizagem

- Problematizar a criação das Organizações Associativas como forma de expressão democrática e produtiva do ser humano frente a um paradigma capitalista em crise.
- Proporcionar a discussão e a construção dos conhecimentos acerca do Cooperativismo..

Plano de Estudo

A seguir, apresentam-se os tópicos que você estudará nesta unidade:

- Lógica histórico-filosófica da criação das Organizações Associativas
- O capitalismo como “estopim” para a evolução do cooperativismo
- O Cooperativismo

INTRODUÇÃO

Prezado(a) aluno(a), seja bem-vindo(a) ao primeiro tema de nosso material. Neste instante, iniciaremos nossa discussão apresentando-lhe um “prólogo” sobre o assunto, ou seja, demonstraremos todos os elementos históricos e filosóficos que serviram de base para que a sociedade pudesse se organizar em moldes diferenciados de quaisquer formas organizacionais antecedentes.

Perceba que, em um primeiro momento, não estamos definindo tais formas organizacionais como cooperativas, associações, sindicatos ou similares, tendo em vista que, à época, tais conceitos não existiam e, epistemologicamente, estavam sendo desenvolvidos. Apenas após a primeira metade do século XIX é que a maturidade de tais organizações nos permite encaixá-las dentro do molde cooperativista.

Conhecer a forma como a sociedade se organizava e os pensamentos da época, algo que definimos como “lógica histórico-filosófica”, nos permitirá compreender o papel das organizações associativas, em especial as cooperativas, mesmo nos dias atuais. Você perceberá que tais organizações surgiram a partir do momento em que uma crise se instaurava na sociedade, revelando as deficiências de um modelo econômico que não era capaz de promover o desenvolvimento solidário e equitativo dos diferentes estratos sociais.

Após compreender esta problemática, apresentaremos a você os principais conceitos ligados ao Cooperativismo, conceitos estes que se encontram imbricados ao paradigma de evoluir a sociedade a patamares sustentáveis, e ainda apresentaremos, mais ao final da unidade, dois importantes conceitos: O Cooperativismo Qualificado e o Cooperativismo Instrumental.

Assim “como nem tudo que reluz é ouro”, nem todas as cooperativas existem para cumprir com seus princípios e diretrizes, ou mesmo contribuir para que o paradigma acima relatado possa tornar-se real. Por meio de nossas discussões e das leituras complementares, esperamos que você já possa ambientar-se ao tema central de nossa obra e, assim, possa estar devidamente nivelado(a) para prosseguirmos com as discussões mais aprofundadas nas próximas unidades.

Vamos iniciar nossos estudos? Desejo-lhe uma boa leitura.

LÓGICA HISTÓRICO-FILOSÓFICA DA CRIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

Vamos nos situar sobre este novo tema? Pense consigo e tente responder a seguinte pergunta:



REFLITA

Você sabe o que são Organizações Associativas?

Em relação a outros temas que poderiam orbitar perante o tema central desta obra (Empreendedorismo e Responsabilidade Social), parece mais fácil deduzir o que são as Organizações Associativas (o próprio título permite inferir sobre o quê se trata). Contudo, antes que possamos conceituá-las e apresentá-las, torna-se interessante discutir sobre a dinâmica que possibilitou sua inserção na história da humanidade.

Esta história da humanidade, tão reportada por diversos autores, é composta por momentos de **plenitude** e de **crise**. Plenitude e crise de conhecimentos, tecnologias, modelos, filosofias e práticas, de modo que a humanidade jamais atingiu e jamais atingirá um platô de estabilidade.

Isto é explicado, em suma, pela própria natureza humana, para o bem ou para o mal. No campo psicológico, a **Teoria das Necessidades de Maslow** coloca em um plano cartesiano e definido as motivações que impelem o processo de mudanças para os seres humanos.

Em um modelo piramidal, em que as necessidades essenciais encontram-se na base (fisiológicas e orgânicas) e as necessidades secundárias encontram-se mais ao topo desta pirâmide (de segurança, afetivas, materiais, etc.), o ser humano sente-se instigado à busca do atingimento das necessidades superiores assim que as mais básicas são consideradas satisfeitas. A Figura 1 demonstra a pirâmide referente à Teoria das Necessidades de Maslow.



Figura 1 – Pirâmide das necessidades – Teoria das Necessidades de Maslow
Fonte: Maslow (on-line)¹.

Logicamente, uma discussão mais aprofundada sobre esta teoria nos faria perceber que a expressão cartesiana do modelo não é definitiva, no sentido de que as necessidades humanas são infinitas e variáveis de acordo com a percepção de cada indivíduo.

A Teoria das Necessidades de Maslow liga-se perfeitamente à discussão sobre plenitude-crise. Fazendo um paralelo entre os dois assuntos, pode-se inferir que a plenitude se estende do início da realização de uma necessidade comum ao início da percepção de que o atingimento desta necessidade já não é suficiente para se resolver uma nova problemática que surge. A partir deste ponto, tem-se o momento de crise.

Não entenda “crise” como algo ruim ou pejorativo. Afinal, um dos gênios científicos da humanidade, Albert Einstein, colocara:

Não pretendamos que as coisas mudem, se sempre fazemos o mesmo. A crise é a melhor bênção que pode ocorrer com as pessoas e países, porque a crise traz progressos. A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite escura. É na crise que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias. Quem supera a crise, supera a si mesmo sem ficar ‘superado’. Quem atribui à crise seus fracassos e penúrias, violenta seu próprio talento e respeita mais aos problemas do que as soluções. A verdadeira crise, é a crise da incompetência. O inconveniente das pessoas e dos países é a esperança de encontrar as saídas e soluções fáceis. Sem crise não há desafios, sem desafios, a vida é uma rotina, uma lenta agonia. Sem crise não há mérito. É na crise que se aflora o melhor de cada um. Falar de crise é promovê-la, e calar-se sobre ela é exaltar o conformismo. Em vez disso, trabalhemos duro. Acabemos de uma vez com a única crise ameaçadora, que é a tragédia de não querer lutar para superá-la. (EINSTEIN, on-line)³.

Esta colocação de Einstein é verdadeira, para o bem e para o mal. Esta é a segunda vez neste texto que a frase “para o bem e para o mal” aparece, o que não é uma coincidência. Afinal, problematize: em momentos de crise, várias soluções foram adotadas e de fato resolveram a problemática (“para o bem”). Entretanto, criaram uma problemática bem maior (“para o mal”).

“Professor, não entendi... em qual situação uma solução foi adotada e eficaz mas criou um problema maior?”

Não pude evitar pensar que esta pergunta esteja permeando seus pensamentos. E vou respondê-la com o cerne de nossa discussão: o **capitalismo**.

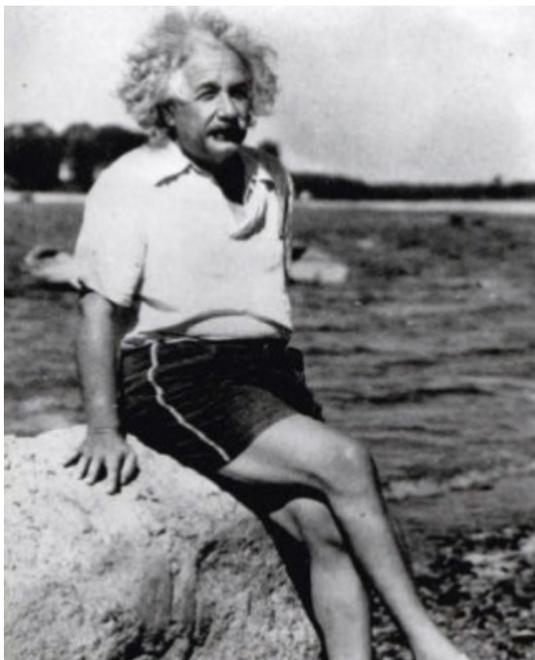


Figura 2: Einstein na praia
Fonte: Einstein (On the beach, on-line)³.

O CAPITALISMO COMO “ESTOPIM” PARA A EVOLUÇÃO DO COOPERATIVISMO

Na visão clássica, embora as trocas comerciais, a monetarização e o acúmulo de reservas (características pertinentes ao capitalismo) tenham sido concebidos antes do século XV, o capitalismo, enquanto modelo socioeconômico, nasceu naquele século. O modelo feudal, que perdurou por toda a Idade Média, já não respondia a todas as necessidades de uma população em pleno crescimento. Afinal, aquele modelo em que a posse de terras denotava o poderio econômico dos indivíduos gerou conflitos, pois nem todos detinham acesso às terras e, por consequência, aos meios de produção.

Fome, doenças, exclusão e conflitos sociais foram os sintomas de que a plenitude da Idade Média estava com seus dias contados. Desta forma, uma nova crise fora instaurada e algumas soluções foram traçadas. Uma delas, as Cruzadas, que perduraram do século X ao século XIII (Figura 2). Com o fictício objetivo da evangelização de povos pagãos, grandes partes dos excedentes populacionais europeus foi direcionada a uma jornada fracassada, sem volta para muitos. É bem verdade que novas terras foram conquistadas, mas ao custo de muitas vidas.



Figura 3: Cruzadas na Alta Idade Média envolvendo os “excedentes” populacionais

Fonte: A Cruzada das crianças (História do mundo, on-line)⁴.

O exemplo citado demonstra claramente o exemplo de uma solução eficaz (mobilização e ocupação dos excedentes populacionais) que criou um problema maior (genocídio). Mas ainda não é o cerne da nossa discussão deste momento. Lembra-se que as Cruzadas se compuseram como “uma das soluções”?

A solução que pôs fim ao Feudalismo foi outra. O século XIV apresentou diversos elementos que colocaram em xeque o modelo feudal, sendo um deles a formação de rotas comerciais. Essas rotas cortavam o continente em várias direções e serviram de canais de abastecimento para as localidades estratégicas daquele continente. Pessoas com visão e atitude empreendedora iniciaram-se no mercado prestando serviços aos viajantes nessas rotas, principalmente em seus entroncamentos (formação dos burgos – Figura 3).

Tratava-se de serviços de estalagem dos animais, alimentação e hospedagem dos viajantes e de reabastecimento de mantimentos para a viagem. Desta forma, como o serviço era fundamental e eram diversos viajantes e rotas, estabelecia-se um mercado vantajoso e, pela primeira vez, lucrativo. Era o início da formação do conceito de lucro tal como conhecemos hoje.

A presença deste elemento característico (lucro) foi importante para a mudança de paradigma em que o acúmulo de capital tornara-se mais importante na definição do poderio econômico individual do que o acúmulo de terras. Isto corrobora com a visão de historiadores, e mesmo de teólogos, na situação histórica do surgimento do capitalismo.

Este reconhecimento também se faz por parte de Teólogos devido à instauração das Reformas Protestantes, as quais ocorreram pouco depois, nos séculos XV e XVI. Por sua vez, estas reformas, carreadas por Martim Lutero (Figura 4) e João Calvino (Figura 5) - Calvinismo no Reino Unido



Figura 4: Martim Lutero

Fonte: Lutero (Jornal da História, 2014, on-line)⁵.

e Luteranismo na Alemanha, respectivamente - instituíram um modelo de Cristianismo religioso alternativo que pregava que a prosperidade (entre outras palavras, obtenção de lucro) era sinal de reconhecimento e predestinação para salvação.

Retornando o foco de nossa discussão para os benefícios e malefícios das soluções eficazes, de fato, a criação do capitalismo possibilitou o crescimento e a prosperidade de muitas famílias, dando-lhes ocupação e a possibilidade de por meio de seu trabalho, conquistar a soberania social. Isto considerando a fase de transição feudalismo-capitalismo (séculos XIV ao XVII) e a história europeia, uma vez que o Oriente Distante (China e Japão) encontrava-se sob influência do modelo feudal até o século XIX.

Porém, como nenhuma solução é definitiva, o capitalismo perdeu sua plenitude precocemente, pois já no século XVI, com a instauração do Mercantilismo no Reino Unido, houve a concentração de capital nas mãos de poucos e pouco depois, no século XVII, com a consolidação da Revolução Inglesa e da burguesia no poder, houve a segmentação social entre aqueles que detinham os meios de produção (burgueses) e aqueles que prestavam serviços naqueles meios de produção (trabalhadores).

Ao final do século XVIII, já no início da Revolução Industrial, já se encontrava fortemente instaurado um estado de crise provocada pela adoção do modelo capitalista. O intenso acúmulo de capital derivado do início da produção em série, da exploração do proletariado e da própria capitalização social em termos de força de trabalho e massa consumidora gerou novamente uma “nação de excluídos”.

A capitalização daquele tempo era tamanha que até mesmo



Figura 5: João Calvino

Fonte: Calvino (Instituto Ludwig von Mises, 2011, on-line)⁶.

entes abstratos (Deus) começaram a ocupar o segundo plano frente ao “deus dinheiro”, conforme afirma Michellon (2006). As consequências desta dinâmica social se estendem, em maior ou menor grau, até os dias de hoje, afinal, ainda são muitos os excluídos pela falta de competitividade em um mercado tão seletivo. Os que possuem maior competitividade encontram condições favoráveis para ampliar seu domínio sobre aqueles que não conseguem ser competitivos, até o ponto de sua exclusão.

Isso é o bastante para situá-lo(a) sobre os efeitos benéficos e maléficos das soluções projetadas em tempos de crise, especialmente considerando o capitalismo?

Especialmente nos casos de crises dos modelos econômicos vigentes, o que se observa são iniciativas que se apresentam como alternativas que promovem a maior inclusão social e econômica dos estratos sociais mais atingidos pelas crises. Assim, são evidentes as evoluções do empreendedorismo por necessidade (algo que veremos em nossa quarta unidade), do Cooperativismo e das Associações (conteúdo que veremos em nossa terceira unidade).



©shutterstock

Para comprovar que existe uma ligação intrínseca entre as crises e a geração das soluções, apresento-lhe a informação complementar de nosso Saiba Mais. Convido-o à leitura, especialmente considerando que estamos falando a respeito de Organizações Associativas. O ano de 2012 foi considerado, pela Organização das Nações Unidas, como o **Ano Internacional do Cooperativismo**. Veja: Em plena crise econômica mundial (crises coadunadas vindas de 2008, nos Estados Unidos, quando da problemática das hipotecas), a ONU estabeleceu ações no sentido de fomentar o cooperativismo. Percebeu a ligação entre os assuntos? Ficou claro que, assim como a época atual, no século XIX as organizações associativas e principalmente o cooperativismo foram as saídas encontradas para minimizar os efeitos nocivos das crises?

SAIBA MAIS



ONU 2012 – ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS

A Assembleia Geral da ONU declarou 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas, destacando a contribuição das cooperativas para o desenvolvimento socioeconômico e reconhecendo seu trabalho para a redução da pobreza, geração de emprego e integração social, onde oferecem um modelo de negócio que contribui para o desenvolvimento socioeconômico dos cooperados e comunidades onde atuam.

Dentre os objetivos do Ano Internacional das Cooperativas, destacam-se:

- Aumentar a consciência pública sobre as cooperativas e suas contribuições para o desenvolvimento socioeconômico e para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.
- Promover a formação e o crescimento das cooperativas.
- Incentivar os governos a estabelecer políticas, leis e regulamentos propícios para a formação, crescimento e estabilidade das cooperativas.

A conquista do Ano Internacional das Cooperativas é inédita e recebida com grande orgulho, já que o tema está sendo considerado no âmbito mundial como de grande importância para o desenvolvimento socioeconômico.

Fonte: Jornal COAMO (Ed. 412, mar. 2012, on-line)⁷.

Além dos assuntos discutidos até aqui, aprecie a Figura 6, disposta a seguir:

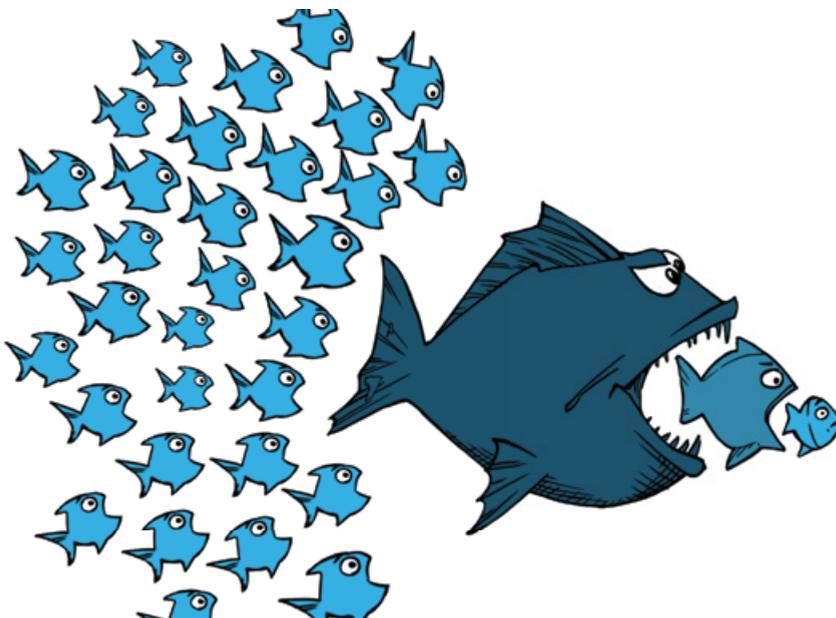


Figura 6: Cartoon sobre “cadeia alimentar”
Fonte: Larson (The power bath, 2009, on-line)⁸.

Após a leitura desses textos e a observação da Figura 6, reflita suas impressões no espaço correspondente. Leve em consideração as seguintes perguntas orientadoras:

1. Em sua opinião, qual a relação existente entre esses dois textos?
2. Qual a relação entre os textos e a Figura 6?
3. Na sua interpretação e considerando a discussão feita até este momento, o que a apresentação dos textos e da figura sugerem?

Será que chegamos a um ponto comum? O motivo para a apresentação desses textos e da Figura 6 é bastante simples: as **Organizações Associativas** apresentam-se como uma das soluções voltadas à inserção justa e solidária dos atores sociais em um mercado extremamente competitivo, estando estes associados, com maiores condições de enfrentar suas adversidades no alcance de seu protagonismo e desenvolvimento sustentável.

Mas, esmiuçando um pouco a discussão, quais são os empreendimentos que podem ser chamados de Organizações Associativas?

Figura 7: Organizações Associativas

COOPERATIVAS	ASSOCIAÇÕES	SINDICATOS
		
Fonte: Seeklogo (on-line) ⁹ .	Fonte: shutterstock.	Fonte: Virgílio (2013, on-line) ¹⁰ .

A figura acima representa as formas comuns de Organizações Associativas: **Cooperativa**, **Associação** e **Sindicato**. Desta forma, nas próximas seções, aprofundaremos a discussão acerca dessas três formas de organização. Em especial, nas unidades I e II discutiremos sobre as Cooperativas, e na unidade III discutiremos sobre Associações e Sindicatos, em uma tentativa de diferenciá-los.

O COOPERATIVISMO

De acordo com a *International Co-operative Alliance* (2008)¹¹, em um sentido mais restrito, o termo **cooperativismo** diz respeito à união formal de indivíduos a fim de se alcançar objetivos comuns com base em valores e ideais democráticos, sendo as pessoas o principal foco de suas ações, tendo como principais bases a democracia, a igualdade, a solidariedade e a responsabilidade social.

Ainda, o termo **cooperativismo** possui várias definições na literatura especializada, as quais variam conforme a época e o viés doutrinário em que foram elaboradas. Considerando a multiplicidade de aspectos que tal definição deve incorporar, fica difícil encontrar um conceito que expresse em uma única frase essa multiplicidade (CARDOSO, 2009). O que se busca é uma aproximação que relaciona os principais elementos encontrados na maioria das definições.

Desta forma, o Cooperativismo diz respeito à:

[...] associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido. (CARDOSO, 2009, p. 05).

Em termos de legislação, a definição legal, encontrada na **Lei de Cooperativas**, é de que cooperativa é uma “sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. Tal conceito, retirado do artigo 4.º da Lei n.º 5.764/71, define de forma precisa o que vem a ser cooperativa.

Contudo, o conceito de cooperativismo assume diferentes configurações quando observado sob diferentes enfoques. Por exemplo, sob o enfoque da Economia Social, Neto (2004) faz um paralelo entre o cooperativismo e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP’s. Neto (2004) aponta que existem semelhanças entre estas duas modalidades empreendedoras: As OSCIP’s, por natureza e força de lei (Lei Federal 9.790 *apud* RIFKIN, 1997) são caracterizadas como organizações sem objetivos econômicos e de lucro (*non-profit*), fazendo parte de um “setor” de prestação de serviços sociais, tido como “Terceiro Setor”.

Ainda segundo a análise de Neto (2004), os empreendimentos cooperativistas são organizações particulares neste contexto, pois apresentam uma importante função pública de desenvolvimento econômico, aliada à geração e distribuição de renda e à criação de empregos, e ainda podem prover a sociedade de serviços como educação ou saúde. Tal fato ocorre sem o objetivo de auferir ganhos extraordinários ou o chamado lucro econômico. Como as cooperativas podem distribuir os resultados econômicos “pro-rata”, essas organizações contribuem para a efetiva distribuição de renda entre seus associados (NETO, 2004).

Entretanto, devemos analisar dois pontos sobre cooperativismo e economia social: a) Cooperativas possuem **objetivo econômico**; e, b) A existência do **cooperativismo instrumental** (ALBUQUERQUE, 2003).

Ambos os pontos desqualificam as cooperativas como organizações do Terceiro Setor no contexto da Economia Social. No primeiro caso, por não se enquadrar nos princípios qualificadores das OSCIP's e, no segundo caso, pela instalação das chamadas “cooperativas de fachada”, que possuem finalidade mercantil e, como meta, a obtenção de lucros crescentes (“apelidados” de sobras). Desta forma, não há outra opção a não ser encaixar as Cooperativas no Segundo Setor, conforme assevera Neto (2004), caracterizado pelas empresas com objetivo de lucro, como as sociedades anônimas e limitadas (RIFKIN, 1997).

Diferenciação entre Cooperativismo Qualificado E Cooperativismo Instrumental

Para fixar os conceitos sobre cooperativismo e sua forma torpe, o cooperativismo instrumental, prossiga com a leitura de nossos textos complementares, que se encontram ao final de nossa primeira unidade. Tratam-se dos textos sobre a organização cooperativa como base do desenvolvimento sustentável (texto 1) e o caso de mais uma “Coopergato”. Será uma leitura bastante profícua para que você possa compreender as diferenças entre um exemplo de cooperativismo verdadeiro e um exemplo de cooperativismo que, infelizmente, verifica-se com grande frequência em nossa sociedade.

Até o momento, pelo que foi apresentado, você ainda não tem todos os conhecimentos necessários sobre o cooperativismo. Assim, daremos continuidade ao assunto, abordando sobre a origem e os princípios do cooperativismo em nossa próxima unidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prezado(a) aluno(a), chegamos ao final de nossa primeira unidade. Como os conhecimentos até aqui discutidos foram ricos, não é mesmo? Por meio de nossas discussões, compreendemos que o mote que permitiu o surgimento das organizações associativas foi a crise debelada por um modelo socioeconômico que não permitia o desenvolvimento e a evolução equitativa dos diferentes estratos sociais.

Tais modelos, excludentes por natureza, evidenciavam não somente a concentração de renda nas mãos de poucos, mas também a concentração dos benefícios sociais, o que gerou mazelas profundas que só foram atenuadas a partir de iniciativas ligadas ao Empreendedorismo e às Organizações Associativas.

Nós ainda não definimos a criação das cooperativas do ponto de vista histórico. No entanto, já nos ambientamos ao assunto ao conceituar, do ponto de vista epistemológico e legal, o que vem a ser uma cooperativa. Ademais, também fizemos questão de lhe apresentar dois tópicos que podem ser relacionados a questões atuais sobre as cooperativas: As cooperativas qualificadas e as de fachada ou instrumentais.

Também definimos por meio desta unidade qual o melhor “encaixe” das cooperativas frente aos setores econômicos. As cooperativas jamais pertencem ao poder público e, por isso, não podem ser qualificadas como instituições do primeiro setor. Ademais, embora seus princípios sejam solidários e seus propósitos alcancem a similaridade com instituições do terceiro setor, não podemos qualificá-las (as cooperativas) deste modo, tendo em vista que, embora não almejem lucro, existe uma finalidade econômica associada à ação de uma cooperativa. Sendo assim, as cooperativas apresentam melhor alocação junto às instituições do Segundo Setor.

Espero que nossas discussões até aqui tenham sido de fácil compreensão. Antes de prosseguirmos com nossos estudos, que tal fazermos uma pausa para realizar nossas atividades de estudo?



COOPERATIVISMO - ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Introdução

A cooperação sempre existiu na história da humanidade e sem ela o homem jamais poderia ter chegado aonde chegou. Esta prática ocorre nas mais diversas sociedades, sejam elas primitivas ou modernas. Existem significativas experiências de cooperação em todas as culturas e em todas as épocas.

Cooperar significa trabalhar com o outro, fazer algo junto com alguém, o que permite às pessoas alcançarem um objetivo que dificilmente conseguiriam sozinhas.

A cooperação é um ato construído em razão dos desejos e necessidades comuns dos seres humanos. É importante acreditar na potencialidade do grupo como força transformadora e propiciadora de justiça social.

(...)

A construção e a gestão de qualquer organização tem que ser obrigatoriamente a partir do interesse e da vontade do grupo, dos associados, de quem realmente vão usufruir e ou de quem será o usuário e beneficiário da organização.

O exemplo da COPAFAC – Cooperativa de Produção da Agroindústria Familiar de Concórdia

Histórico

No ano de 1998, foi proposto o desafio de implantar, na condição de projeto piloto (Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense – Pronaf Agroindústria), uma rede de empreendimentos de pequeno porte, geridos por grupos de agricultores familiares, visando à transformação dos produtos agrícolas dos associados, assim como a produção de bens e serviços, de forma a gerar oportunidades de trabalho e renda. Pesquisas que analisaram a agroindústria de pequeno porte observaram que isoladamente estas iniciativas têm dificuldades de se viabilizarem. Individualmente, a contratação de serviços necessários para dar suporte a essas agroindústrias torna-se inviável, devido aos altos custos, frente às receitas obtidas. A alternativa, então, passou pela construção de uma estrutura comum de apoio aos empreendimentos. Dois instrumentos foram construídos para apoiar os agricultores familiares na implementação de seus empreendimentos; A unidade Central de Apoio e as Cooperativas. Sendo que o papel fundamental da Unidade Central será de construir e manter a estabilidade da rede, criando as condições adequadas para que as unidades agroindustriais se viabilizem.

Em 12 de novembro de 1999 foi constituída A COPAFAC – Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Concórdia. A Copafac foi construída e está sendo construída a cada momento por seus associados, como um forte instrumento de organização social da agricultura familiar, de legalização e de inclusão dos pequenos empreendimentos,





possibilitando aos mesmos o acesso ao mercado, de forma solidária, aberta e participativa.

Objetivos da Copafac:

I - Desenvolver atividades e operações que garantam a defesa e o desenvolvimento da produção agroindustrial de seus associados;

II - Garantir a distribuição equitativa, tanto de seus custos e encargos quanto de seus excedentes;

III - Prestar assistência educacional e social para o aprimoramento humano e profissional dos associados e colaboradores.

Da prestação de serviços:

Para cumprir com os objetivos propostos e aprovados pelos associados, a Copafac presta uma série de serviços, dentre os quais destacamos (...) os mais relevantes:

Articular a comercialização de produtos;

Compra de insumos e equipamentos;

Promover registro de marcas, patentes e rótulos;

Fornecer nota fiscal;

Contratar contabilidade e responsabilidade técnica;

Promover o marketing, propaganda;

Assistência técnica aos produtos, processos e família;

Articular com todas as entidades parceiras.

Do funcionamento:

As principais características que estabelecem a COPAFAC como um exemplo de sucesso são:

As unidades são da cooperativa: Os empreendimentos são construídos com capital do associado, pessoa física, e, por meio de um contrato de comodato entre as partes, as unidades são repassadas para a Copafac o que permite ao associado comercializar os produtos fabricados na unidade com nota fiscal da cooperativa.

Apropriação de renda imediata: Produtor entrega o produto e cobra - O produtor faz a entrega no mercado e faz a própria cobrança do produto que vendeu. Isto significa dizer que toda a lucratividade do negócio vai para o bolso do agricultor. Não há recursos imobilizados em infraestrutura, móveis ou automóveis. Desta forma, o agricultor realmente se apropria da renda ao longo de toda a cadeia produtiva, fortalecendo os associados e o cooperativismo como princípio fundamental do desenvolvimento socioeconômico e cultural.





Articulador faz pré-venda: A Copafac adotou a figura do Articulador de Vendas, um associado da cooperativa, que faz a pré-venda de todos os produtos produzidos pelas diversas unidades pertencentes à cooperativa. O articulador trabalha por comissão, não sendo um funcionário da cooperativa. O articulador está proporcionando à cooperativa um maior poder de barganha na comercialização dos produtos por ela produzidos.

Produtor repassa a comissão para a cooperativa: No final do período de um mês, todos os associados têm o compromisso de passar na sede, e repassar o percentual da comissão correspondente às vendas daquele período para a cooperativa. A comissão devida foi previamente definida em Assembleia Geral. A comissão tem a finalidade de cobrir os custos com a manutenção da cooperativa e os proventos do articulador, o associado também paga os impostos geridos nas vendas dos seus produtos.

Discussão por tipo de negócio: A cooperativa é um guarda-chuva para todo e qualquer tipo de empreendimento que queira e/ou reúna condições legais para nela participar, e, como tal, muitos empreendimentos desenvolvem a mesma atividade e ou atividades afins. Os associados destes empreendimentos se reúnem para discutir e resolver os problemas que são comuns a todos, analisam custos de produção e preços de venda de seus produtos.

(...)

Fonte: Dalbello, O. & Franz, D. (Cooperativismo – EPAGRI, on-line, 2012)¹².





FRAUDE: MAIS UMA COOPERGATO É CONDENADA

Coopersab e Serviótica foram condenadas a multa de R\$ 675 mil por uso irregular de mão-de-obra. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) também proibiu a Coopersab de fornecer mão-de-obra para qualquer empresa, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 por trabalhador.

A Coopersab foi uma das primeiras coopergatos que apareceram no ABC. Ela oferecia mão-de-obra barata para empresas, especialmente metalúrgicas.

Barato, segundo definição do advogado Marcelo Mauad, assessor da União e Solidariedade das Cooperativas do Brasil (Unisol), é o trabalhador não ter acesso a direitos mínimos como férias, 13º salário, horas extras, acordo coletivo, direitos previdenciários etc. “Na prática, seus donos ganhavam muito e quem perdia eram os trabalhadores”, explicou.

Ação ostensiva

Uma das empresas da base que contratou a cooperativa fraudulenta foi a Miotto, fábrica de máquinas em São Bernardo.

Foi a partir da denúncia dos trabalhadores que o Sindicato pressionou a empresa e muitas outras que foram sondadas pela coopergato, alertou sobre o tamanho do problema e dos prejuízos aos trabalhadores. Já a Serviótica é de São Paulo.

Diante da ação ostensiva da Coopersab às empresas na base, o Sindicato encaminhou denúncia ao Ministério Público do Trabalho. Ele foi o autor da ação cujo desfecho foi a sua condenação e a multa.

Segundo Mauad, é comum a coopergato desaparecer nessa hora. Nesse caso, a multa recai sobre a empresa que a contratou.





Trabalhadores podem mover ação

Segundo Marcelo Mauad, todos os trabalhadores que passaram pela Coopersab podem abrir ações.

A Justiça do Trabalho reconhece o vínculo empregatício (relação de trabalho) entre o trabalhador e a empresa e por meio da ação é possível receber os direitos e multas.

O secretário-geral do Sindicato e diretor da Unisol, Tarcísio Secoli, destaca que a condenação da cooperagato é um alerta para as empresas que cometem esse tipo de fraude.

“O Sindicato está atento e sempre tomará medidas para proteger os direitos dos trabalhadores”, enfatizou, lembrando que existem outras ações correndo, uma delas contra a Apema.

Cooperativa não serve para fraude. Denuncie!

O Sindicato participa e defende um projeto de desenvolvimento de cooperativas legítimas de trabalhadores. A finalidade é gerar trabalho e renda. Fraudes de substituição de empregados por mão-de-obra informal (sem direito a férias, 13º, FGTS, etc.), o Sindicato vai combater e denunciar.

Tarcísio alerta que os trabalhadores devem participar desta ação do Sindicato e denunciar. *“De maneira nenhuma pretendemos afetar a sobrevivência dos companheiros que são enganados por este tipo de fraude. Queremos é que eles sejam tratados com decência e tenham seus direitos respeitados”*, afirmou.

Fonte: Metalúrgicos ABC CUT (2004, on-line)¹³.

Após a leitura desses dois casos, reflita e responda:



ATIVIDADES



1. Qual o caso que melhor define o **cooperativismo instrumental**?
 Caso 1; ou,
 Caso 2.
2. Descreva as características ou motivos que o levaram a escolher o(a) caso acima como exemplo de **cooperativismo instrumental**.
3. Você, como profissional, vai intervir nesta situação em que impera o **cooperativismo instrumental**. Considerando o que foi discutido até aqui neste material e, ainda, o exemplo demonstrado pelo texto oposto (exemplo de **cooperativismo qualificado**, assim denominado por Albuquerque, 2003), quais seriam suas ações, em curto, médio e longo prazo, para reverter esta situação e tornar esta cooperativa cumpridora de seus princípios e função social?
4. As cooperativas se diferenciam de outros tipos de instituições por suas particularidades. A principal diferença é que a cooperativa possui o caráter essencialmente econômico e, sendo assim, podemos afirmar que a cooperativa é uma “empresa” que (...). Assinale a alternativa correta.
 - a. Presta serviços ao cooperado cobrando apenas 10% do capital integralizado do cooperado.
 - b. Presta serviços ao cooperado cobrando apenas 20% do capital integralizado do cooperado.
 - c. Presta serviços ao cooperado cobrando apenas 0,5% do capital integralizado do cooperado.
 - d. Presta serviços a seus cooperados sem nenhum custo cobrado a parte.
 - e. Nenhuma das alternativas se encontra correta.
5. As cooperativas possuem sua própria identidade também conhecida como conceitos de identidade, ou seja, a cooperativa tem seu próprio “documento”. Com base neste conceito, como podemos definir este documento? Assinale a alternativa correta.
 - a. Atitude e lucro.
 - b. Cooperar e cooperação.
 - c. Cooperação e empreendedorismo.
 - d. Cooperação, colaboração e lucro.
 - e. Lucros e ações.



LIVRO

Cooperativismo – Primeiras lições

GAWLAK, A. (2007)

Editora: Ed. Brasília: SESCOOP, 2007

Sinopse: Trata-se de um material didático de grande valor para qualquer profissional que deseja aprofundar seus conhecimentos acerca do cooperativismo. Com uma linguagem simples, o livro “Cooperativismo – Primeiras Lições” aborda desde a gênese do cooperativismo até as mais atualizadas discussões sobre o papel das cooperativas na sociedade, a função dos cooperados e os diferentes tipos de cooperativas existentes. Também existe uma densa discussão sobre as semelhanças e diferenças existentes entre as cooperativas e as demais organizações associativas e, ainda, sobre as legislações pertinentes ao tema. Tal material representa uma excelente contribuição literária ao entendimento do tema.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. **Associativismo**. In.: CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ, 2003.

CARDOSO, U. C. **Cooperativa** – Série Empreendimentos Coletivos. 2. ed. Brasília: SEBRAE, 2009.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**: Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

MICHELLON, E. **O dinheiro e a natureza humana** – Como chegamos ao “*moneycentrismo*”. 1. ed. Rio de Janeiro: MK Editora, 2006.

NETO, S. B. **Cooperativismo é Economia Social, um ensaio para o caso brasileiro**. In: III Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo. **Anais...** OCB/SESCOOP: Cuiabá, 2004.

RIFKIN, J. **Identidade e Natureza do Terceiro Setor**. In: IOSCHPE, E. B. (Org) **Terceiro Setor e Desenvolvimento Social Sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Citação de link

¹<<http://www.brandme.com.br/storage/Piramide%20Maslow.png>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

²<<http://indulgy.com/post/tUROHHA2G1/einstein-on-the-beach>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

³<<http://insistimento.com.br/crisis-por-albert-einstein/>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁴<<http://www.historiadomundo.com.br/idade-media/a-cruzada-das-criancas-.htm>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁵<<http://turmanet.net/jornaldahistoria/?p=666>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁶<<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1026>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁷<http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/mar12/digital/fatos_e_fotos.html>. Acesso em: 16 de maio 2012.

⁸<<http://thepowerpath.wordpress.com/>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.



REFERÊNCIAS

⁹<<http://www.seeklogo.com/cooperativas-logo-35187.html>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

¹⁰<<https://raulvirgilio.wordpress.com/category/uncategorized/page/2/>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

¹¹<<http://ica.coop/coop/index.html>>. Acesso em: 15 de abr de 2008.

¹²<http://www.simcope.com.br/II_Simcope/pdf/oficina_osvaldir_diane.pdf>. Acesso em: 13 de abr. de 2016.

¹³<http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=4410>. Acesso em: 31 de maio de 2016.



GABARITO

1. Caso 2.
2. O caso 2 se encaixa como cooperativismo instrumental uma vez que não se verifica o obediência dos princípios doutrinários e libertadores do cooperativismo. Ademais, a estrutura utilizada remete a uma fraude que prejudica os cooperados que dependem da empresa citada no caso.
3. A aplicação do Planejamento Estratégico para reverter esta situação seria uma condição necessária. A análise SWOT – Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades, poderia ser utilizada no sentido de diagnosticar o estado de arte da situação e, em um momento posterior, a metodologia 5W2H poderia ser utilizada no sentido de definir quais são as estratégias, os tempos e os responsáveis pela execução das necessárias melhorias. Outra estratégia que poderia ser utilizada seria a inserção de novos animadores no processo. Estes seriam formadores de opinião que poderiam ser inseridos nos diferentes nichos da cooperativa, potencializando as fortalezas detectadas em fase anterior e, acima de tudo, contagiando os cooperados para a busca de resultados. Também é de se destacar que uma boa cooperativa, além de obedecer aos princípios doutrinários, necessita ser rígida no que condiz ao controle de investimentos e custeio. Desta forma, a contratação de profissionais ligados à área da contabilidade poderia ser um caminho possível para disciplinar o andamento e a eficiência da cooperativa. Todavia, esta pode ser considerada apenas uma estratégia, existindo outras mais que poderiam servir à conversão desta cooperativa instrumental em cooperativa qualificada.
4. D.
5. B.



PRINCÍPIOS E ORIGENS DO COOPERATIVISMO



Objetivos de Aprendizagem

- Estabelecer o conhecimento sobre a historicidade da criação das cooperativas.
- Apresentar as organizações envolvidas com o estabelecimento e a promoção dos princípios cooperativistas.
- Elucidar a estruturação das cooperativas em nível nacional e internacional.

Plano de Estudo

A seguir, apresentam-se os tópicos que você estudará nesta unidade:

- Origem e princípios do Cooperativismo no mundo e no Brasil
- Atual estruturação do Cooperativismo no mundo e no Brasil
- O cooperativismo passo a passo
- Diferenças entre associação, cooperativa e empresa mercantil

INTRODUÇÃO

Conforme vimos em nossa primeira unidade, as cooperativas, bem como outras organizações associativas, surgiram em um contexto de exclusão social e econômica. Esta exclusão, em especial no século XIX, fez com que muitos trabalhadores se organizassem no sentido de promover serviços e qualificações que lhes garantissem um melhor posicionamento na sociedade.

Nossa segunda unidade tratará deste assunto, delimitando as situações que propiciaram o surgimento de tais organizações, em especial na Inglaterra, por meio da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda.

Em um segundo momento, partiremos para a discussão dos princípios do cooperativismo e sua evolução de acordo com as décadas. Da adesão voluntária e livre até os princípios libertadores da participação econômica e da geração do conhecimento por meio dos processos educacionais, as cooperativas exerceram um papel fundamental nos diferentes segmentos econômicos.

Para que isso seja operacionalizado, as cooperativas encontram-se organizadas no que diz respeito às suas próprias regras e princípios e, ainda, no que diz respeito à hierarquia, uma vez que as cooperativas se encontram vinculadas a organizações de nível local, estadual, federal, macrorregional (continentes) e mesmo mundial, a exemplo da Aliança Cooperativa Internacional, localizada em Genebra, na Suíça.

Esta hierarquia pode ser compreendida como um fórum onde informações sobre as experiências cooperativas são sistematizadas e disseminadas para a atualização de seus princípios e mesmo para a disseminação de experiências que possibilitem a evolução social e econômica das diferentes sociedades espalhadas pelo globo.

Nesta unidade, portanto, veremos como esta organização cooperativa evoluiu e como se encontra hoje, tanto em nível nacional como internacional. Ademais, reforçaremos a discussão sobre os princípios do cooperativismo por meio de nossos estudos de caso, com o objetivo de fixá-los para evoluirmos para as próximas etapas de nosso material.

Vamos continuar nossa jornada do conhecimento sobre as Cooperativas?

ORIGEM E PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO NO MUNDO E NO BRASIL

A cooperação existe desde os primórdios da sociedade, constituindo-se de ações de caráter informal e assistemático. A sistematização da cooperação se inicia a partir da pretensão de se instaurar um novo sistema econômico e social – em reação às condições precárias de trabalho decorrentes do sistema capitalista que surgiu em meados do século XIX. (SANTOS, 2009).

Marx (2006) demonstra claramente como o século XIX foi marcado pela intensa crueldade e desumanização do processo de trabalho. Foi necessária uma luta de mais de meio século para que se limitasse o trabalho para 10 horas diárias, sendo a limitação para oito horas algo recente. Até então, sem limites, chegavam a contratar crianças de seis anos para o trabalho de 14 horas diárias. Além disso, não se proporcionava local para moradia adequada e nem mesmo alimentação, resultando no aumento da mortalidade, principalmente infantil. A educação foi deixada de lado, já que não se necessitava mais de mão de obra especializada. Com as novas máquinas, a habilidade necessária do trabalhador não envolvia o pensar, mas apenas fazer movimentos simples e repetitivos.

Nesse contexto, em resposta à precarização do trabalho, surge então a ideia de uma forma alternativa de produção – o cooperativismo – em que o foco é voltado para o indivíduo e não para o capital. O cooperativismo manifesta-se sob a forma de negação ao sistema do capital e sob a forma de afirmação, pretendendo transformar o sistema por meio da ação. (SANTOS, 2009).

Ademais, Pontes (2004) aponta que a origem da cooperativa apresentou-se concomitantemente sob duas formas: a) negação, porque pretendia negar a totalidade de um sistema de dominação que se impunha, constituindo-se como um contraponto à situação existente e; b) afirmação, porque objetivava transformar esse sistema, tendo por princípio a socialização dos bens produzidos por seus produtores, por meio de uma ação concreta positiva.

Mediante o exposto, subentende-se que o cooperativismo surgiu a partir das incongruências apresentadas pelo sistema exploratório de formação e acúmulo de capital da época. Segundo Marx (2006), o “desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção [capitalismo] é o único caminho de

sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma [cooperativismo]”. (MARX, 2006, p. 38).

Entretanto, até a década de 1840, o cooperativismo encontrava-se desenvolvido somente no plano filosófico, a partir dos ideais de socialistas utópicos franceses e ingleses, tais como John Bellers (Século XVIII), William King, Robert Owen, Michel Derrion, Philippe Buchez, Louis Blanc e Charles Fourier (Século XIX).

Schneider (1991) destaca a existência de experiências “pré-cooperativas” antes da década de 1840, a exemplo da existência de uma experiência de formação de cooperativa em reduções jesuíticas na América Latina, datada de 1627.

Contudo, todos os estudos e autores apontam que o marco da transferência do cooperativismo do plano das ideias ao plano das ações deu-se em 1844, na cidade de Rochdale, Inglaterra, em plena Revolução Industrial. Os 25.000 habitantes da cidade na época estavam entre os que mais sofriam a crise da fome, de desemprego, de brutal exploração do trabalho e de condições habitacionais infra-humanas na década de 1840. (SCHNEIDER, 1991).



Figura 1: Os Probos Pioneiros de Rochdale
Fonte: Cecremef (Rochdale, on-line)¹

A cooperativa, “*Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda*”, foi oficialmente inaugurada em 15 de agosto de 1844, com 28 associados, sendo vinte tecelões e os outros alfaiates, carpinteiros e marceneiros. “Após alugarem uma sala num prédio da rua ‘Beco do Sapo, com o recurso restante adquiriram uma modesta quantidade de farinha, azeite, açúcar e de outras mercadorias.” (SCHNEIDER, 1991, p. 07).

No ano de 1895, em Manchester, foi fundada a ACI – Aliança Cooperativa Internacional – organização que passou a assumir, formal e explicitamente, o legado de Rochdale. Após diversos encontros promovidos pela organização, definiu-se, no décimo Congresso da ACI, realizado na Basileia em 1921, que a ACI se orientaria pelos princípios de Rochdale e exigiria o cumprimento dos mesmos pelas cooperativas filiadas, servindo como critério para a afiliação à ACI, (SANTOS, 2009).

Cardoso (2009) apresenta os princípios rochedalianos cooperativistas da maneira como segue:

1. **Adesão Voluntária e Livre:** De maneira geral, as cooperativas apresentam-se como organizações voluntárias, sem impedimentos à participação de quaisquer pessoas, uma vez que estas assumam suas responsabilidades como membros. Não se permitem discriminações de quaisquer naturezas (sexo, sociais, raciais, políticas, religiosas, etc.).
2. **Gestão Democrática:** Todos os participantes de uma cooperativa possuem o mesmo peso representativo, de maneira que sua participação é ativa na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Independentemente do nível de cooperativismo, a gestão é democrática (em especial, nas de primeiro nível, o que se observa é a relação “um membro – um voto”).
3. **Participação econômica dos membros:** A contribuição de seus membros deve ser igual para a formação do capital da cooperativa, sendo este controlado democraticamente. Nos casos onde se observam sobras (ou seja, receitas maiores que as despesas), os recursos são divididos entre os cooperados, considerando seus limites de movimentação, ou ainda podem ser direcionados para a formação de cotas de capital ou de reservas, fortalecendo a cooperativa. A destinação do uso de tais recursos também se dá de maneira democrática.

4. **Autonomia e independência:** As cooperativas perfazem instituições independentes e autônomas, de ajuda mútua e controlada por seus membros. Entretanto, existem casos nos quais são necessários acordos com outras instituições (técnicos ou de captação de recursos). Nestes casos, prevalece o princípio da autonomia e a gestão deste processo deve também ser pautada em nível democrático, de maneira a assegurar a independência da cooperativa.
5. **Educação, formação e informação:** Trata-se de um dos princípios primordiais do cooperativismo, o qual revela a preocupação de todos os membros da cooperativa com processos educacionais que nivelem a capacidade de seus cooperados para estabelecerem suas ações de maneira eficaz. Da mesma forma, os princípios educacionais se estendem àqueles não cooperados, de maneira a ilustrar as vantagens de participar de um sistema de cooperação.
6. **Intercooperação:** Apesar de sua autonomia, as cooperativas não são representadas por entidades isoladas. Ao contrário, tais instituições se auxiliam mutuamente, por meio de federações e confederações, no sentido de fortalecer o ideário cooperativo.
7. **Interesse pela comunidade:** Além de promover o desenvolvimento de seus membros, as cooperativas também possuem ampla e nivelada percepção de sua responsabilidade social, uma vez que se preocupam em estabelecer processos que promovam o desenvolvimento sustentável das comunidades as quais estas se inserem (isso será reforçado por meio de nossa última unidade).

REFLITA



Prezado(a) leitor(a), ao avaliar alguma cooperativa presente em sua cidade ou estado, você é capaz de identificar os princípios que acabamos de citar? Eles são, de fato, praticados?

Fonte: o autor.

Atuante até os dias atuais, a ACI, sediada em Genebra (Suíça), possui 225 organizações associadas de 87 países e é um órgão associado à Organização das Nações Unidas. Consiste em uma organização independente e não governamental que pretende unir, representar e prestar apoio às cooperativas de todo o mundo. Seus objetivos são: a integração, a autonomia e o desenvolvimento do cooperativismo (*INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE*, 2008)².

O ideário e a prática cooperativista no Brasil iniciaram-se com cinquenta anos de atraso frente ao movimento europeu. Os primeiros registros de experiências cooperativas situam-se na década de 1890, mais especificamente em Limeira, São Paulo e Camaragibe, Pernambuco. Respectivamente eram fundadas a Associação Cooperativa dos Empregados e a Cooperativa de Consumo de Camaragibe (OCB, 1996 *apud* BARCZSZ; ZULIANI, 2010).

Posteriormente, em 1902, surgem as primeiras experiências das caixas rurais do modelo Raiffeisen, no Rio Grande do Sul e, em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais (OCB, 1996 *apud* BARCZSZ; ZULIANI, 2010).

Na década de 20 do século XX, surgiram algumas cooperativas a partir da necessidade dos pequenos produtores de se unirem para a comercialização de seus produtos, “objetivando ampliar sua margem de lucro através da eliminação dos intermediários” (FLEURY, 1983, p. 63). Eram cooperativas agrícolas e formadas por produtores de origem japonesa, destacando-se a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batatas de Cotia e a Cooperativa Agrícola de Juqueri (SANTOS, 2009).

Em termos históricos, a década de 1930 fora fundamental ao desenvolvimento do cooperativismo no Brasil. Foi nesta época que iniciava a era Vargas e a reorganização do Estado, caracterizado, a partir de então, como um Estado centralizado e autoritário com o discurso de que esse era elemento necessário para a construção de um novo modelo econômico e político. Iniciava, assim, a implementação das diversas políticas e projetos de modernização, incluindo incentivos ao cooperativismo. (SANTOS, 2009). Ademais, em 1932 fora criada uma legislação própria para este tipo de organização. Visando incentivar a criação de cooperativas no país, o decreto-lei facilitava e simplificava a fundação de cooperativas, bem como as isentava de uma série de impostos. (FLEURY, 1983).

Todavia, existe a discussão sobre a legitimidade do processo cooperativista nesta década. Gibbs (1995 *apud* PIRES, 2004) coloca que a organização cooperativa nesta época se encontrava imposta de cima para baixo, desvinculada das necessidades de seus membros, por meio da qual a participação se reduz, quase sempre, à aprovação das políticas agrícolas do Estado: estímulo às culturas de exportação em detrimento das culturas de subsistência; exclusão dos camponeses do mecanismo de decisão; grande influência das elites locais sobre o movimento, utilizando-o como fonte de poder.

Neste sentido, também é importante compreender que o cooperativismo no Brasil surgiu sob o contexto da necessidade de fortalecimento da comercialização dos pequenos produtores agrícolas e, posteriormente, a partir dos incentivos estatais, diferentemente do processo ocorrido na Europa, o que reforça o questionamento sobre a legitimidade do processo cooperativista da época no Brasil.

No contexto do desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, a partir do final da década de 1970, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST prestou importante contribuição. Este movimento protagonizou a iniciativa de luta pela reforma agrária, o qual, no fim da década de 80, a partir de uma formação voltada para a luta e a resistência ao modo de produção capitalista, pôde desenvolver cooperativas com um foco diferenciado da maioria das cooperativas brasileiras até então, e que procuravam seguir os valores do cooperativismo. Desta maneira, ao se discorrer sobre o cooperativismo no Brasil, é imprescindível considerar as Cooperativas de Produção Agrícola do MST (SANTOS, 2009).

Singer (2000) corrobora com o exposto ao colocar sob um espectro negativo as experiências cooperativas tradicionais no Brasil, caracterizadas pela existência de grandes empresas agroindustriais voltadas ao capital e não ao indivíduo (cooperativismo instrumental). Neste sentido, segundo Souza (2001), a contribuição do MST à época seria demonstrar que a cooperativa que se estava pretendendo formar era essencialmente diferente das cooperativas tradicionais, das chamadas cooperativas capitalistas já tão conhecidas e temidas pelos agricultores.

A partir deste ponto, as contribuições do movimento foram tratadas como ideológicas (pela formação de um arcabouço teórico-popular acerca do desenvolvimento de cooperativas qualificadas) e práticas, por meio do desenvolvimento das Cooperativas de Produção Agropecuárias - CPA's, iniciando-se no Rio Grande do Sul em 1989.

ATUAL ESTRUTURAÇÃO DO COOPERATIVISMO NO MUNDO E NO BRASIL

Caro(a) aluno(a), até o momento fizemos uma consistente discussão acerca da importância, da origem e dos princípios do cooperativismo, inclusive diferenciando o cooperativismo qualificado do cooperativismo instrumental. De fato, trata-se de um assunto bastante denso. Todavia, não é complexo.

Espero que você esteja percebendo qual o papel desta ação cooperativa (a qual também é uma atitude empreendedora) para o desenvolvimento socioeconômico dos indivíduos. E coloco novamente, dos **indivíduos**. Lembra-se que focamos nossa discussão inicial sobre o cooperativismo como modelo alternativo de desenvolvimento, uma vez que o capitalismo encontrara-se em um estado de **crise** que permanece até os dias de hoje? O foco no capital e a geração de riquezas não tem sido equitativo e, somado à exploração do trabalho, tem se configurado como uma das principais mazelas da humanidade.

Neste sentido, o cooperativismo, e mais, as **organizações associativas**, têm criado um viés para o repensar dos modelos de desenvolvimento, os quais devem priorizar os protagonistas da ação (seres humanos) e não a finalidade do processo (capital).

Embora tenhamos discutido acerca dos conceitos sobre cooperativismo, de suas origens e de seus princípios, precisamos entender ainda como o cooperativismo se encontra estruturado. “Quais as organizações representativas do setor? Como organizar uma Cooperativa? Quais as peculiaridades desta estratégia?” Estes questionamentos serão esclarecidos a partir das discussões destacadas a seguir por UNIPSICO.

O COOPERATIVISMO PASSO A PASSO

Conforme elucidamos anteriormente, os processos de organização da economia mundial exigiram formas alternativas de organização social que visassem integrar atores sociais até então marginalizados pelos modelos econômicos e produtivos tradicionais.

Neste interim, a cooperativa é uma das alternativas mais avançadas de organização social. Atualmente, existem mais de 700.000 cooperativas ao redor do mundo, atuando em diferentes segmentos, correspondendo ao atendimento das necessidades e aos desafios principalmente da classe trabalhadora. Geração de empregos e renda pode ser considerada como meta do processo cooperativista.

Não existe uma base metodológica consolidada ou ainda uma teoria social específica que sustente a criação de uma cooperativa. Todavia, é de se destacar que as noções de mutualidade, união de esforços, solidariedade, associação entre pessoas considerando objetivos comuns e justiça social se apresentam como importantes elementos no ideal cooperativista.

Considerando o exposto, podemos denotar que a cooperação é um método ou ação embasado na igualdade de direitos considerando pessoas que possuam interesses comuns, as quais vislumbram na criação do empreendimento chamado “cooperativa”, uma possibilidade de atendimento às suas aspirações e necessidades.

Sobre este assunto, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 1995 *apud*. UNIPSICO) define que:

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida. (ACI, 1995 *apud*. UNIPSICO, on-line)³.

Ademais, vale também destacar a definição da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, *apud*. UNIPSICO) para uma cooperativa. Segundo esta definição, uma cooperativa é:

[...] uma sociedade de, no mínimo (20) pessoas físicas, com um interesse em comum, economicamente organizada de forma democrática, isto é, com a participação livre e igualitária dos cooperantes, aos quais presta serviços, sem fins lucrativos. (OCB, *apud*. UNIPSICO, on-line)³.

Desta forma, já apreendemos, meu(minha) caro(a) leitor(a), que uma cooperativa, enquanto empreendimento solidário, deve ter um mínimo de cooperantes (vinte indivíduos ou mais) para que a mesma seja legalmente validada. Tais cooperantes podem ser considerados como cooperados ou associados a partir de sua adesão voluntária e livre e a partir de sua ativa participação no processo de gerenciamento da cooperativa, mediante o obediência de seus valores éticos e por meio da demonstração de atributos que permitem sua plena convivência social (transparência, responsabilidade social e preocupação com o próximo).

Além de considerar a caracterização do cooperativismo, da cooperativa e do cooperado, torna-se necessário ter uma ampla compreensão dos princípios básicos do cooperativismo, os quais estão ilustrados comparativamente (de acordo com a base conceitual) por meio do Quadro 1:

Quadro 1: Comparativo entre os princípios cooperativistas em função da base conceitual

TEXTOS DE ROCHDALE	CONGRESSO ACI - 1937	CONGRESSO ACI - 1966
Adesão Livre.	Adesão Livre.	Adesão livre (social, política e racial).
Gestão democrática.	Gestão democrática.	Distribuição de sobras e do público em geral. a) ao desenvolvimento da cooperativa b) aos serviços comuns c) aos associados “pro-rata” das operações.
Retorno “pro-rata” das operações.	Retorno “pro-rata” das operações.	Taxa limitada de juros ao capital.
Juros limitados ao capital.	Juros limitados ao capital.	Taxa limitada de juros ao capital.

Vendas a dinheiro.	Vendas a dinheiro.	Constituição de um fundo para educação dos cooperados e do público em geral.
Educação dos membros.	Desenvolvimento da educação em todos os níveis.	Ativação de um fundo entre as cooperativas, em plano local, nacional e internacional.
Cooperativização global.	Neutralidade política, religiosa e racial.	Neutralidade política, religiosa e racial.

Fonte: UNIPSICO (on-line)³.

Embora já tenhamos destacado ao longo deste texto alguns dos princípios cooperativistas, sempre é válido lembrar que estamos tratando de uma empresa com finalidades de “lucro”. Colocamos desta forma, entre aspas, para salientar que não existe uma referência direta que cite como finalidade da ação cooperativa a questão do lucro.

Todavia, por ser uma empresa que precisa sustentar-se no mercado, a gestão e as próprias atividades devem prezar pela existência de um balanço positivo entre custos e receitas. A diferença entre um e outro (receitas e custos), caso positiva, é retornada aos cooperados de acordo com seu grau de participação e investimento na cooperativa na forma de sobras.

É facultado à cooperativa definir, de forma democrática, qual a destinação destas sobras, as quais, além de serem distribuídas aos cooperados, podem compor fundos de investimentos na própria estruturação ou expansão das atividades da cooperativa, sempre no sentido de atender a seus princípios, prestando serviços de qualidade aos seus cooperados.

Muitas vezes, observamos a destinação das sobras para fundos de investimentos também na educação, formação e informação de seus membros, da mesma forma que tais fundos também são aplicados em políticas de responsabilidade social, denotando a influência e a preocupação que a cooperativa e o cooperativismo possuem com as sociedades as quais estes se inserem. Vale dizer ainda que os princípios educacionais mencionados anteriormente são multidisciplinares,

mas também com ênfase em estabelecer a natureza e as vantagens da cooperação entre seus membros e na comunidade em geral.

Mesmo sendo uma espécie de empresa, a cooperativa possui peculiaridades que permitem a plena diferenciação entre esta organização associativa e outras modalidades, tais como uma associação plena. Para dirimir as dúvidas sobre as diferenças entre uma empresa mercantil, uma associação e uma cooperativa, sugere-se a atenta leitura de nosso Quadro 2.

Quadro 2: Diferenças entre Associação, cooperativa e empresa mercantil

ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA	EMPRESA MERCANTIL
É uma união de pessoas.	É uma sociedade simples, regida por legislação específica.	É uma sociedade empresária.
Objetivo sem fins econômicos.	Objetivo principal é a prestação de serviços econômicos ou financeiros.	Objetivo principal é o lucro.
Número ilimitado de associados.	Número ilimitado de associados, salvo incapacidade técnica.	Número ilimitado ou não de acionistas.
Cada pessoa tem um voto.	Cada pessoa tem um voto.	Voto proporcional ao capital.
Assembleias: quorum é baseado no número de associados.	Assembleias: quorum é baseado no número de associados.	Assembleias: quorum é baseado no capital.
Não tem quotas de capital.	Não é permitida a transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade.	Transferência das ações a terceiros.
Não gera excedentes.	Retorno dos excedentes proporcional ao volume das operações.	Lucro proporcional ao capital.

Fonte: UNIPSICO (on-line)³.

Em termos gerais, percebemos, por meio da análise do Quadro 2, que a diferença entre uma empresa mercantil e as demais formas de organizações associativas encontra-se no fato de que a primeira trabalha com o conceito acionário, ou seja, a representatividade e o poder de decisão são definidos pelo grau de investimento feito por um acionista. Neste caso, o lucro é o objetivo principal e, como vimos, em uma cooperativa não existe a finalidade do lucro propriamente dito, mas com a eficiência dos serviços prestados, as sobras são o objeto maior.

Ainda, com relação à participação, existe uma clara ênfase em permitir a participação apenas de cooperados (tanto do ponto de vista prático como também do ponto de vista ideológico), não se permitindo a transferência de cotas para terceiros não cooperados. Isto serve para garantir o ideário cooperativo como ênfase e não o ideário do capital, como se observa em uma empresa mercantil a qual permite a transferência das cotas de ações à elementos exógenos.

Uma vez compreendida a ação cooperativista, seus princípios e diferenças com relação a outras organizações associativas ou mesmo com relação a uma empresa mercantil, estamos credenciados a entender de que forma o cooperativismo se organiza em nível mundial.

SAIBA MAIS



O símbolo internacional do cooperativismo é representado por um círculo abraçando dois pinheiros, para indicar a união do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais e a vitalidade de seus adeptos. Tudo isso marcado na trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando crescer cada vez mais.

Fonte: UNIPSICO (on-line)³.

Podemos evidenciar que existe uma hierarquia entre as instituições que representam o cooperativismo no mundo. Acima de todas, temos a **Aliança Cooperativa Internacional – ACI**, fundada em Londres, no ano de 1895. A ACI atualmente possui sede em Genebra, Suíça e conta com 75 países filiados diretamente, além das organizações continentais ou supranacionais de cooperativismo.

Nas Américas, a organização supranacional filiada à ACI é a **Organização das Cooperativas da América – OCA**, a qual possui vinte países filiados e sede em Bogotá, na Colômbia. A OCA foi fundada em 1963, na cidade de Montevidéu – Uruguai e deste então é a máxima entidade cooperativista nas Américas.

Já em nível nacional, a máxima representação cooperativista fica por conta da **Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB**, a qual foi fundada a partir do VI Congresso Brasileiro de Cooperativismo, ocorrido em Belo Horizonte – MG (1969). Sua ação é definida por lei nacional como órgão técnico-consultivo (Lei Federal 5.764/71).

Por sua vez, os Estados também contam com suas respectivas organizações (no caso paranaense, a **Organização das Cooperativas do Paraná – OCEPAR** é a instituição que congrega e representa todos os ramos do cooperativismo, prestando serviços às suas filiadas e ainda participando ativamente nas decisões ligadas a formação da Diretoria e do Conselho Fiscal da OCB).

Ainda existem estratos hierárquicos abaixo das OCE's, que são as Confederações de Cooperativas, as quais congregam as Federações de Cooperativas de cada ramo cooperativista e, ainda, as próprias Federações de Cooperativas (união de três ou mais cooperativas que atuam no mesmo ramo).

Embora exista uma relação organizacional entre as organizações mencionadas, vale salientar o princípio da Autonomia e Autogestão. Ou seja, mesmo que exista uma relação de filiação entre as cooperativas e suas organizações representativas, cada cooperativa é responsável por sua gestão de forma independente, de maneira a preservar os princípios cooperativistas.

Ainda sobre a gestão e a administração de uma cooperativa, vale discutir a respeito de sua hierarquia interna, a qual é capaz de definir o Estatuto Social, estabelecer a Diretoria e o Conselho Fiscal. Toda esta estrutura é definida por meio da **Assembleia Geral**.

A Assembleia Geral pode ser considerada como o órgão deliberativo supremo de uma cooperativa. Por conta do Estatuto Social e de legislações pertinentes, é esta assembleia a responsável por tomar toda e qualquer decisão que seja de interesse dos cooperados. A gestão nesta assembleia é democrática (um cooperado, um voto), de maneira que os temas discutidos são deliberados de acordo com a maioria votante, por meio das:

- a. **Assembleias Gerais Ordinárias:** Realizadas uma vez por ano, no decorrer dos três primeiros meses após o término do exercício social. Geralmente na AGO realizam-se discussões sobre a prestação de conta dos órgãos administrativos, acompanhada de parecer documentado do Conselho Fiscal, discussões sobre a destinação das sobras ou rateio de perdas, sobre a eleição e posse dos componentes da Diretoria e do Conselho Fiscal para o novo exercício social e outros assuntos que sejam de interesse dos cooperados.
- b. **Assembleias Gerais Extraordinárias:** Realizadas sempre que necessário, mediante a publicação de Edital que deve mencionar a pauta da reunião. Geralmente são tratados na AGE a reforma do Estatuto Social fusões, incorporações ou desmembramento de cooperados, mudanças de objetivos da sociedade, dissoluções voluntárias e nomeação do liquidante e, ainda, a discussão sobre as contas do liquidante.

Além das referidas assembleias, vale destacar o papel da **Diretoria** ou também chamada de **Conselho de Administração**. Em termos administrativos, trata-se do órgão superior da cooperativa, eleito por meio da Assembleia Geral. Seus membros são cooperados em gozo de seus direitos sociais definidos no Estatuto Social e sua função primordial é decidir sobre assuntos de interesse da cooperativa diante de seus dispositivos legais.

Para auxiliar no processo administrativo e nas questões financeiras, observa-se a existência do **Conselho Fiscal**, que é constituído por três membros efetivos e três suplentes, os quais têm a função de fiscalizar à Diretoria em suas ações e estabelecer os rumos para a utilização dos recursos da cooperativa. Assim como para a Diretoria, seu prazo de gestão é de 12 meses e a eleição dos conselheiros dá-se por meio da AGO.

Mesmo que existam órgãos colegiados de gestão e de fiscalização, é de responsabilidade de todos os cooperantes conhecer, praticar e aperfeiçoar seus direitos, deveres e responsabilidade perante a cooperativa. Isto garante o obediência ao princípio de autogestão cooperativa. Segundo UNIPSICO, são direitos e deveres dos cooperantes:

Os direitos do cooperante:

- a) Utilizar os serviços prestados pela cooperativa;
- b) Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- c) Propor ao Conselho de Administração e às Assembleias, as medidas que julgar conveniente ao interesse do quadro social;
- d) Propor ao Conselho de Administração e às Assembleias, as medidas que julgar conveniente ao interesse do quadro social;
- e) Efetuar, com a cooperativa, as operações que forem programadas;
- f) Obter, durante os 30 dias que antecedem a Assembleia Geral, informações a respeito da situação financeira da cooperativa, bem como sobre os balanços e demonstrativos;
- g) Votar e ser votado para os cargos no Conselho de Administração e Conselho Fiscal; e,
- h) No caso de desligamento da cooperativa, retirar o capital, conforme estabelece o Estatuto Social.

Os deveres do cooperante:

- a) Integralizar as quotas-partes de capital;
- b) Operar com a cooperativa;
- c) Observar o Estatuto Social da cooperativa;
- d) Cumprir fielmente com os compromissos em relação à cooperativa;
- e) Respeitar as decisões da Assembleia Geral e do Conselho Diretor;
- f) Cobrir sua parte, quando forem apuradas perdas no fim do exercício;
- e,
- g) Participar das atividades desenvolvidas pela cooperativa.

(UNIPSICO, on-line)³.

Para compreender quais são os passos jurídicos para compor uma Cooperativa, sugiro a você, caro(a) leitor(a), que acesse nossa Leitura Complementar sobre os procedimentos básicos para sua criação. Trata-se de uma leitura de fácil compreensão e elucidativa no sentido de estabelecer o passo-a-passo para tal processo.

Espero que o conteúdo disponibilizado até aqui, especialmente considerando esta discussão, possa ter lhe esclarecido esta parte tangível do conhecimento acerca do **cooperativismo**, enquanto organização associativa que apresenta por objetivo o **desenvolvimento sustentável dos cooperados, seres humanos, protagonistas** de seus caminhos.

Da mesma forma, o conteúdo disponibilizado lhe direciona no sentido de **instigá-lo(a)** a pensar de que forma você, futuro(a) Gestor(a) de Cooperativas, **poderá atuar**. Você já conhece os trâmites e deve ainda lembrar que, ao trabalhar com cooperativas, automaticamente estará trabalhando com **seres humanos**, com suas **expectativas, saberes e culturas** diferenciadas. Assim, torna-se necessário o conhecimento sobre seus futuros parceiros de trabalho, caso venha a auxiliar nos trabalhos de uma cooperativa.

Este material não pretende ser definitivo no que concerne à apresentação dos temas. O cooperativismo enquanto atitude empreendedora encontra-se no cerne da humanidade desde antes da formação de seu conceito, no século XIX, e resumir todo o conhecimento sobre o tema em uma única obra é uma tarefa bastante difícil.

Desta maneira, volte a assumir sua atitude empreendedora e aceite o desafio de acessar outros materiais para aprofundar e enriquecer seus conhecimentos sobre o Cooperativismo. Profissionais formados e bem informados são a chave para o desenvolvimento sustentável, ao passo em que, desta forma, terão maiores chances de sucesso em um mercado de trabalho altamente seletivo. Posso dar-lhe algumas dicas? Acompanhe as sugestões de materiais extras que se encontram ao final desta unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prezado(a) aluno(a), por meio desta unidade II nos concentramos na geração do conhecimento acerca dos aspectos gerais sobre Organizações Associativas e, especialmente, sobre Cooperativismo.

Iniciando a abordagem do tema por meio da análise histórica que norteou o pensamento associativista/cooperativista, fixamos a ideia de que o surgimento de tais organizações respeita a dualidade **plenitude-crise**, sendo uma resposta à crise social-trabalhista imposta pelo modelo capitalista nos séculos XVIII e XIX, conforme vimos em nossa primeira unidade.

A partir do momento em que a finalidade do trabalho deixa de ser o homem e passa a ser o dinheiro, as relações de trabalho tornam-se insustentáveis e totalmente extraviadas da visão econômica solidária.

Neste momento, cooperativas, associações e sindicatos ampliam sua representatividade e participação social, sendo que, nesta unidade, focamo-nos no histórico do Cooperativismo.

Ainda sobre o Cooperativismo, problematizamos seus aspectos gerais, princípios, atores envolvidos e finalizamos a unidade com a discussão acerca da estrutura e trâmites legais para o funcionamento destas cooperativas.

Tratou-se de uma unidade extensa, mas bastante proveitosa, dada a gama de sugestões de leitura, vídeos e outros materiais referenciados que, certamente, elevaram seu conhecimento sobre esta figura tão importante que é a Cooperativa.

Antes de avançarmos para a terceira unidade, vamos fazer mais uma pausa para fixar nossos conhecimentos. A seguir, apresentamos a você nossas novas atividades de estudo. Peço que as faça com bastante atenção para que possamos prosseguir em nossos estudos. Vamos lá?

Bons Estudos!



OS IDEALIZADORES COOPERATIVISTAS

Robert Owen

Nasceu em Newton, pequeno lugarejo do Condado de Montgomery, em 14/05/1771. Aos 9 anos de idade já havia lido os clássicos da literatura da época, permitindo discutir questões filosóficas. Em 1781 iniciou como comerciante de tecidos, aprendendo as técnicas de fiação e passou de aprendiz a co-proprietário de tecelagens. Começa a fazer parte da "Lit and Phil" de Manchester, sociedade de intelectuais e cientistas. Em 1799 casou-se com Caroline Dale, filha de um industrial e filantropo de Glasglow, com quem se inspirou e desenvolveu ideias de reforma social.



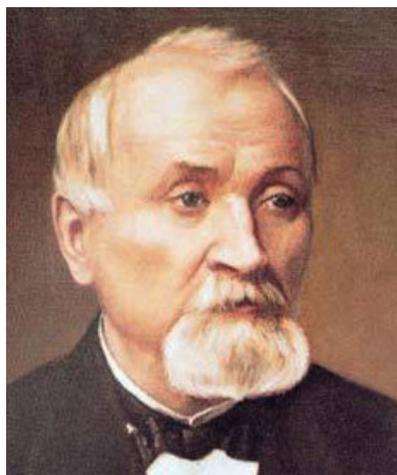
Para Owen a ideia de trabalho como fonte de felicidade e medida de valor era o principal alicerce ao princípio da cooperação. Decepcionado com outros empresários e governo, dirigia-se diretamente aos operários tentando a reforma social pela associação comunitária. Fundou então a Nova Harmonia, em 1828, no Estado de Indiana na América, mas o empreendimento não deslanchou. Ao retornar para a Europa, retoma sua luta em prol de melhores condições de trabalho e de vida para seus operários. A repercussão da obra de Robert Owen em New Lanark atingiu todo o mundo civilizado, sendo convidado pela Academia Francesa em 1848 para conhecer a França, onde expôs seu plano sob o título de "Curta Exposição de um Sistema Social Racional".

Foi o precursor do sistema e hoje é conhecido como o "Pai do Cooperativismo Moderno". Robert Owen faleceu em 17 de novembro de 1858 e suas ideias serviram de inspiração aos Pioneiros de Rochdale.

Herman Schultze

Herman Schultze nasceu na cidade de Delitzsch, Alemanha, em 1808, onde exerceu a função de magistrado. Nas dificuldades econômicas, principalmente de 1846 a 1848, distinguiu-se pelo desempenho em atividades filantrópicas.

Seu maior êxito foi a organização de Bancos Populares, especialmente entre os artesãos que





não conseguiam crédito a juros reduzidos. Em 1863 preparou um projeto de auxílio mútuo, apresentando-o ao Parlamento Prussiano. Em 27/03/1867, com base nesse projeto, foi promulgado o primeiro Código Cooperativo da Alemanha e do mundo. Herman Schultze faleceu em 1883.

Friedrich Raiffeisen

Friedrich Wilhelm Raiffeisen era natural da Romênia e nasceu em 1818. Durante os anos difíceis de 1847 a 1848, organizou cooperativas de crédito na Alemanha com o objetivo de atender às necessidades dos agricultores.

Sendo o mais velho de uma família de 9 irmãos, teve que assumir todos os encargos econômicos após a morte de seu pai. Levou uma vida de privações e tornou-se pastor da comunidade, fato que contribuiu para a sua formação religiosa.

Seu grande amor pela agricultura o fez procurar a solução para os problemas do crédito agrícola e fundou em Plammersfeld, com 60 habitantes do lugar, uma sociedade de auxílio-mútuo. Em 1850 organizou outras sociedades, Heddesford por exemplo, substituindo-as depois por cooperativas de crédito, e publicou um livro sobre o assunto.



Raiffeisen morreu em 1888 e a primeira cooperativa de crédito da América Latina (Sicredi Pioneira - RS) fundada em 1902 pelo Padre Theodor Amstad em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, funciona até hoje e tem este modelo.

Charles Gide

Nasceu em Uzès, em 1847, numa pequena vila vizinha da cidade de Nimes. Foi Gide um dos principais sistematizadores da doutrina cooperativa, o mais destacado líder do Cooperativismo de Consumo, participante de uma escola de pensamentos em Nimes que liderava os rumos do sistema na França.

Em 1884 rompeu com a economia política clássica e, no ano seguinte, pronunciou um discurso de abertura no 11º Congresso Cooperativo, realizado em Lyon. Sua proposta era fundar grandes armazéns de atacado para operar vendas em grande escala numa primeira etapa. Posteriormente, sua proposta era produzir tudo o que era necessário à sociedade e, depois, dominar a produção agrícola.

Segundo as próprias palavras: “eu lhes mostrei um fim imediato e presente: a educação econômica da classe operária pela associação cooperativa; e um fim mais distante: a emancipação da classe operária pela transformação do salário”.





Gide foi professor de economia política no Colégio da França, professor honorário da Faculdade de Direito de Paris, representante do Cooperativismo francês em vários congressos da Aliança Cooperativa Internacional. Foi, também, autor de várias obras e publicações em revistas especializadas. Gide faleceu em 1932, interrompendo o sonho da “República Cooperativa”.

Luigi Luzzatti

Nasceu em 1841 em uma família israelita de Veneza. Foi político, professor universitário, orador e autor de obras econômicas. Na juventude estudou em Berlim, Alemanha, onde conheceu Herman Schultze e adquiriu conhecimentos sobre o Cooperativismo de Crédito Urbano. Em 1863 publicou “A difusão do crédito e o Banco Popular”, no qual expôs as suas primeiras ideias sobre as Cooperativas de Crédito.

O sistema criado por Luzzatti foi inspirado no de Herman Schultze, com adaptações para a realidade da Itália. Os primeiros Bancos Populares foram fundados por Luzzatti na Itália a partir de 1864. “Ajuda-te, Deus e o Estado te ajudarão” se tornou o lema Luzzattiano.

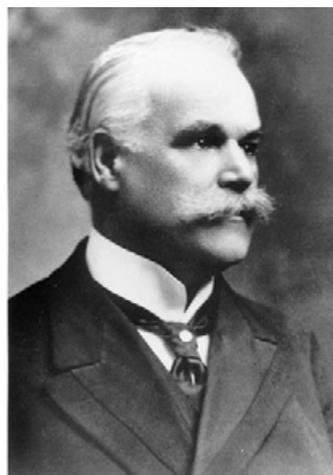
Luzzatti morreu em 1927 e seu modelo de cooperativa, no Brasil, vem sofrendo pressões por parte das autoridades. A primeira cooperativa neste modelo a ser constituída no Brasil foi a do município de Lajeado (Sicredi Vale do Taquari - RS), Rio Grande do Sul, em 1905, pelo padre Teodor Amstadt.

Alphonse Desjardins

Foi o criador do Cooperativismo de Economia e Crédito Mútuo. Nasceu no povoado de Levis, província de Quebec no Canadá, em 1854. Graduiu-se em 1870 e ingressou no jornalismo, interessando-se pelas causas sociais, com destaque para o problema da usura e da pobreza. Em viagem pela Europa estudou o sistema de Cooperativismo de Crédito desenvolvido na Alemanha (Raiffeisen) e na Itália (Luzzatti).

Com base nesses conhecimentos criou as Caixas Populares entre os canadenses, que eram abertas, permitindo a filiação de todas as pessoas da comunidade. As Caixas Populares Desjardins entraram nos Estados Unidos e sofreram alterações, formando as Cooperativas de Crédito fechadas, que só admitem sócios que sejam funcionários de uma mesma empresa ou que pertençam à mesma categoria profissional.

O sistema CUNA entrou para o Canadá e se expandiu pelas províncias de língua inglesa, inclusive em Antigonish na Nova Escócia, cujo modelo serviu de inspiração para Maria Thereza Teixeira Mendes criar, a partir de 1960, as Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo Brasileiras.





Desjardins faleceu em 31/10/1920 deixando mais de 140 Caixas Populares em atividade, agrupando 30.000 membros e ativos.

Edward Filene

Nascido em 1860 na cidade de Salen, em Massachussets. Foi o Secretário de Estado americano, que em visita a Moscou em 1921 disse ao Premier soviético, Wladimir Ilitch Lenin, que “se tivesse um filho que até os 21 anos de idade não fosse socialista, ele o deserdaria; e que, se este permanecesse socialista após os 21 anos, também seria deserdado”. Desde cedo trabalhou para a manutenção da família.

Dedicado, juntou grande fortuna como comerciante, fato que não o impediu de lutar por uma distribuição da riqueza mais justa. Dando o exemplo, doou parte da sua fortuna pessoal para o desenvolvimento das Cooperativas de Crédito em seu país: as Credit Unions.

A ideia de união de créditos foi descoberta por Filene em uma de suas viagens para a Índia em 1907. De volta para casa, estudou o assunto e, em 1909, colocava em atividade a primeira Cooperativa de Crédito Geral de Boston.

Em 1921, incentivou a busca de legislações federais e o aumento de leis estaduais sobre Cooperativismo. Filene criou o Departamento Nacional de Cooperativas de Crédito, com a ajuda de Roy Bergengren, e investiu mais de um milhão de dólares de seu próprio dinheiro nesse projeto de vida.

Roy Bergengren

Foi um advogado de Massachussets contratado por Filene para organizar Cooperativas de Crédito nos Estados Unidos e trabalhar para conseguir legislação favorável ao sistema com abrangência para todo o País.

Viajou pelos EUA fazendo lobby junto às Assembleias Legislativas para promulgarem leis favoráveis às Cooperativas de Crédito. Após ter conseguido seu intento em 45 estados americanos, trabalhou no Congresso Americano em Washington, conseguindo a promulgação de uma lei federal a favor do Cooperativismo.

Na sua cruzada pelos EUA, fundou milhares de Credit Unions, estando entre estas a Cooperativa de Crédito dos Empregados da CUNA, fundada em 28/08/1935, em Maddison, no Wisconsin, sendo seu primeiro presidente.





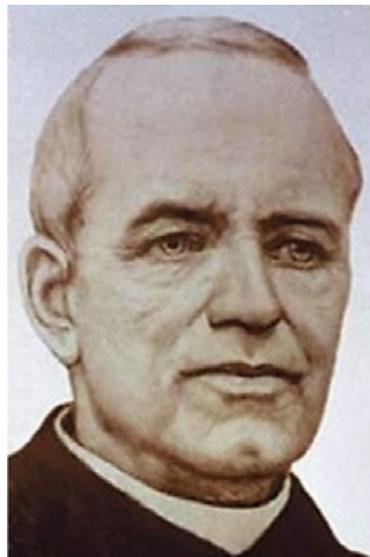
Theodor Amstadt

Suíço e Padre jesuíta, desembarcou em Porto Alegre no ano de 1885 aos 34 anos. Foi designado para atividades pastorais entre colonos e tornou-se importante líder rural e cooperativista. Sua atuação se destaca, principalmente, na criação e funcionamento da Associação Riograndense de Agricultores. Foi fundador da primeira Cooperativa de Crédito no Brasil em 1902, modelo Raiffeisen no município de Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul.

Durante 53 anos atuou como sacerdote e promotor do bem-estar socioeconômico dos agricultores.

Diretamente, fundou 15 Cooperativas de Crédito entre 1902 e 1923.

A partir desta data até 1928, colaborou na constituição de outras 26 Cooperativas. Trabalhando para a consolidação do sistema, contribuiu para a criação da primeira Central de Cooperativas de Crédito do Brasil, em 1925, em Porto Alegre, falecendo em 1938.



Maria Thereza Teixeira Mendes

Filha de tradicional família do Rio de Janeiro, escreveu seu nome na história do Cooperativismo. Em 1960 foi fundadora da primeira Cooperativa de Crédito Mútuo do Brasil: Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da CNBB, com 80 cooperados.

Em agosto de 1961, surgiu a Federação Leste Meridional das Cooperativas de Economia e Crédito Mútuo, a FELEME. Nos anos seguintes, sob o comando de Terezita, mulher pequena mas de fibra e persistência férrea, a FELEME deslançou. A FELEME transformou-se em uma mística e, mesmo sendo substituída por Federações nos Estados, ainda deixa marcas nos Congressos da Confebrás.

Fonte: Portal do Cooperativismo Brasileiro (on-line)⁴.





PROCEDIMENTOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVAS

A constituição de uma cooperativa requer uma série de procedimentos. Atualmente, as cooperativas não dependem mais de autorização do Estado para funcionar; porém, estão sujeitas aos deveres, obrigações e fiscalizações, como qualquer outra sociedade.

Conforme o Capítulo III, Artigo 6º da Lei nº 5.764/71, as cooperativas singulares são constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, admitindo-se excepcionalmente pessoas jurídicas, que tenham por objeto as mesmas atividades correlatas.

Durante o processo de constituição, é de fundamental importância que os interessados em constituir uma cooperativa solicitem informações e orientações aos sindicatos e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado e, igualmente, sejam assessorados por profissionais das áreas contábil e/ou jurídica.

A seguir, são apresentados os procedimentos básicos para constituição de cooperativas, com o objetivo de subsidiar e complementar as informações presentes nesta publicação.

Etapa I — Passos Preliminares

Reunião de um grupo de pessoas – 20 (vinte) pessoas no mínimo – interessadas em criar a cooperativa com as seguintes finalidades:

- Determinar os objetivos da cooperativa;
- Escolher uma comissão para tratar das providências necessárias à criação da cooperativa, com indicação de um coordenador dos trabalhos; e,
- Realizar reuniões com todos os interessados em participar da cooperativa, a fim de verificar as condições mínimas necessárias, para que a cooperativa seja viável.

Achar respostas para os seguintes questionamentos:

- A necessidade é sentida por todos os interessados?
- A cooperativa é a solução mais adequada?
- Já existe alguma cooperativa na região que poderia satisfazer as necessidades dos interessados?
- Os interessados estão dispostos a entrar com o capital necessário para viabilizar a cooperativa?
- O volume de negócios é suficiente para que os cooperantes tenham benefícios?
- Os interessados estão dispostos a operar integralmente, com a cooperativa?
- A cooperativa terá condições de controlar pessoal qualificado para administrá-la e fazer a contabilidade?





Além de:

- Escolha da denominação social e o nome comercial;
- Elaborar uma proposta de Estatuto Social da cooperativa;
- Formulação da chapa dos componentes dos Conselhos de Administração e Fiscal; e,
- Definir data de realização da Assembleia de Constituição da Cooperativa, com a participação de todos os interessados.

Etapa II — Atos do Processo de Constituição

Divulgar o Edital de Convocação para Assembleia Geral de Constituição. Assembleia Geral de Constituição que deliberará sobre a seguinte Ordem do Dia:

- Discussão e votação do Estatuto Social;
- Eleição do Conselho de Administração e Fiscal;
- Lavrar Ata de Constituição;
- Coletar assinaturas; e,
- Recebimento da integralização inicial do capital social.

Etapa III — Procedimentos para registro na Junta Comercial do Estado (Departamento de Cadastro)

Após a Assembleia Geral de Constituição, torna-se necessário fazer o registro da cooperativa, devendo ser apresentado na Junta Comercial os seguintes documentos:

- 03 (três) vias da Ata da Assembleia Geral de Constituição e 03 (três) vias do Estatuto Social da Cooperativa (assinadas por todos os fundadores);
- Ficha cadastral da cooperativa — preenchimento dos formulários de Cadastro Nacional de Empresas — CNE;
- Preenchimento de documentação e formulários exigidos pela Junta Comercial;
- Certidões civil e criminal dos sócios diretores;
- Documento de Identidade (cópia autenticada) dos diretores;
- Cadastro de Pessoa Física — CPF — (cópia autenticada) dos diretores; e,
- Pagamento de taxas.

Observações: Os Estatutos, antes de serem levados à Junta Comercial, deverão ser apreciados pela OCE (Organização das Cooperativas do Estado), ou por profissional da área jurídica, a fim de verificar se não conflitam com a legislação cooperativista vigente, ressaltando que deverá ser providenciado visto de advogado nas Ata e Estatuto.





Deve constar na Ata a seguinte cláusula: “Os sócios eleitos, sob pena da lei, declaram que não estão incurso em quaisquer crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis”.

Etapa IV — Processo de inscrição no CNPJ/MF

- Ata de Constituição chancelada pela Junta Comercial do Estado (cópia autenticada);
- Estatuto Social (cópia autenticada em todas as folhas);
- Cópia de Documento de Identidade do diretor presidente;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física — CPF — do diretor presidente;
- Comprovante de residência (cópia) do diretor presidente; e,
- Carteira profissional do Contador - CRC (cópia autenticada).

Informações mais detalhadas poderão ser obtidas diretamente no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br).

Etapa V — Vistoria do Serviço do Corpo de Bombeiros (Departamento de Vistoria)

- Solicitação de vistoria;
- Pagamento da taxa de inspeção; e,
- Obtenção do certificado de inspeção do Corpo de Bombeiros.

Etapa VI — Processo de inscrição na Prefeitura Municipal

- 01 (uma) cópia do Estatuto Social;
- 01 (uma) cópia da Ata de Constituição;
- CPF (cópia) dos sócios diretores;
- Preencher FIC – Ficha de Inscrição Cadastral;
- Pagar taxa de inscrição municipal;
- Comprovante de uso do solo (na secretaria do planejamento);
- Numeração predial (na secretaria do planejamento);
- Cópia do CNPJ/MF; e,
- Inscrição do contador (CAE - Cadastro de Atividade Econômica).





Etapa VII — Processo de inscrição no Cadastro de Contribuinte do Estado (Departamento de Cadastro de Contribuinte do Estado)

Para todos os ramos de cooperativas:

- Formulário de Atualização Cadastral (FAC) preenchido em três (02) vias;
- CNPJ (01 cópia autenticada);
- Contrato de locação ou escritura (cópia autenticada) em nome da cooperativa, com firma reconhecida do locador e locatário e número oficial retirado na prefeitura;
- Documento de Identidade e CPF (cópias autenticadas) de todos os associados;
- Comprovante de endereço da cooperativa (cópia);
- Etiqueta do contador;
- Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial;
- IPTU (cópia);
- Requerimento padrão retirado na Secretaria.

Etapa VIII — Registro no Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado

Toda cooperativa deve registrar-se na Organização das Cooperativas de seu Estado, a fim de atender ao disposto no artigo 107, da Lei n.º 5.764/1971, integrando-se ao Cooperativismo Estadual/Nacional, e com isto fortalecendo o processo de autogestão do sistema.

Para efetuar a filiação simultaneamente no Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado e, na Organização das Cooperativas Brasileiras — OCB Nacional, a cooperativa deverá apresentar os seguintes documentos:

- 02 (duas) cópias do Estatuto Social (autenticadas);
- 02 (duas) cópias do cartão CNPJ (autenticadas);
- 02 (duas) cópias da Ata da Assembleia Geral de Constituição da Cooperativa (autenticadas);
- 01 (uma) cópia do Balanço Patrimonial; e,
- 01 (uma) cópia dos 03 (três) últimos balancetes de verificação.

Fonte: (UNIPSICO, on-line)³.



ATIVIDADES



1. Considere o cenário socioeconômico de sua cidade ou estado. Qual a efetiva contribuição do Cooperativismo para o desenvolvimento de sua cidade ou estado?
2. Considere a lógica histórico-filosófica que deu origem às Organizações Associativas. Você considera que estes princípios estão presentes nas organizações de seu conhecimento? De que maneira eles contribuem para o avanço dessas organizações?
3. Tendo em vista a complexidade dos processos de gestão de uma cooperativa, você concordaria com o fato de que Agricultores Familiares estariam despreparados para se estabelecer em uma organização deste tipo? Justifique.
4. Do ponto de vista de ações complementares ao Estado e suas políticas públicas, verifica-se que as cooperativas podem apresentar relevante contribuição ao desenvolvimento de comunidades por meio de sua política de responsabilidade social. Você poderia apresentar um exemplo de uma cooperativa que exerce esta importante contribuição? Destaque os principais pontos que o(a) levaram à escolha deste exemplo e de que maneira você, como futuro(a) Gestor(a) de Cooperativas, poderia contribuir para potencializar estas ações.
5. O surgimento do sistema cooperativo foi em 21 de dezembro de 1844, em Manchester (Inglaterra). Vinte e sete (27) tecelões e uma tecelã fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, essa sociedade tinha como intenção visar o homem e não o lucro. Assinale a alternativa correta quanto ao principal motivo desta fundação.
 - a. Os tecelões buscavam naquele momento uma alternativa para atuarem na bolsa de valores de Chicago.
 - b. Os tecelões buscavam uma alternativa econômica para atuarem frente ao capitalismo ganancioso da época.
 - c. Os tecelões buscavam uma alternativa para atuarem frente ao socialismo, buscando recursos em dólar para investimento na Bolsa de Nova Iorque.
 - d. Os tecelões se associaram sem nenhuma motivação econômica.
 - e. Nenhuma das alternativas anteriores está correta.



LIVRO

Cooperativa – Série empreendimentos coletivos

CARDOSO, U. C.

Editora: SEBRAE

Sinopse: Este material, originalmente elaborado pelo SEBRAE/MG e reeditado em 2009 pelo SEBRAE Nacional, insere o processo de cooperativismo como protagonista na solução dos atuais entraves econômicos que impedem o crescimento dos indivíduos e de suas vertentes empreendedoras. Ao longo de suas 48 páginas, a obra apresenta informações didáticas sobre o Cooperativismo, desde suas origens, passando por aspectos legais, ramos de atuação, importância no cenário nacional, até chegar à percepção sobre a prática de se estruturar uma cooperativa. Trata-se de uma obra voltada à qualificação de empreendedores, em todos os níveis.



NA WEB

APRESENTAÇÃO: Esta dissertação apresenta-se como uma análise crítica a respeito do modelo de cooperativismo praticado no Brasil, especialmente considerando o estudo de caso de duas cooperativas, Alfa e Beta. Especialmente considerando a discussão sobre cooperativas instrumentais e cooperativas qualificadas, e sua relação com o modelo de produção capitalista, o estudo reconstrói o conceito de cooperativismo a partir das observações práticas destas duas cooperativas estudadas, afirmando que, mesmo que haja o encaixe das cooperativas no bojo conceitual histórico do cooperativismo, sua prática, no caso de uma das cooperativas estudadas, se distancia deste (bojo) drasticamente.

LINK: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/18019/Dissetacao%20Mestrado_O%20mito%20do%20Cooperativismo.pdf?sequence=1>.

Consulte também pela internet

Conheça maiores detalhes sobre as atualidades e ramos do cooperativismo nos seguintes sites:

Organização das Cooperativas do Brasil –

LINK: <www.ocb.org.br>.

Organização das Cooperativas do Estado do Paraná –

LINK: <www.ocepar.org.br>.

Portal do Cooperativismo –

LINK: <www.portaldocooperativismo.org.br>.

Portal do Cooperativismo Popular –

LINK: <www.cooperativismopopular.ufjf.br>.

Observatório do Cooperativismo (USP/FEARP/OCB) –

LINK: <www.fearp.usp.br/cooperativismo/observatorio/>.

REFERÊNCIAS

- BARCZSZ, S. S.; ZULIANI, D. B. **Empreendedorismo e Organizações Associativas**. Maringá: Unicesumar, 2010.
- CARDOSO, U. C. **Cooperativa** – Série Empreendimentos Coletivos. 2. ed. Brasília: SEBRAE, 2009.
- FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.
- MARX, K. **O capital: Crítica da economia política**. Livro I. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 2 v.
- PIRES, M. L. L. S. **O cooperativismo agrícola em questão**. Recife: Massangana, 2004.
- PONTES JR., O. S.; OSTERNE, F. J. W. **Roteiro de um Plano de Negócio para Empreendimentos Econômicos Solidários de autogestão**: Cooperativas. Fortaleza: UFC, 2004.
- SANTOS, T. H. **O mito do cooperativismo**: Cooperativa de associados ou condomínio de sócios? 2009. 168 f. Tese (Mestrado em Administração) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: UNISINOS, 1991.
- SINGER, P. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, C. R. **A cooperação como estratégia organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná**: o caso da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitanga. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

Citação de links

¹<<http://www.cecremef.com.br/imagens/rochdale.jpg>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

²<<http://ica.coop/coop/index.html>>. Acesso em: 15 de abr de 2008.

³<<http://www.unipsico.com.br/web2/arquivos/A%20CARTILHA%20DO%20CORPORATIVISMO.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

⁴<<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/idealizadores-cooperativistas/>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.



1. Como se trata de uma questão de resposta específica do(a) aluno(a) em função de sua cidade, espera-se que o(a) mesmo(a) exemplifique quais são as cooperativas que ali existem, e ainda espera-se que o(a) mesmo(a) saiba alocá-las em cooperativas qualificadas ou instrumentais.
2. Também é uma questão que segue a linha da primeira, e a resposta dependerá do diagnóstico realizado pelo(a) acadêmico(a) sobre a cooperativa em questão.
3. De maneira geral, os Agricultores Familiares encontram-se despreparados para assumir a composição de uma cooperativa. A sua criação demanda um nível educacional mais elevado. Ademais, não somente o nível educacional deve ser mais elevado, mas também o nível de conhecimento no que diz respeito ao próprio cooperativismo. Todavia, as experiências de sucesso dizem que existe uma ampla necessidade em existir processos de Assistência Técnica e Extensão Rural que sejam capazes de propiciar a elevação do conhecimento e, ainda, as bases para a criação de tais organizações. Assim, tendo este suporte, os Agricultores Familiares tornam-se mais aptos a experimentarem uma verdadeira experiência cooperativa.
4. Esta resposta se dará em função da experiência relatada e do grau de maturidade da experiência cooperativista (em relação ao obediência aos princípios doutrinários).
5. B



DIFERENCIANDO AS COOPERATIVAS DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS



Objetivos de Aprendizagem

- Proporcionar a construção do conhecimento, por parte do(a) aluno(a), sobre o Associativismo e o Sindicalismo em seus aspectos históricos, filosóficos, estruturais/organizacionais e em termos de atuação profissional.
- Reforçar o entendimento sobre as diferenças entre Cooperativas, Associações e Sindicatos.

Plano de Estudo

A seguir, apresentam-se os tópicos que você estudará nesta unidade:

- Associativismo
- Características gerais de uma associação
- Dificuldades nas ações cooperativistas e associativistas
- Sindicalismo e atuação do gestor de cooperativas no mundo das organizações associativas

INTRODUÇÃO

Prezado(a) aluno(a), em nossa terceira unidade faremos uma abordagem sobre outras duas principais formas de organização associativa: Associações e Sindicatos.

Devemos nos atentar de que todas as organizações associativas aqui tratadas (Cooperativas, Associações e Sindicatos) tiveram, nas crises sociais, elementos que permitiram sua criação ou mesmo reforçaram sua existência. Isto é dito pelo fato de que as associações foram “criadas” em um momento histórico diferente do das cooperativas e dos sindicatos.

Podemos dizer que as associações existiram despercebidamente ao longo da história da humanidade, tendo em vista que o seu caráter não se atém exclusivamente a finalidades econômicas, mas sim ao atendimento de qualquer meta que necessite de uma soma de esforços. Assim, como veremos, a própria família seria um exemplo de associação voltada à sobrevivência da espécie humana. Por isso, o momento histórico que permitiu a criação das cooperativas e dos sindicatos (entre 1840 e 1950) apenas reforçou a existência das associações como alternativas à crise socioeconômica vigente.

Em um segundo momento de nossa terceira unidade, vamos nos ater à discussão do sindicalismo, conceito o qual é mais relacionado ao corporativismo, ou seja, a junção de trabalhadores de uma mesma função ou profissão em prol do atendimento de seus direitos trabalhistas e sociais. Veremos que o surgimento do sindicalismo é mais recente que o das cooperativas (ocorrido na Itália já na primeira metade do século XX) e seus princípios também se apresentam diferentes em relação aos das demais organizações associativas.

Mas, se este é um livro voltado à discussão das cooperativas, você deve estar se perguntando: “Mas por que estudar sobre as associações e os sindicatos?”. A resposta a esta pergunta é bastante simples: Para que você possa compreender efetivamente o que é uma cooperativa, você precisa diferenciá-la de outras formas similares de organização social, compreendendo suas peculiaridades.

Assim, convido-o(a) a estudar comigo a unidade III, para que as diferenças entre as organizações associativas (Cooperativas, Associações e Sindicatos) fiquem bastante evidenciadas. Vamos lá?

ASSOCIATIVISMO

Assim como as cooperativas, as **associações** apresentam-se como uma forma alternativa de promoção do desenvolvimento dos indivíduos e das comunidades frente ao modelo capitalista em crise, o qual não consegue absorver as aspirações sociais, econômicas e políticas dos atores sociais.

Da mesma forma que para as cooperativas, as associações permitem a inserção de grupos de indivíduos que trabalham sob a mesma égide (missão, visão e valores), imprimindo-lhes representatividade e competitividade. Entretanto, para este caso, o termo “competitividade” não está sendo usado em sua vertente econômica, e sim em uma vertente que beira o Darwinismo.

Você se lembra da teoria da seleção natural de Charles Darwin? “Apenas os indivíduos mais adaptados a determinadas condições ambientais são capazes de sobreviver e de se reproduzir, perpetuando a espécie”. (DARWIN, *apud* VALERIO, 2004, on-line)¹. Em certo sentido, a teoria de Darwin pode ser estendida para um teor socioeconômico, atrelando-se a ela a questão da competitividade.



©shutterstock

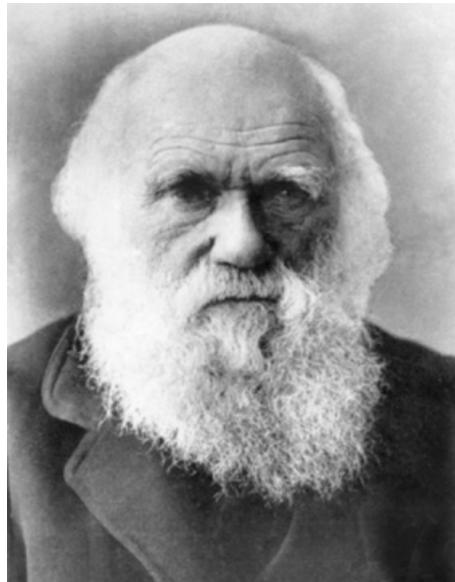
CHARLES DARWIN

Como já observamos, a sobrevivência diante de um modelo capitalista em crise amplia a importância da competitividade, afinal, os indivíduos mais qualificados, com visão sistêmica, eficiência e capacidade de gerar lucratividade sobrevivem no mercado. Funciona da mesma forma com empresas consolidadas e empreendimentos populares. Apenas aqueles que possuem atributos que elevem sua competitividade no mercado sobrevivem.

Em parte, o enfrentamento do mercado de maneira isolada culmina com o fracasso da atitude empreendedora. De certa forma, associar-se potencializa o poder de competição no mercado, todavia, não se pode esquecer que estamos falando de competitividade no sentido de representatividade e não no sentido de obtenção de lucros.

Qual o motivo desta distinção? O motivo é simples: as associações são sociedades formadas por pessoas físicas, de direito privado, sem fins lucrativos, embora possam exercer operações financeiras e bancárias no fomento à associação (e nunca aos associados). Neste caso, a Associação assume um papel de entidade pertencente ao Terceiro Setor, ou seja, uma entidade prestadora de serviços aos seus associados, serviços estes que deveriam, pela lógica, ser prestados pelo Estado.

Existem controvérsias sobre o encaixe das associações como entidades pertencentes ao Terceiro Setor. Neto (2004) afirma que somente as associações beneficentes ou fundações (entidades que prestam serviços assistenciais nos campos social, educacional e de saúde) podem ser consideradas como pertencentes àquele setor, excluindo-se, portanto, as demais associações que não têm por objetivo a prestação de tais serviços.



©shutterstock

São controvérsias válidas, tendo em vista que, assim como ocorre com as cooperativas instrumentais, existem casos de “associações de fachada”, que servem para lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito. Contudo, o encaixe das associações e também das cooperativas no conceito de Economia Social torna-se lógico e condizente, tendo em vista que esta vertente da economia procura explicar a lógica de funcionamento das atividades econômicas que atendem às demandas sociais, isto é, como possibilitar à parcela social excluída do bem-estar o acesso a benefícios sociais básicos como educação, saúde, trabalho e também renda (NETO, 2004).

Outro destaque fica por conta da confusão de conceitos sobre associativismo e cooperativismo. Vale salientar que a ideia de associação é mais antiga e inerente ao ser humano que a ideia de cooperação, que, em suma, é voltada exclusivamente às atividades econômicas. A primeira (ideia de associação), por suas características, é mais voltada para a questão da representatividade e da soma de esforços para a realização de uma meta comum.

Em termos históricos, a associação aparece de maneira despercebida na formação da família e, *a posteriori*, na formação dos primeiros agrupamentos populacionais, na era pré-histórica. Instintivamente e de acordo com sua percepção de mundo, o ser humano percebeu que havia vantagens na vida em grupo, especialmente quanto à sobrevivência frente às condições ambientais da época.

Pouco depois, a transformação do modo de vida nômade ao sedentário exigiu não somente o agrupamento para a sobrevivência, mas também para a divisão dos trabalhos: tarefas como o plantio, tratos culturais, colheita, preparo dos alimentos, obtenção de produtos cárneos e lácteos, elaboração de ferramentas, vigilância dos alimentos e dos indivíduos do grupo direcionaram naturalmente o ser humano para um processo associativo de fato. A soma de esforços dos indivíduos promovia a sobrevivência e a expansão do grupo.

Este modelo associativo pré-histórico foi adaptado ao longo dos séculos e gerou a agricultura, a formação de vilarejos, cidades, formas de produção e formas rudimentares de administração social. Ademais, com o passar dos séculos, agregou-se ao conceito de associação a questão da participação popular e de Estado democrático.

Embora esta ampla participação popular na política das sociedades não fosse

algo tão desejado, pelas instabilidades causadas no sistema devido ao excesso de demandas e de pressões, o associativismo em si teria uma função essencial na manutenção desta estabilidade pela agregação de interesses individuais e sua expressão na esfera pública. Além disso, o associativismo permitiria a educação dos cidadãos para a prática e convívio democráticos. (GANANÇA, 2006).

Ainda segundo Ganança (2006), as associações seriam estruturas que evitariam a atomização da vida social, agregando interesses e educando o indivíduo para o convívio social, geralmente com seus “iguais”, advindos da mesma classe social e com a mesma formação étnica e religiosa. Trata-se, portanto de um instrumento (associação) para o compartilhamento do poder político e para a socialização e agregação de interesses nos diversos grupos sociais.

Não é nosso objetivo aprofundar a discussão sobre a relação existente entre associativismo e Estado democrático, contudo, peço para que reflita sobre a seguinte colocação:

O ambiente participativo criado pela organização espontânea de cidadãos e cidadãs é muito salutar, desde que não ultrapasse um limite muito claro: Ações que possam desestabilizar o sistema político e econômico considerado como um modelo ideal pautado por imperativos racionais e pela lâmina fria e imparcial da lei. O aumento da participação política dos cidadãos para além do rito eleitoral, influenciando decisões e buscando compartilhar o poder é um forte elemento para desestabilização do sistema político. (...) dito de outra forma, a participação da ‘população do andar de baixo’ (...), afetaria os privilégios históricos da ‘elite do andar de cima’ (GANANÇA, 2006, p. 15-16).

Neste sentido, reflita:

REFLITA



O que você diria sobre a participação política em uma associação? Na sua percepção, há um esvaziamento ou mesmo uma apatia por parte dos membros das associações? E ainda, você conhece uma associação? Conhece seus membros? Diria que eles possuem conhecimento formal e formação política suficientes para entenderem seu papel enquanto membros de uma associação?

Fonte: o autor.



©shutterstock

CARACTERÍSTICAS GERAIS DE UMA ASSOCIAÇÃO

Neste texto, você foi capaz de perceber que o Associativismo é fruto da luta pela sobrevivência e pela melhoria das condições de vida de comunidades ao longo dos séculos. Atualmente, existem dois tipos de Associativismo: **Formal** e **Informal**.

Sua designação é bastante simples, pois qualquer processo produtivo ou social que envolva duas ou mais pessoas já é considerado como um processo associativo informal. As práticas de solidariedade e de construção social, representados por grupos de produção e comercialização solidária, grupos de ação comunitária e redes são formas informais de associativismo.

O ponto limítrofe que separa o informal do formal é o atendimento aos trâmites legais inseridos na legislação que rege a formação das associações (Artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988 e Código Civil). O registro na Secretaria da Receita Federal do CNPJ, ou seja, o papel da associação enquanto pessoa jurídica e o ponto de partida na formalização da associação.

Embora existam procedimentos anteriores ao registro de Pessoa Jurídica, conforme demonstrado no Quadro 1, a formalização somente será concluída após o registro do CNPJ junto ao órgão competente.

Quadro 1: Comparação entre os procedimentos de formação e formalização de associações e cooperativas

ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
<p>Definição do grupo de interessados;</p> <p>Definição dos objetivos concretos do grupo;</p> <p>Elaboração conjunta do Estatuto Social;</p> <p>Realização da Assembleia de Constituição, com eleição dos membros dos órgãos internos (conselho fiscal, conselho administrativo, diretoria e outros).</p> <p>Ata da Assembleia de Constituição;</p> <p>Registro, no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o Estatuto Social, os Livros obrigatórios e a Ata de Constituição;</p> <p>Solicitação do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) na Receita Federal;</p> <p>Registros na Prefeitura, INSS e Ministério do Trabalho; e,</p> <p>Elaboração do primeiro plano de trabalho.</p>	<p>Definição do grupo de interessados;</p> <p>Definição dos objetivos concretos do grupo;</p> <p>Elaboração do Projeto de Viabilidade Técnica, Econômica e Financeira;</p> <p>Elaboração do Estatuto Social;</p> <p>Encaminhamento dos documentos para análise por entidade representativa nacional, escolhida pelo grupo;</p> <p>Realização da Assembleia de Constituição, com eleição dos Dirigentes;</p> <p>Subscrição e integralização das cotas de capital pelos associados;</p> <p>Encaminhamento dos documentos para registro na Junta Comercial;</p> <p>Solicitação de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) na Receita Federal;</p> <p>Inscrição na Receita Estadual;</p> <p>Inscrição no INSS;</p> <p>Alvará de Licença e Funcionamento na Prefeitura Municipal;</p> <p>Registro junto à entidade de representação;</p> <p>Outros registros para cada atividade econômica; e,</p> <p>Abertura de conta bancária.</p>

Fonte: Fundação Banco do Brasil (2009).

Por meio do Quadro 1 percebe-se ainda as semelhanças e diferenças entre os processos de formação das associações e das cooperativas. Para o segundo caso, observa-se um aumento no número de trâmites (Projeto de Viabilidade Econômica, Registro na Receita Estadual, Junta Comercial e Aval de Conselhos de Classe, considerando cooperativas de saúde e de direito). Este aumento nos procedimentos possui claro direcionamento econômico, uma vez que as cooperativas possuem esta finalidade (Quadro 2). Ao contrário, uma associação não possui esta finalidade (Quadro 2), embora tenhamos observado em discussão anterior que o conceito de associação insere-se na questão da Economia Social que, entre outros objetivos, lista o acesso à renda como critério destes empreendimentos.

Quadro 2: Diferenças entre Associação e Cooperativa.

DEFINIÇÃO	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
	Sociedade civil sem fins lucrativos	Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos
Objetivos	Promover a implementação e a defesa dos interesses dos seus associados; e, Incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos seus integrantes.	Viabilizar e desenvolver a atividade produtiva dos seus associados; Transformar bens, atuando no mercado; Armazenar e comercializar; Dar assistência técnica e educacional aos associados.
Amparo Legal	Constituição (Art. 5º.); e, Código Civil	Constituição (Art. 5º.); Código Civil; e, Lei 5.764/71.

Fonte: Fundação Banco do Brasil (2009).

Ademais, a Fundação Banco do Brasil (2009) em seu trabalho de promover a conduta associativa aos Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais, inseriu em sua cartilha intitulada “Associativismo e Cooperativismo Solidário” quais são os passos para se organizar uma associação, sendo eles:

1. **Processo de Sensibilização e Dinamização:** deverá haver uma reunião com o grupo de interessados em participar para discutir e elaborar um documento que contenha o conjunto de regras para o funcionamento da associação. Esse documento é chamado de Estatuto Social.
2. **Realização de Assembleia de Constituição:** posteriormente, deverá ser realizada uma Assembleia de Constituição, em que ocorrerá a eleição dos membros dos órgãos internos (conselho fiscal, conselho administrativo, diretoria executiva e outros). Todos os pontos discutidos deverão constar na ata da Assembleia de Constituição.
3. **Realização de Assembleias Gerais:** é na Assembleia Geral que todos se reúnem para discutir os assuntos mais importantes da Associação, desde a fundação, a eleição de membros, as metas de trabalhos até as reivindicações do grupo.
4. **Representatividade e gestão democrática:** a Diretoria Executiva, o Conselho Administrativo e Fiscal serão escolhidos de forma democrática. Poderão haver vários concorrentes. Nesse caso, haverá necessidade de fazer uma eleição.
5. **Formalidades:** ao final de cada Assembleia Geral, é necessário fazer uma ata, que será assinada por todos os participantes.

Outras características e vantagens de destaque acerca do Associativismo são trazidas por Santos *et al.* (2007), adaptado pelo autor, a saber:

- O patrimônio das associações é constituído pela contribuição dos associados, por doações ou subvenções (ou seja, o patrimônio nunca será dos associados e sim da associação).
- Seus fins podem ser alterados pelos associados em assembleia, tendo cada um o direito ao voto (assim como no cooperativismo, cada indivíduo possui direito a um voto).
- São entidades de direito privado e não público, podendo realizar operações financeiras e bancárias, porém, as sobras de operações financeiras devem ser aplicadas na associação.
- Os dirigentes não recebem remuneração (ao contrário das cooperativas, onde pode ser facultado o pagamento de pró-labore aos dirigentes).

- Os dirigentes podem representar a Associação em ações coletivas de seu interesse.
- Possui um sistema de escrituração contábil simplificada.
- Possui maior representatividade e força de reivindicação.
- Por serem organizações de interesse público, têm direito de usufruir de programas governamentais, acesso facilitado ao crédito em programas de financiamento, bem como acesso a ONG's que promovem programas de ajuda ou de desenvolvimento.
- É isenta de imposto de renda.
- Possui assistência técnica facilitada.

Com a observação dessas características e a comparação dessas com as pertinentes ao Cooperativismo, percebe-se que o desenvolvimento de uma Associação atende plenamente aos anseios de grupos na sociedade que **não almejam a comercialização de produtos**, ou melhor, **que não visem seu desenvolvimento econômico por meio da obtenção de sobras**, tal como ocorre em uma cooperativa.

Conforme exposto, uma Associação se presta ao atendimento das necessidades sociais em diversos setores e está mais ligada à ampliação da representatividade popular no cotidiano social.

Justamente por não ter finalidade econômica, as associações são mais simples de serem organizadas, em termos de trâmites burocráticos. Entretanto, são mais frágeis, especialmente considerando as Associações de Agricultores, Pecuaristas, Silvicultores e outros produtores ligados ao meio rural. Entretanto, esta discussão acerca das dificuldades em se organizar uma associação será comentada em momento oportuno.

DIFICULDADES NAS AÇÕES COOPERATIVISTAS E ASSOCIATIVISTAS

Em minha experiência profissional, ao trabalhar com Feirantes em Feiras de Produtores, Associações de Agroindústrias e Produtores Independentes na região Noroeste do Paraná, percebo que a maior dificuldade encontra-se no entendimento sobre o papel individual de cada ator envolvido em suas respectivas Organizações Associativas.

A meu ver, a instituição dessas organizações dá-se de maneira vertical, partindo especialmente dos chamados “exemplos de sucesso”. No caso das Feiras, um dos exemplos de sucesso mais seguidos é o da Feira do Produtor de Maringá, que neste ano (2016) completou trinta e quatro anos de idade no dia 13 de Março.

Esta Feira possui elementos que fazem o processo associativo ser bem-sucedido, passando pela Assistência Técnica dedicada, capacitação dos produtores, oferecida pelas instituições componentes do Comitê Gestor do Programa de Desenvolvimento da Associação de Municípios do Setentrião Paranaense – PRÓ-AMUSEP, facilidade na obtenção de financiamentos e politização dos associados (os quais conhecem todos os mecanismos legais da associação, estabelecendo principalmente um processo participativo de fiscalização da Associação).

A questão é que os atributos que tornam a Associação da Feira do Produtor de Maringá vencedora não estão presentes ou o estão de maneira incipiente nas demais feiras. Em outras palavras, o modelo Associativista pode ser figurado como uma camiseta que não possui o mesmo tamanho de seu usuário (não serve!).

Infelizmente, neste caso, muitos agricultores sequer compreendem suas atribuições nas respectivas associações. Em casos mais extremos, não há a realização nem das Assembleias previstas no Estatuto Social. Ou seja, as Associações não cumprem o papel para o qual foram desenvolvidas.

Outro ponto crítico é a inserção de atores alheios aos objetivos das Organizações Associativas. Você percebeu em nossa discussão que as Associações são formadas de pessoas com objetivos e anseios em comum? Mas, é isso que ocorre na realidade?

Muitos “associados” e “cooperados” só estão na organização para “acompanhar a onda”, afinal, onde todos numa comunidade estão inseridos em uma

organização associativa, ficar de fora aparentemente traz muitos prejuízos. Assim, assumem as cadeiras das assembleias pessoas que não estão verdadeiramente interessadas no objeto da organização, tampouco interessadas em participar ativamente da vida da organização.

Pior que isso é o movimento de contágio desta falta de interesse. Em muitos casos, não se aplicam os dispositivos de controle contra estes indivíduos *sui generis*. Pela ingerência (pela não aplicação de punições) os outros indivíduos da organização já observam o certame com outro foco: “*Se Fulano não veio à reunião e nada aconteceu, eu também não vou!*”. Já ouviu isso em algum lugar?

Ademais, existem outras dificuldades importantes a serem consideradas no certame, as quais foram descritas por Rech (2000 *apud* BARCZSZ; ZULIANI, 2010):

- As pessoas desanimam quando os resultados demoram a aparecer e perdem toda a credibilidade que tinham na organização.
- Há muita dependência com pessoas ou órgãos de fora da comunidade.
- Os assessores técnicos, muitas vezes, acabam por impor suas opiniões, sendo que a decisão deve ser sempre do coletivo dos associados.
- Inexperiência das pessoas na relação comunitária, principalmente pessoas centradas no individualismo e com dificuldade de se relacionar.
- Muito paternalismo, ou seja, ficam esperando sempre a iniciativa de outros (assessor, técnicos, etc.).
- Mistura de interesses individuais com os interesses coletivos.
- Muitas vezes, há discórdia pelo fato de um trabalhar mais e todos receberem a mesma quantia.
- Muitas vezes, as decisões são tomadas pelos mais velhos, por serem mais experientes, deixando a importante opinião dos jovens de lado.

Em nosso estudo sobre o Cooperativismo e o Associativismo, percebemos que os trâmites legais para a formalização destas organizações não são complexos. Mas são numerosos e dispendem tempo para ter sua compreensão nivelada entre os associados ou cooperados. Assim, não é difícil constatar que alguns

casos de insucesso de cooperativas e/ou associações devem-se à impaciência, ao imediatismo e ao desconhecimento dos trâmites. Desta forma, você não acha importante sua ação como Gestor(a) de Cooperativas, ou melhor, como Agente de Desenvolvimento Local/Regional?

Em sua futura profissão, você terá que lidar com esta problemática, estabelecendo, por meio dos seus conhecimentos, soluções criativas e inovadoras que sirvam à promoção do desenvolvimento destas Organizações Associativas.

Não mencionamos tais dificuldades para desanimá-lo(a), mas, pelo contrário, para animá-lo(a) a descobrir estas alternativas. Por isso, tentei alertá-lo(a) sobre os percalços os quais você enfrentará. Afinal, o conhecimento é libertador, não acha? Esse conhecimento poderá libertá-lo(a) dos entraves, podendo auxiliar em sua prática profissional.

Logicamente que apenas o conhecimento sobre Organizações Associativas não basta: observe o funcionamento dessas organizações e você constatará que elas demandarão muito mais de suas habilidades. Desta forma, aproveite as disciplinas de seu curso ao máximo, pergunte, questione seus colegas, peça para que eles contem suas experiências no Fórum, estabeleça sua rede de contatos.

Imagine que neste momento em que você está lendo este material outros colegas também o estão, e eu não estou incentivando somente a você, mas a todos os seus parceiros. Vamos criar juntos as soluções que as organizações associativas precisam? Para criá-las, que tal ampliarmos nossos conhecimentos sobre o assunto por meio de leituras complementares, as quais se encontram ao final desta unidade?



©shutterstock

SINDICALISMO E ATUAÇÃO DO GESTOR DE COOPERATIVAS NO MUNDO DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS

O **Sindicalismo** configura-se como uma terceira organização associativa de importância no Brasil e no mundo. Todavia, em termos práticos, a ação do Gestor de Cooperativas no mercado de trabalho se concentra mais nas duas primeiras formas de organização: **Cooperativismo** e **Associativismo**.

O assunto “**Sindicalismo**” é bastante complexo e denso, pois aborda uma forma de organização ligada exclusivamente ao trabalho, ou melhor, à defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários de diferentes categorias de trabalhadores e também de empregadores.

Os primeiros movimentos sindicais ocorreram por influência da **exploração do trabalho pelo capital** no período da Revolução Industrial. Para se ter uma ideia, em termos de direitos dos trabalhadores, somente em 1848, na Alemanha, criou-se um mecanismo legal para deter a carnificina que ocorria nas empresas.

O número alarmante de acidentes e mortes nas indústrias impulsionou outras nações a tomarem medidas contra a exploração do trabalho e, somente em 1917,

após a criação da Organização das Nações Unidas – ONU e de seu braço no setor, a Organização Internacional do Trabalho – OIT é que foram criados mecanismos legais, as Convenções, as quais ditavam normas contra a exploração do trabalho e a preservação da saúde e segurança dos trabalhadores.

Entretanto, não pense que o assunto foi resolvido pela assinatura destas convenções. Elas foram criadas com o objetivo maior de frear o número de acidentes de trabalho e, para isso, algumas condições exploratórias de trabalho foram coibidas. Ademais, a assinatura das convenções não significava necessariamente que seus preceitos eram adotados pelas empresas. A fiscalização era incipiente e, somada à histórica exploração da força de trabalho, novas ideias foram desenvolvidas: veja a importância dos momentos de crise para o desenvolvimento de soluções inovadoras.

E esta solução inovadora, o **Sindicalismo**, surgiu na **Itália**, em substituição ao corporativismo, modelo anterior que pregava a intensa intervenção do Estado nas organizações de trabalhadores. O novo modelo sindicalista pregava a **liberdade** e a **autonomia** dos trabalhadores, os quais, a partir daquele momento, organizaram-se sob uma base democrática e diversa.

Obviamente que o desenvolvimento do sindicalismo na década de 1930 foi freado pela Segunda Guerra Mundial, especialmente considerando os países que originaram esta nova forma de organização associativa (Itália e Alemanha).



Figura 1: A Bandeira Negra no Braz, São Paulo

Fonte: A White international (2010, on-line)²

Atualmente o sindicalismo é (ou deveria ser) exercido nas empresas com total democracia, sendo totalmente livre a escolha dos sindicatos que melhor representem os trabalhadores, presumindo-se a pluralidade sindical, a eleição de dirigentes e sua renovação, de acordo com reivindicação de, pelo menos, metade os trabalhadores filiados, além da questão da resolução de possíveis divergências que possam ocorrer dentro das empresas, a qual se faz resolver com o mediador oficial e/ou árbitro, escolhidos pela empresa e pelo sindicato.

Além de “mesas de negociações”, ou seja, luta pelo interesse comum, o Sindicalismo possui grandes semelhanças com o modelo de Associação. Perceba que, em muitos casos, os Sindicatos também arcam com a responsabilidade de estabelecer aos seus filiados projetos de assistência social, médica, psicológica e familiar (recreação e lazer). O patrimônio dos sindicatos é adquirido por meio da contribuição sindical, auferida a partir de seus filiados, mas não pertence aos filiados e sim à organização: eis mais uma semelhança com a Associação.

Outra semelhança está na finalidade da organização: assim como as associações, os sindicatos não possuem fins lucrativos e também não possuem finalidade econômica ou mercantil. Ademais, tratam-se de organizações que podem representar seus filiados em ações coletivas.

Pela análise que estamos tecendo, o Sindicato é praticamente uma Associação. **Errado!** Embora as duas organizações associativas possuam vários pontos em comum, sua base é antagônica. Lembre-se que o movimento associativista surgiu pela demanda popular, pela politização e participação dos indivíduos da sociedade na regulação do Estado. Por outro lado, o Sindicalismo, mesmo tendo surgido de uma base popular, teve sua lógica invertida quando da obrigação que algumas nações impuseram da existência de Sindicatos em determinados setores produtivos. Trataram-se de modelos semelhantes ao corporativismo, impostos verticalmente.

Além disso, existe um motivo muito mais óbvio: uma associação prevê a união de, pelo menos, duas pessoas físicas ou duas pessoas jurídicas que possuem os mesmos anseios e perspectivas acerca de uma problemática comum. A própria pluralidade sindical indica que os sindicatos configuram-se como prestadores de serviços aos trabalhadores, cabendo aos mesmos escolher se querem ou não ser representados por eles. Ou seja, não existe uma garantia real de que

os interesses, anseios e perspectivas acerca de uma problemática sejam idênticos entre trabalhador e sindicato. Desta forma, Sindicatos são considerados como uma organização associativa à parte das Associações.

No caso das associações e das cooperativas, o Gestor de Cooperativas pode prestar consultoria no sentido de estabelecer estas organizações associativas, ao passo em que também pode empreender no sentido de criá-las por iniciativa própria. Já no caso dos sindicatos, a atuação deste profissional é mais restrita à prestação de serviços de consultoria em gestão e serviços educacionais em processos de capacitação. Todavia, é uma atuação pouco comum e voltada para sindicatos específicos.

Desta forma, o foco de atuação e desta discussão deve concentrar-se nos **atores**, e não na **estrutura**. Nos casos anteriores (Associativismo e Cooperativismo), o conhecimento sobre a estrutura daquelas organizações fez-se necessário pela ampla possibilidade de atuação profissional nestas Organizações. Mas, mesmo para aquelas organizações e para os Sindicatos, voltamos à discussão sobre os atores que serão parceiros de trabalho.

Não os trato como orientados ou clientes devido à gama de conhecimentos empíricos, experiências e percepções de mundo, mas sim como parceiros de trabalho. Assim como nas organizações associativas, o desenvolvimento do trabalho do Gestor de Cooperativas deve estar voltado às pessoas, e por elas ser empoderado, ampliando as perspectivas de sucesso da ação.

Além disso, assim como aprendi que ser um Engenheiro Agrônomo e Engenheiro de Segurança do Trabalho é, acima de tudo, ser um **comunicador**, entendo que o profissional em questão também deve assumir esta função de comunicador e, acima disso, de **animador** dos processos, visto os inúmeros entraves e dificuldades que a realidade impõe ao romantismo das organizações associativas.

Para finalizar este tema, julgo apropriado apresentar-lhe alguns materiais que abordam o sindicalismo e a atuação profissional junto ao público-alvo da profissão (gestores, empreendedores, empresários dentre outros atores) de maneira mais aprofundada e apropriada. Sugiro que esses materiais sejam lidos na íntegra e que você possa integrar estes novos conhecimentos com os obtidos até aqui em nossa discussão. Os materiais em questão encontram-se ao final desta unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Associativismo, Sindicalismo e dificuldades na ação profissional: esses foram os três eixos norteadores da discussão nesta unidade. Observamos a importância do associativismo no contexto histórico e democrático na humanidade, bem como suas principais características e diferenças em comparação ao modelo cooperativista, as principais dificuldades, considerando o associativismo, e finalizamos a discussão abordando o sindicalismo, sua importância histórica e possibilidades de atuação profissional.

Vimos que, ao contrário das Cooperativas, as quais possuem finalidade econômica, mesmo que não visem ao lucro, as Associações e Sindicatos não possuem finalidades econômicas. Pelo contrário, tratam-se de entidades que possuem finalidades voltadas às demandas sociais pelo aumento de representatividade relacionadas a uma causa específica, como por exemplo direitos ambientais, trabalhistas e sociais.

Da mesma forma, observamos que os trâmites para a criação de associações são mais simplificados em relação aos trâmites para a criação de uma cooperativa. Todavia, isto não torna a ação profissional do Gestor de Cooperativas mais fácil. Existem dificuldades relacionadas aos sujeitos da ação as quais precisam ser reconhecidas pelo Gestor de Cooperativas em caráter de antecipação. Assim, a formação das organizações associativas poderá dar-se com menores entraves.

Espero que o desenvolvimento dos assuntos nesta unidade possa ter sido esclarecedor no sentido de estabelecer as reais diferenças entre as Cooperativas (alvo de nosso estudo) e as demais formas de organização social.

Antes de prosseguirmos para nossa quarta unidade, vamos executar nossas atividades de autoestudo?



A LUTA DOS TRABALHADORES – A ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS E SUA PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E DOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

A influência das experiências europeias entre os trabalhadores vieram com a chegada de muitos estrangeiros, que eram trabalhadores qualificados e artesãos. Houve um predomínio dos anarquistas no início do século XX, que foi decisivo para o nascimento do movimento operário organizado no Brasil. Quem eram os anarco-sindicalistas? Eram militantes operários que procuravam e procuram, a partir das lutas sindicais, derrubar o regime capitalista, o Estado e toda forma de opressão.

(...)

As concepções que fundaram o sindicalismo brasileiro

Em 1908 é criada a Confederação Operária Brasileira COB que reunia cerca de 50 associações de classe das principais cidades brasileiras: Rio, São Paulo, Salvador, Recife as com maior números de operários fabris. Realizam campanhas contra as arbitrariedades policiais, organizam fundos e mobilizações de solidariedade às lutas em outros países, a operários em greve, a operários estrangeiros expulsos. Essas lutas se materializam em atos públicos, passeatas e manifestações.

(...)

Os primeiros 30 anos foram de intensas lutas e enfrentamentos. A República no Brasil foi construída desrespeitando e agredindo violentamente o povo trabalhador. As elites escravocratas, que tiveram de fechar as senzalas, transferiram a exploração para o chão da fábrica, continuaram com a mentalidade escravista, sem garantir direitos, considerando os trabalhadores simples objetos de produção e instrumentos de lucros.

2 – Era Vargas – Do sindicalismo independente ao sindicalismo tutelado

O período que vai de 1930 a 1945 é conhecido na história brasileira como Era Vargas ou Estado Novo. Uma nova etapa na história do movimento operário, especialmente no que se refere aos sindicatos, com uma crescente integração dos sindicatos ao controle do Estado.

(...)

Em 1932 são promulgadas várias leis sociais e trabalhistas, definindo critérios de aposentadoria, jornada de trabalho de 8 horas e proteção ao trabalho das mulheres. Foram conquistas alcançadas após longos anos de luta dos trabalhadores, sob a direção dos comunistas, anarco-sindicalistas e socialistas-anarquistas. As leis implementadas pelo governo Vargas, na verdade, tinham a intenção de criar uma base social operária para o Estado.

(...)





3 – O sindicalismo brasileiro no início da Guerra Fria

Em 1945 os comunistas tentam impulsionar uma ruptura do sindicalismo com o Estado. Essa busca de alternativa se materializa na criação do Movimento Unificador dos Trabalhadores - MUP. Eles reivindicam uma reforma sindical, nos aspectos mais importantes da estrutura oficial, como o direito de organizar sindicatos independentes da chancela do Ministério do Trabalho, e uma maior autonomia política para suas ações.

(...)

No contexto nacional-desenvolvimentista, nos anos 1950 até início da década de 1960, o movimento sindical se fortalece. Os sindicatos se transformam em interlocutores importantes dos trabalhadores diante dos patrões e do Estado. Essa influência institucional crescente torna o sindicalismo participante da vida política nacional. Mesmo com esse aumento de influência, os sindicatos não conseguiram organizar a maioria, e nem superar a dependência do Estado.

(...)

4 – Da ditadura militar ao Novo Sindicalismo: o renascimento

Entre 1964 e 1971, a ditadura militar decretou intervenção em 573 sindicatos, federações e confederações sindicais. Policiais e agentes civis do regime se tornaram interventores no movimento sindical. O sindicalismo passou a ser totalmente controlado pelos aparelhos militares. Em 1967, o general Castelo Branco reeditou o atestado ideológico, de triste memória do Estado Novo. Por estes atestados, os aparelhos de repressão política controlavam os candidatos aos cargos de direção da estrutura sindical, fazendo um filtro ideológico, vetando os que tivessem qualquer vínculo, ou mesmo suspeita de vínculo, com a oposição ao regime ou alguma relação com as esquerdas.

(...)

O Novo Sindicalismo

O aumento do número de assalariados, principalmente em São Paulo, Rio e Belo Horizonte, conjugado com as péssimas condições de trabalho e baixos salários, faz com que se generalizem as lutas, principalmente na segunda metade da década de 1970. Eram, contudo, lutas fragmentadas e isoladas. Centenas de greves tinham as mesmas reivindicações, a luta contra o arrocho e a busca de autonomia e liberdade sindical.

(...)

5 – A década de 80 e a ruptura entre a CGT e a CUT

Nos anos de 1979 a 1981 o sindicalismo combativo foi derrotando os pelegos nas eleições de importantes sindicatos, tanto de categorias da indústria quanto de serviços e comércio. As assembleias, passeatas e piquetes passaram a ter a presença constante de policiais, jagunços, elementos provocadores, com a função de controlar, espionar, ameaçar e agredir os que estavam na linha de frente das mobilizações. Alguns setores





do sindicalismo atrelado passaram a participar mais das atividades nas fábricas, disputando hegemonia com o Novo Sindicalismo. Os pelegos tradicionais buscaram se renovar, conformando alianças com setores da esquerda, como o PCB, Pcdob e MR8. Muitas eleições sindicais nos anos de 1979 a 1983 tiveram a participação de chapas compostas pelos pelegos e forças políticas que lutavam contra a ditadura e que foram vítimas da repressão do fascismo de Estado.

(...)

Os novos movimentos, no campo e na cidade

A CUT esteve na linha de frente na campanha por eleições diretas para presidente da República, e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que veio construir, em 1988, uma nova carta constitucional para o Brasil. A conjuntura dos anos 80 foi de lutas dos trabalhadores, retomada das entidades e do movimento estudantil, de surgimento de novos movimentos sociais urbanos movimentos de mulheres, negros, homossexuais, reforma urbana e moradia, saúde pública, educação pública e de qualidade sob responsabilidade do Estado, entre outros e também rurais. O mais importante deles foi surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, que é produto da injusta e perversa concentração da propriedade da terra no Brasil, uma herança do colonialismo, das capitânicas hereditárias e do latifúndio monopolista.

Fonte: Molina. (História do sindicalismo, 2016, on-line)³.



ATIVIDADES



1. Albuquerque (2003) afirma que o associativismo pode existir em vários campos de atividade humana, derivando de motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais. Cite e descreva três tipos de associações.
2. Diante das comparações entre Cooperativas e Associações e considerando a realidade socioeconômica das diferentes clientelas de sua cidade/estado, qual seria o modelo de Organização Associativa mais adequado?
3. De acordo com sua perspectiva e com os assuntos até aqui abordados, reflita e discorra sobre a importância da cultura empreendedora inserida no desenvolvimento das Organizações Associativas.
4. Cooperativas e associações possuem suas diferenças e semelhanças, em especial no que condiz à sua finalidade e à sua forma de constituição. Sobre a constituição de associações, quais seriam os passos a serem obedecidos para que uma Associação possa cumprir com seu papel de promover o desenvolvimento de seus associados?
5. Historicamente, as organizações associativas seguiram uma linha na qual é possível estabelecer uma ligação entre seus princípios. Por exemplo, as experiências jesuíticas na América Latina são consideradas por alguns autores como antecessoras ao modelo cooperativista Rochedaliano. Sobre este assunto, assinale a alternativa que apresenta o correto nome da organização associativa que antecedeu imediatamente o sindicalismo.
 - a. Cooperativismo.
 - b. Associativismo.
 - c. Corporativismo.
 - d. Ateísmo.
 - e. Iluminismo.



LIVRO

Cartilha sobre Associativismo.

SOBRINHO, J. A. S.

Editora: Oasis, 2009.

Sinopse: Trata-se de uma cartilha didática formulada aos agricultores do sertão de Pernambuco. O tema Associativismo é tratado com bastante simplicidade e didática, facilitando o entendimento e, ao mesmo tempo, apresentando os conteúdos básicos e o “passo a passo” sobre o tema.



NA WEB

APRESENTAÇÃO: Esta dissertação propõe examinar o fenômeno da ação coletiva institucionalizada no Brasil, pela análise do associativismo civil. Além de mapear, caracterizar e classificar tais organizações, esta pesquisa teve como foco a interpretação deste universo associativo e seu crescimento em anos recentes. Ademais, o objetivo deste trabalho foi o de analisar o status quo deste universo de ação coletiva quanto sua regulação estatal, para apreciar em que medida isto possibilita o avanço de uma nova institucionalidade democrática participativa ou, pelo contrário, reproduz estruturas de desigualdade que permeiam a sociedade brasileira.

LINK: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6650/1/2006_Alexandre%20Ciconello%20Ganan%C3%A7a.pdf>.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. **Associativismo**. In.: CATTANI, A. D. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: VERAZ, 2003.

BARCZSZ, S. S.; ZULIANI, D. B. **Empreendedorismo e Organizações Associativas**. Maringá: Unicesumar, 2010.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Associativismo e Cooperativismo Solidário** – Cartilha do Agricultor Familiar. Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS. Brasília: FBB, 2009.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil**: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. 143 f. Tese (Mestrado em Ciência Política – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

NETO, S. B. **Cooperativismo é Economia Social, um ensaio para o caso brasileiro**. In: III Seminário Tendências do Cooperativismo Contemporâneo. **Anais...** OCB/SES-COOP: Cuiabá, 2004.

SANTOS, C. K. N. *et al.* **Associativismo e Cooperativismo** – Cartilha 1 – Série Desenvolver. Palmas: Instituto Ecologia, 2007.

Citação de links

¹ <http://www.xr.pro.br/teoria_evolucao.html>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

² <<http://awhiteinternational.blogspot.com.br/2010/05/1-de-maio-homenagem-ao-trabalhador.html>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

³ <<http://www.sintetufu.org/historia-do-sindicalismo/>>. Acesso em: 06 de abr. de 2016.



1. Associações filantrópicas: congregam voluntários e buscam a prestação de assistência social. / Associações de moradores: organizações de pessoas comuns no espaço urbano, em busca de melhorias locais. / Associações culturais, desportivas e sociais: caracterizam-se pela união para promoção de atividades ligadas a cultura, ao esporte e ao social. / Associações de classes: destacam-se os conselhos profissionais que buscam melhorias e conquistas, gerados pela participação do trabalho coletivo dos grupos profissionais. / Associações de trabalho: formadas por trabalhadores ou pequenos proprietários organizados para realização de atividades produtivas. (Associações, cooperativa e sindicato). / Associações de pais e mestres: representam a organização da comunidade escolar com vistas à obtenção de melhores condições de ensino e integração da escola com a comunidade. Em algumas escolas se responsabilizam por parte da gestão escolar. / Associações em defesa da vida: normalmente são organizadas para defender pessoas em condições marginais na sociedade ou que não estão em condições de superar suas próprias limitações. Associação de meninos de rua, aidéticos, crianças com necessidades especiais. Ex. APAE, Alcoólicos Anônimos, etc. / Associações de consumidores: organizações voltadas para o fortalecimento dos consumidores frente aos comerciantes, a indústria e o governo. / Associações de classe: representam os interesses de determinada classe profissional e/ou empresarial. Ex. Associações Comerciais, FIEMG. / Associações de produtores: incluem-se as associações de produtores, de pequenos proprietários rurais, de artesãos, que se organizam para realização de atividades produtivas e ou defesa de interesses comuns e representação política.
2. Isto depende da experiência relatada pelo(a) acadêmico(a), todavia, podemos levar em conta que, na maioria dos municípios brasileiros, as experiências associativas são mais comuns e mais fáceis de serem conduzidas que as experiências cooperativistas.
3. A atitude empreendedora é uma condição ampla e necessária para o desenvolvimento de qualquer organização associativa. Devemos levar em conta que ter a atitude empreendedora significa, acima de tudo, assumir riscos calculados e estabelecer-se como um animador dos processos de desenvolvimento. Em outras palavras, este papel pode ser atribuído ao Gestor de Cooperativas, no sentido de que este profissional é que criará as bases legais e mesmo emocionais para elevar o nível organizacional das comunidades aos patamares mais evoluídos, quiçá aos patamares cooperativistas.
4. Basicamente são quatro fases: Sensibilização, Constituição (ata de fundação, criação de estatuto, formação do hall de associados, encaminhamento de ofício ao cartório e solicitação de CNPJ à Receita Federal), Pré-Operação (obtenção de estrutura e infraestrutura, equipamentos, alvarás, licenças) e Operação (início das atividades, propriamente dito).
5. C.



A ATITUDE EMPREENDEDORA E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO DE COOPERATIVAS

UNIDADE

IV

Objetivos de Aprendizagem

- Estimular o(a) leitor(a) para o desenvolvimento da competência “atitude empreendedora”, por meio do conhecimento de suas características, de exemplos históricos e da prática do conceito por meio das atividades propostas.
- Ilustrar a ligação existente entre o empreendedorismo e a gestão de cooperativas, levando-se em conta que a atitude empreendedora é condição necessária para o surgimento e a manutenção destas organizações.

Plano de Estudo

A seguir, apresentam-se os tópicos que você estudará nesta unidade:

- Atitude empreendedora e exemplos históricos
- Inserção da atitude empreendedora na história da humanidade
- Características da Atitude Empreendedora e sua relação com a Gestão de Cooperativas
- Estudos de caso

INTRODUÇÃO

Prezado(a) aluno(a), até o momento estabelecemos o conhecimento acerca da historicidade, dos conceitos e das diferenças existentes entre as Cooperativas e as demais formas de organização associativa, em especial Associações e Sindicatos.

Todavia, devemos nos ater ao fato de que você está sendo preparado(a) para atuar na área de Gestão de Cooperativas. Assim, além de conhecer os aspectos até aqui apresentados, torna-se condição necessária o conhecimento acerca da atitude empreendedora, sendo esta uma “mola propulsora” para a criação ou mesmo a manutenção das Cooperativas. Mas, o que é uma atitude empreendedora?

Em um primeiro momento, sem o conhecimento teórico acerca do assunto, parece difícil delimitar o que seja uma atitude empreendedora. Mas tenha paciência! Você pode ter tido várias atitudes em sua vida, as quais por suas características podem ser consideradas como atitudes empreendedoras.

Saiba que somente pelo fato de você estar lendo este material e acompanhando as aulas das disciplinas deste curso, você está conquistando o *status* de empreendedor, ao passo em que adquire as marcantes características da atitude empreendedora e, mesmo, da gestão de cooperativas.

Penso que o aprendizado torna-se bem mais intuitivo e prazeroso a partir do momento em que entendemos o contexto do assunto, preocupando-se com conceitos e definições somente após ter fixado os diferentes cenários em que o tema se insere. É como andar de bicicleta: você somente dominará o equilíbrio em andar por meio de cada pedalada. O conjunto das pedaladas é que gera o resultado, que, no nosso caso, é o conhecimento acerca da atitude empreendedora.

Vamos pedalar, então? Ou melhor, vamos empreender e compreender o que é a atitude empreendedora e sua relação com a gestão de cooperativas? Acompanhe com atenção a leitura desta quarta unidade.

ATITUDE EMPREENDEDORA E EXEMPLOS HISTÓRICOS

Como havia mencionado na introdução desta unidade, vamos iniciar nosso estudo sobre **atitude empreendedora** por meio da análise de seus exemplos históricos. Assim sendo, analise os exemplos a seguir para melhor compreensão do contexto acerca do assunto:

Dornelas (2011) considerou em seu livro “Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios” que o primeiro exemplo de empreendedorismo, ou melhor, atitude empreendedora, ocorreu no Século XIV com o navegador italiano Marco Polo. Marco Polo foi um dos primeiros navegadores a cruzar os mares da Europa em direção à Ásia, para executar trocas comerciais com aquele continente, mais especificamente com a China. Agora, reflita:

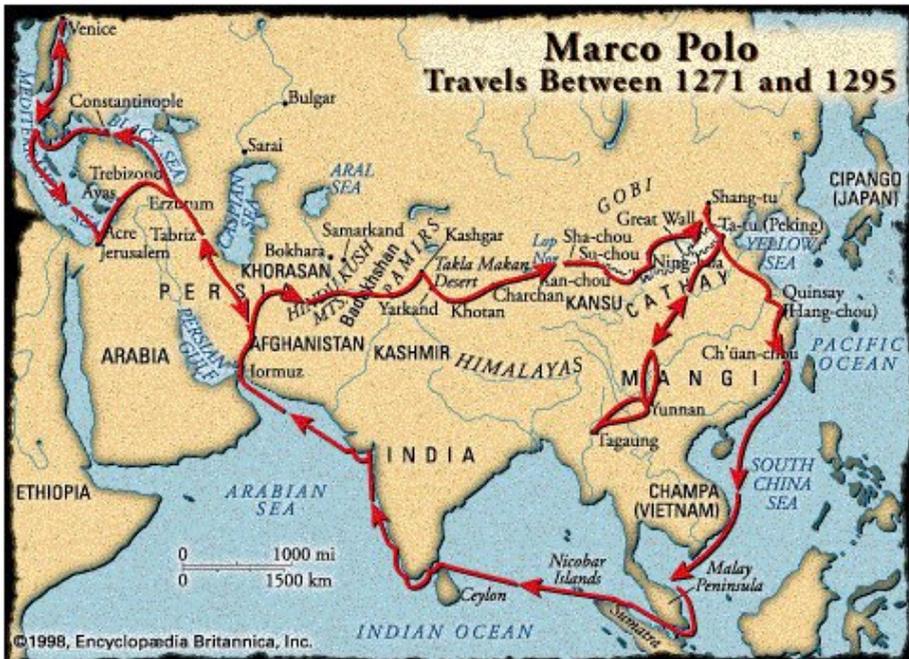
Certamente você ainda não possui todos os elementos necessários para definir os motivos pelos quais a ação de Marco Polo fora definida como exemplo de atitude empreendedora na humanidade. Em resposta a este questionamento, informo-lhe que Marco Polo foi o primeiro navegador a se arriscar nos mares para encontrar uma nova rota comercial com a China (Figura 1). Entretanto, não foi só isso: Marco Polo enxergou uma oportunidade de mercado, tendo em vista que as mercadorias produzidas naquele local tinham custo reduzido e poderiam ser comercializadas no continente europeu com um lucro suficiente para gerar capital e enriquecer a sua frota.



REFLITA

O que faz este exemplo de Marco Polo ser considerado como um exemplo de uma pessoa empreendedora?

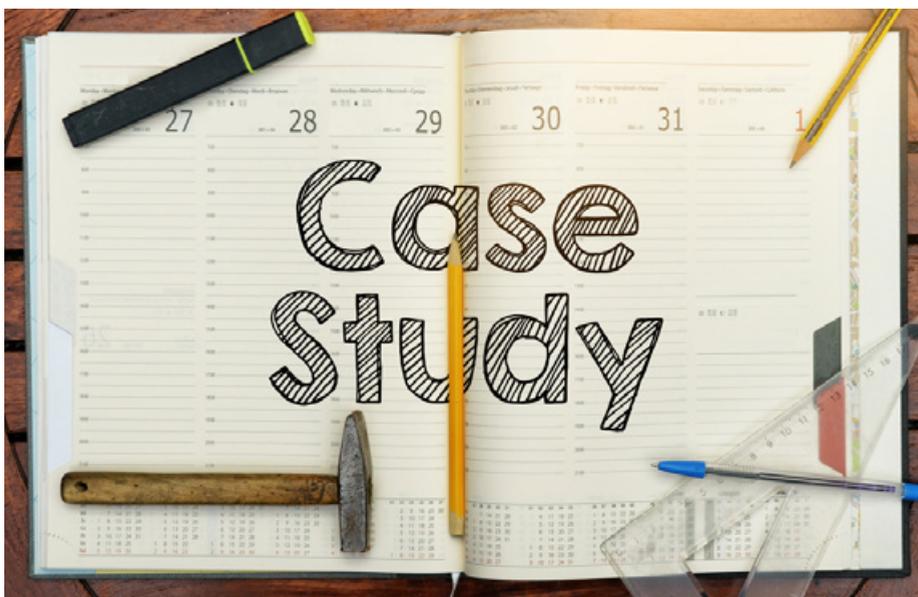
Figura 1: Mapa das rotas percorridas por Marco Polo entre 1271 e 1295



Fonte: Biografias e coisas (2012, on-line)¹.

Mas você pode estar pensando: Marco Polo lançou-se de cabeça nesse negócio? Não necessariamente, afinal Marco Polo enxergou uma oportunidade ao mesmo tempo em que enxergou os riscos de se lançar ao aproveitamento da mesma: eram riscos ligados à doença dos seus marinheiros, os riscos ligados às suas embarcações expostas aos perigos dos mares, os riscos comerciais quanto à aceitação dos produtos e os próprios riscos ligados à pessoa de Marco Polo, uma vez que, ao conquistar boa imagem como comerciante, não poderia comercializar produtos de baixa qualidade ou aquém das expectativas de seus consumidores.

Por meio deste exemplo de Marco Polo, podemos definir duas características da atitude empreendedora as quais devem estar presentes em qualquer Gestor de Cooperativas: a primeira delas é o **foco no mercado**. Geralmente, a pessoa com a atitude empreendedora possui uma visão sistêmica do mercado, de suas relações e especialmente das pessoas que se encontram envolvidas neste mercado. O resultado dessa observação pode ser medido por meio das oportunidades que são detectadas e de fato aproveitadas.



©shutterstock

Neste momento, faça uma reflexão acerca do seguinte estudo de caso:

Dona Selma é uma excelente cozinheira. Ela possui residência no bairro dos Andradas, um bairro tradicional em sua cidade.

Entretanto, mesmo sendo um bairro de muito movimento, Dona Selma percebeu que não existe nenhuma confeitaria nas proximidades e, muitas vezes, ouve de suas vizinhas sobre os desejos que elas possuem de consumir doces elaborados, bolos, tortas, quitutes e outras guloseimas.

Dona Selma sabe perfeitamente como fazê-los. Diga-se de passagem, os doces de Dona Selma são uma delícia. Considerando que Dona Selma é uma pessoa com visão e a atitude empreendedora, qual a orientação que você daria para ajudá-la neste novo negócio?

Certamente, você deve estar refletindo sobre o caso de Dona Selma. Trata-se de um caso que, embora simples, ocorre diariamente com muitas pessoas em nosso país. Afinal, dado nosso momento econômico, muitos empreendimentos têm nascido a partir do aproveitamento de oportunidades para elevação da renda em nível individual ou mesmo grupal (pelas associações ou cooperativas).

No caso de Dona Selma e considerando que ela possui uma visão de empreendedora, o aconselhamento mais oportuno seria o de colocar seus produtos a prova dos seus possíveis consumidores, constatando, nesta ocasião, a aceitação

e a percepção dos consumidores quanto à qualidade e aos preços competitivos.

Mas, por que não simplesmente abrir o negócio? Além de ser uma solução bastante simplória, abrir um negócio imediatamente significa não considerar os riscos associados à atividade, o que não faz parte da visão empreendedora (seria meramente uma aventura com grande possibilidade de fracasso). Desta forma, nós chegamos ao segundo ponto ligado à atitude empreendedora: a **visão e a assunção dos riscos de maneira calculada**.

Isso se aplica diretamente à fundação de uma cooperativa: A análise sobre os prováveis participantes denota a qualidade das futuras ações dentro do contexto de uma cooperativa. Os participantes e, acima de tudo, o animador dos processos (o gestor de cooperativas), além de observar o mercado de maneira sistêmica, deve observar os fatores econômicos, sociais e mercadológicos que possam interferir de alguma maneira no processo de comercialização de seus produtos, ou melhor, para o aproveitamento das oportunidades.

É importante frisar que a atitude empreendedora de Marco Polo não foi a primeira na história da humanidade e nem a atitude empreendedora de Dona Selma será a última. Podemos dar muitos outros exemplos de atitudes empreendedoras na história da humanidade, que antecederam a ação de Marco Polo.



©shutterstock



A mudança do modo de vida do ser humano, partindo do nomadismo ao sedentarismo, ainda na pré-história.



A criação dos pequenos aglomerados populacionais em diferentes partes do mundo, partindo da África e seguindo rumo à Europa e Ásia.



A concepção de desenvolvimento e a aplicação de ferramentas nas diferentes atividades humanas: agricultura, caça e pesca, metalurgia, armas de combates, etc.



Os diferentes modos de organização social e a criação de reinos e/ou impérios, dos quais derivaram as maiores obras arquitetônicas da humanidade (pirâmides e castelos).



A invenção da escrita como forma de comunicação e da moeda como forma de comercialização de produtos. O desenvolvimento de ideias inovadoras acerca das relações humanas em nível social, psicológico, religioso, econômico e filosófico (Platão, Aristóteles, Sócrates, Jesus Cristo, Maomé, etc.)

Perceba que, nos casos ilustrados anteriores a Marco Polo e também em casos mais recentes, a atitude empreendedora ou o empreendedorismo em si não está ligado exclusivamente à questão econômica. Para mostrar este fato, nos reportemos ao Século XIX, mais especificamente à primeira metade daquele século.

Tratava-se do apogeu da Primeira Revolução Industrial (Figura 2), especialmente na Inglaterra e Alemanha. Historicamente, podemos considerar que se tratava de um momento auspicioso com relação ao empreendedorismo, tendo em vista o amplo desenvolvimento e aplicação de inovações tecnológicas.



Figura 2: Marco da Revolução Industrial – O uso de vapor como fonte energética
Fonte: Wordpress (A origem das coisas, on-line)².

Estas inovações possuíram grande efeito, especialmente se considerarmos a evolução a partir de um modelo quase que exclusivamente artesanal para um modelo de produção em série, com a utilização de máquinas que aumentavam a produtividade nas indústrias da época.

Da mesma forma, as inovações configuravam-se por meio da utilização de uma nova matriz energética, o vapor de água, posteriormente substituído pelos combustíveis fósseis e pela energia elétrica no decorrer deste século. Contudo, o que se quer demonstrar é a aplicação do conceito de atitude empreendedora do ponto de vista **social**: fazendo uma breve análise daquele período, tendo em vista aspectos trabalhistas, havia a ampla exploração da força de trabalho, com jornadas que se estendiam de dez a dezoito horas por dia (Figura 3).



Figura 3: Ilustração sobre o trabalho infantil na época da Revolução Industrial.
Fonte: Educacional (A Revolução Industrial, on-line)³.

Além disso, havia a exploração do trabalho infantil, de mulheres e de idosos, os quais recebiam salários não condizentes com o grau de periculosidade e insalubridade de seus postos de trabalho (Figura 3). Acidentes de trabalho e absenteísmo eram corriqueiros entraves que não permitiam a evolução social dos trabalhadores.

Em conjunto a esta problemática, a ampliação e o exacerbado lucro da classe empresarial fez com que pensadores da época colocassem em xeque o modelo socioeconômico vigente (capitalismo). Vale lembrar que estas foram as condições sociais que permitiram a evolução das cooperativas como possíveis soluções ao processo de exclusão social verificado à época.

Karl Marx foi um expoente dessa observação social. Sua obra máxima, “O capital” foi um marco para a criação da doutrina comunista, estabelecendo um novo modelo de regulação social e econômica que, em teoria, seria mais justo e equitativo para os geradores da riqueza, ou seja, a massa trabalhadora.

Não pude evitar em pensar que você pode estar fazendo este mesmo questionamento acima. De fato, parece pouco lógico associar o empreendedorismo a uma inovação que não possua resultado econômico imediato em sua aplicação (lucro). Mas, pense bem: o fato de você estar estudando neste momento, o que é considerado um ato empreendedor, uma atitude empreendedora, está gerando resultado econômico imediato?

A atitude empreendedora gera, antes de tudo, uma situação de inovação. No caso de Karl Marx, a inovação gerada foi a doutrina comunista que, anos depois, gerou grande tensão no mundo entre duas superpotências econômicas (E.U.A. e U.R.S.S.). No seu caso, a inovação a ser gerada dependerá dos caminhos que você tomar e do conhecimento que você está adquirindo a partir desta e de outras disciplinas de seu curso.

REFLITA

Professor, estamos numa aula sobre atitude empreendedora ou em uma aula de História? O que Karl Marx tem a ver com o empreendedorismo?

Aqui, vale um adendo: Não sou a favor ou contra as ideias comunistas, aliás, sou imparcial em meu discurso. Todavia, devemos salientar que os pensamentos de Karl Marx se encaixam como uma atitude empreendedora, uma vez que o estado social da época oportunizava a criação de novos modelos de organização da sociedade, sendo o comunismo uma das doutrinas criadas neste bojo, assim como as Cooperativas também se apresentavam como modelo alternativo para se contornar o estado de crise social provocado pela exacerbação dos ideais capitalistas.

A terceira característica da atitude empreendedora é a **inovação**. Já na década de 1950, o economista Joseph Schumpeter (Figura 4) atrelava o conceito de empreendedorismo com a questão da inovação. Segundo Schumpeter: “O empreendedor é uma pessoa com criatividade e capaz de fazer sucesso com inovações”. (Schumpeter *apud* GUERREIRO, 2014, on-line)⁴.

Na década de 1970, Peter Drucker (Figura 5), tido por muitos economistas e administradores como “guru da administração moderna”, também trabalhou fortemente o conceito de empreendedorismo e atitude empreendedora, ligando sua teoria ao conceito de inovação.

Em seu entendimento, a essência do empreendedor é “transformar ideias inovadoras em ações lucrativas, já que empreendedor percebe as mudanças (inovações) como oportunidades de negócios”. (Drucker *apud* GUERREIRO, 2014, on-line)⁴. Ainda, Peter Drucker coloca que



Figura 4: Joseph Schumpeter (1883-1950).
Fonte: Schumpeter (WIKIMEDIA, on-line)⁵.

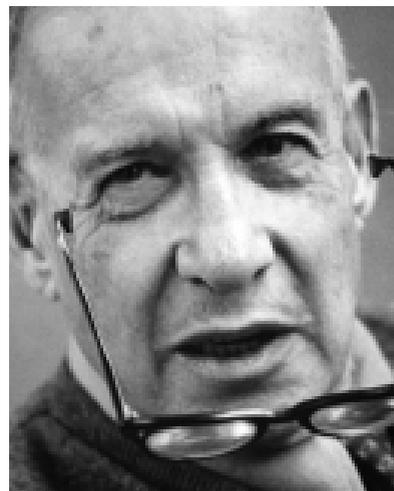


Figura 5: Peter Drucker (1909-2005)
Fonte: Drucker (WIKIMEDIA, on-line)⁶.

a atitude empreendedora deve considerar a inovação como uma necessidade presente e não somente como uma possibilidade futura. Com este ensinamento, verifica-se que a verdadeira atitude empreendedora considera a aplicação da inovação para a resolução de uma situação existente. Para entender melhor esta questão da inovação, reflita sobre o seguinte caso:

Considere o desenvolvimento das práticas de ensino no Brasil. Imagine o horizonte temporal de 60 anos e considere neste horizonte a presença de seu avô, seu pai, você e seu filho. No início deste horizonte temporal, época em que seu avô estudava, o ensino no país era restrito a algumas escolas e a metodologia de ensino era conhecida como “Disseminação de conhecimento”.

Passados vinte anos neste horizonte temporal, época na qual seu pai estudava, pouca coisa mudou e o ensino continuava restrito, difusionista e pouco dinâmico.

Chegamos à sua época: você é um(a) aluno(a) privilegiado(a), pois está sob uma metodologia de ensino a distância, com uso de tecnologias que permitem o entendimento dos conteúdos ministrados tal como se fosse a modalidade presencial. Além da metodologia de ensino ser muito mais aberta e acessível, existe um incentivo aos questionamentos na busca de informações em outros meios, o que torna a aprendizagem mais prazerosa e intuitiva.

Veja que neste horizonte temporal a inovação foi fundamental para transformar os modelos de ensino-aprendizagem e torná-los mais fiéis à sua função, que é o atendimento das necessidades de ampliação e problematização do conhecimento por parte dos alunos e professores. Em sua opinião, se as inovações tecnológicas que nós relatamos de maneira simples neste exemplo não tivessem sido elaboradas e utilizadas, o ensino seria tão acessível?

Além disso, coloco outra pergunta: seu(sua) filho(a) também é considerado(a) neste horizonte temporal. Que tipo de inovação você acha necessário para que seu(sua) filho(a) seja atraído(a) ao processo de ensino-aprendizagem? Qual a atitude que você, como empreendedor(a), tomaria para que este objetivo fosse atingido?



©shutterstock

Até agora nós vimos três características ligadas à atitude empreendedora: **foco no mercado (visão sistêmica), observação e cálculo de riscos de inovação**. Todavia, apenas essas três características não são suficientes para descrever a atitude empreendedora e, ainda, não são apenas estas três características que devem estar presentes no Gestor de Cooperativas ou no processo de criação e manutenção de uma cooperativa. De nada adianta termos as três características anteriores e não termos uma qualidade fundamental: a **comunicação**.

Tanto a atitude empreendedora como o Gestor de Cooperativas em si devem possuir a habilidade de transmissão das ideias e de contagiar as pessoas, em equipes de trabalho, fornecedores, credores e clientes. Você certamente já ouviu a expressão: “Mais vale uma ideia medíocre brilhantemente executada do que uma ideia brilhante medriocemente executada”. Esta frase, citada por Fernando Trias de Bes (2009) em sua obra “O livro negro do empreendedor”, ressalva não somente a importância de se executar uma ideia com critérios, mas também de como comunicá-la de maneira clara, consciente e contagiante.

Para entender a questão da **comunicação** diante da **atitude empreendedora**, coloque-se na posição de um investidor. O primeiro passo será dar nome à sua instituição. Utilize a linha a seguir para batizar a instituição na qual você está trabalhando. Lembre-se que esta instituição será responsável por financiar a ação de dois empreendedores que desejam obter recursos para montar seu próprio negócio.

Agora, considere que você é um(a) dos(as) colaboradores(as) desta instituição financeira. Você é o(a) gerente responsável pela liberação do financiamento e, neste momento, você está sendo fiscalizado(a) por seus superiores. Você tem a ordem expressa: “- Não libere dinheiro a qualquer um. Só poderemos investir em boas ideias, que nos tragam retorno”.

Em um determinado dia, você tem horário marcado com dois de seus potenciais clientes, o Sr. Amaury e o Sr. Pedro. Como você é uma pessoa proativa, já havia entrado em contato antes com estes dois clientes, solicitando que trouxessem, no ato da reunião, suas estratégias de marketing e comunicação, afinal, “a propaganda é a alma do negócio”.

O Sr. Amaury é o primeiro a ser atendido. Ele trabalha informalmente na comercialização de doces, de maneira itinerante. Ele ouviu falar de um programa do Governo Federal chamado Microempreendedor Individual – MEI, mas ainda não teve coragem de formalizar-se. O Sr. Amaury não havia passado por nenhum processo de capacitação, principalmente na área de marketing. Julga que, pela ampla clientela, não necessita de nada mais além de seu carisma. Em suma, sua estratégia de comunicação é restrita a esta foto:



Figura 6: Estratégia de comunicação do senhor Amauri

Fonte: Jornal Coletivo (apud BRAGA, on-line)⁷.

Por fim, o Sr. Amaury **não estava municiado** com seu **Plano de Negócio**.

Mais tarde, foi a vez do Sr. Pedro. Este, por sua vez é um Microempreendedor Individual – MEI há dois anos e, atualmente, possui sua esposa como colaboradora. Ambos atuam no segmento de salão de cabeleireiros. O Sr. Pedro, conforme instruções, leva um esboço de seu **Plano de Negócios**, pedindo desculpas por não ter conhecimento suficiente para fazer um plano mais elaborado. Entretanto, enfatiza: “- Preciso de um ‘dinheirinho’ pra melhorar meu salão (...), quero dar mais conforto aos meus clientes”.

O interessante é que, ao dizer esta frase, o Sr. Pedro lhe mostra uma foto que havia recortado de uma revista:



©shutterstock

“Eu pretendo fazer algo parecido com isso. Além disso, minha esposa quer fazer também um pequeno centro de estética junto ao salão (...)”. Diz o Sr. Pedro, após expor esta foto.

E agora? Você tem dois clientes e ambos tiveram a oportunidade de expor suas ideias. Para qual cliente você liberaria o financiamento?

Sr. Amaury ().

Sr. Pedro ().

Fiz você optar por um de seus clientes. Utilize o espaço a seguir para justificar sua escolha. Foque sua justificativa no aspecto de **comunicação**.

Vamos à terceira parte deste estudo. Coloque-se no lugar do Sr. Amaury e eu me colocarei em seu lugar. Será sua função convencer-me que sua ideia merece o investimento de minha instituição. Como você o faria? Quais materiais você utilizaria para isso? Lembre que a comunicação, além de ser a arte de **transmitir e fazer ideias serem compreendidas**, também é a arte da **persuasão**.

Espero que até agora, com os exemplos dados, você esteja compreendendo, passo a passo, as características da atitude empreendedora. Entretanto, não paramos por aí, pois existem mais quatro características importantes sobre a atitude empreendedora: **capacitação, capacidade de liderança, capacidade de planejamento** e... prefiro deixar esta última para comentário posterior.

A **capacitação** é necessária não somente considerando a atitude empreendedora, mas também para a gestão de cooperativas e para todas as áreas da vida, especialmente considerando seu desenvolvimento profissional. O empreendedor sabe que, mesmo que possua o conhecimento técnico necessário sobre o seu processo e sobre o mercado, ainda é necessário capacitar-se quanto às novas tendências, novas áreas do conhecimento e tecnologias para que ele sempre esteja na vanguarda do mercado.



©shutterstock

Considerando os dias atuais, a inserção de novas tecnologias, técnicas e conhecimentos têm sido fundamentais para a manutenção dos empreendimentos no mercado. Entretanto, segundo dados do Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, de cada 100 empresas que são abertas no Brasil, aproximadamente 27 são fechadas até o seu segundo ano de existência. (ZUINI 2012, *apud* CASTRO, Estadão, 2010, on-line)⁸.

Dentre outros fatores, Chiavenato (2007) destaca que 72% destas empresas com mortalidade prematura tiveram, como causa de mortalidade, a inexperiência e a falta de capacitação do empreendedor. De Bes (2009) completa, afirmando que tais indivíduos, gestores dos empreendimentos, nada mais são do que aventureiros, sem capacitação e preparação necessárias ao enfrentamento do mercado, tornando a atitude empreendedora uma mera aventura.

Neste sentido, é importante ressaltar que o processo de capacitação quanto aos micro e pequenos empreendimentos tem sido realizado, muitas vezes, de maneira gratuita, por instituições federais e estaduais, como é o caso do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio – SENAC, além de instituições de ensino superior.

Sob tal ponto, aqui vai uma pergunta: **você acha que está capacitado(a) como empreendedor(a)?** Ou ainda, **você acha que, sem a atitude empreendedora, você seria capaz de gerir uma cooperativa, articulando sua abertura ou mesmo sua manutenção?** Caso não esteja, sugiro que você continue acompanhando este material e, ainda, que você acesse alguns cursos on-line sobre empreendedorismo, inovação e oportunidades de negócio. Esses cursos são oferecidos gratuitamente pelo SEBRAE Nacional e podem ser acessados pelos links ao final desta unidade.

A **capacidade de liderança** é mais uma das características da **atitude empreendedora**. Entretanto, o que é a **liderança**? Milioni, (*apud* FARIA, Merkatu, on-line)⁹ insere seis definições equivalentes sobre liderança, a saber:

- Liderar é conectar seus colaboradores ao seu negócio.
- Liderar é obter e manter colaboradores que acham que trabalhem como proprietários, ou seja, que sejam possuidores dos processos.
- Liderança é a arte de fazer com que os outros tenham vontade de fazer algo que você está convencido que deva ser feito.
- Liderança é arte de mobilizar os outros a batalhar por aspirações compartilhadas.
- Liderança é arte de obter resultados desejados, acordados e esperados por meio de colaboradores engajados.
- Líder é o portador da autoridade legitimada, ou seja, aquele em que se reconheçam motivos para ser ouvido, acatado e seguido.



A partir destas definições, podemos avaliar que a função do líder é a de **contagiar** não somente os **colaboradores**, mas os **parceiros de trabalho** e todos os outros **elementos da cadeia produtiva**, no sentido de todos acreditarem na possibilidade de sucesso de um negócio que se encontra **planejado**, com os **riscos calculados** e com ampla possibilidade de **retorno financeiro**. Será que isso não se assemelha à formação de uma cooperativa?

Sobre **liderança**, há mais um ponto que merece atenção: autoconfiança. Quem possui a atitude empreendedora deve possuir também autoconfiança no processo de comunicação de suas ideias. Afinal, o sucesso de uma ideia, como já demonstrado, está na capacidade de convencer os parceiros de que a mesma irá gerar resultados. Além disso, é importante frisar que o verdadeiro líder é **reconhecido**, e não **imposto**.

Chiavenato (2007) cita que, em conjunto com a experiência e falta de capacitação, as falhas na gestão dos empreendimentos, pela ausência de líderes ou pela imposição de líderes alheios às estratégias dos empreendimentos, têm sido grande causa do insucesso de muitos empreendimentos no Brasil, e isso se estende à formação das cooperativas, essencialmente, pela falta de gestores com atitudes empreendedoras.

Assim, reitera-se a importância do reconhecimento de líderes e, ainda, no desenvolvimento de características de liderança por parte dos empreendedores, uma vez que se trata de características passíveis de treinamento. Você deseja saber quais são essas características? Faça um teste rápido sobre suas características de líder. Para isso, acesse o link relacionado ao Teste de Liderança Tríade do Tempo (alocado ao final da unidade). Aproveite, e coloque o seu resultado no fórum da disciplina, discutindo-o com seus colegas de curso.

A **capacidade de planejamento** é a penúltima característica da atitude empreendedora. Planejar as ações frente a uma situação de mercado exige um processo de diagnóstico cuidadoso. Identificar as condições atuais externas e internas do empreendimento, aliando estas observações com a visão de futuro é um passo inicial para compreendê-lo e administrá-lo de maneira planejada.

Maximiano (2006, *apud* CORRÊA, Administração e Gestão, 2008, on-line)¹⁰ utiliza de uma das diversas metodologias de planejamento estratégico para avaliação do ambiente externo e interno das organizações: a metodologia FOFA.

Essa metodologia é derivada dos estudos de Wright *et al.* (2000) e permite analisar quais são os **pontos fortes e fracos** do empreendimento (**análise interna**). Essa análise de pontos fortes e fracos diz respeito aos pontos que podem ser **diretamente controlados** pelo empreendedor como, por exemplo, processo produtivo, custos, espaço físico e investimentos.

Por sua vez, a análise das **oportunidades** e das **ameaças** diz respeito à **análise externa** do empreendimento, ou seja, dos pontos que **não são passíveis de controle direto do empreendedor**. Por exemplo, podemos citar a preferência do consumidor, qualidade de matéria-prima, logística de insumos a partir do fornecedor, preço, além de outras características que estão definidas diretamente pelo mercado. Para estes casos, somente a avaliação da característica em questão permite o seu enquadramento como oportunidade ou como uma ameaça ao empreendimento.

Para melhor entendimento desta situação, vamos avaliar conjuntamente o caso a seguir:

O Sr. Fernando é um feirante do município de Madalena, estado do Acre. Não é um município muito grande, tendo apenas 50.000 habitantes. A feira de Madalena é tradicional na cidade e o Sr. Fernando é um dos feirantes mais conhecidos naquela feira, afinal, trata-se de um pioneiro nesta forma de comércio. Todavia, seus clientes têm reclamado da falta de variedade de produtos em sua barraca, do preço por ele praticado e do fato de terem que sair de suas casas, por vezes longe do local da feira, para comprar seus produtos.

Vale destacar ainda que o Sr. Fernando não tem sido um bom observador nos últimos anos. O município de Madalena tem se desenvolvido economicamente e socialmente, com a chegada de várias empresas do setor de serviços, especialmente mercados, que têm oferecido produtos já minimamente processados e/ou prontos para o preparo.



©shutterstock

Diante dessa situação, se você fosse um(a) consultor(a) e tivesse que fazer um **planejamento estratégico do tipo FOFA**, qual o resultado que você disponibilizaria ao Sr. Fernando?

Para resolver esse exercício, primeiro lembre-se de analisar os fatores externos e internos do empreendimento. A partir da análise dos fatores internos, teríamos os pontos fortes e os pontos fracos do negócio. A análise dos fatores externos nos traria informações sobre as oportunidades e as ameaças no entorno deste empreendimento.

Assim, o quadro a seguir ilustra quais são os pontos fortes os pontos fracos, as ameaças e as oportunidades no entorno da barraca de Fernando. Por meio da análise destes fatores, poderemos planejar quais serão as saídas para minimizar as fraquezas e as ameaças referentes a este empreendimento, tornando-o mais lucrativo e menos suscetível ao processo de **mortalidade de empresas**.

Quadro 1: Análise dos Pontos Fortes, Pontos Fracos, Ameaças e Oportunidades no entorno do empreendimento avaliado

ANÁLISE INTERNA	PONTOS FORTES	ANÁLISE EXTERNA	OPORTUNIDADES
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tradição; ▪ Fidelização do Cliente; ▪ Atendimento; ▪ Ampla margem de lucro; e, ▪ Oferta de produtos frescos e de origem conhecida. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação de sua representatividade pelo comércio itinerante (de porta em porta ou via encomendas); e, ▪ Associação com outros fornecedores para ampliar a gama de produtos oferecidos aos consumidores, inclusive os minimamente processados e orgânicos.
	PONTOS FRACOS		AMEAÇAS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de Variedade de Produtos; ▪ Processo Produtivo parado no tempo; ▪ Layout de comercialização ultrapassado; ▪ Falta de controle para a formação de preços e custos; e, ▪ Inflexibilidade do comerciante (não adoção de inovações no processo de comercialização). 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concorrência com os mercados; ▪ Diminuição de clientela pela falta de inovação em produtos e processos; ▪ Redução da margem de lucro para aumento de competitividade frente aos concorrentes; e, ▪ Desarticulação da própria feira enquanto espaço de comercialização.

Fonte: o autor (2016).

Achou esse diagnóstico fácil ou difícil? Logicamente que se trata de um exercício didático e poucos dados foram oferecidos para que nós pudéssemos fazer esta análise. Em uma situação real, com número maior de variáveis a serem analisadas, certamente a planilha que você viu acima seria bem maior.

Contudo, o exercício não acabou aqui. Nós apenas fizemos o processo de levantamento e diagnóstico do estado de arte da barraca de Fernando. Diante destes dados, você será capaz de criar um plano de ação considerando o objetivo principal de Fernando, que é o de se estabelecer no mercado de Madalena com maior competitividade frente ao novo cenário.

Logicamente que o planejamento estratégico não se limita somente a uma avaliação das ações a serem executadas, mas também dos **recursos disponíveis** e dos **recursos que precisam ser utilizados** para a execução deste planejamento. Por **recursos**, podemos entender **recursos humanos, recursos em equipamentos e material permanente**, e recursos em **materiais de consumo e tempo** para a execução do proposto.

Além disso, a metodologia FOFA não é a única existente para os processos de diagnóstico e planejamento. Caso você deseje conhecer com maior profundidade outras ferramentas no processo de planejamento estratégico, consulte seus endereços que estão disponíveis ao final da unidade.

Finalmente, chegamos à última característica da atitude empreendedora, e essa provavelmente não se encontra em muitas das literaturas clássicas sobre o tema empreendedorismo. Essa característica marcante é a **paixão pelo ato de empreender**.

As pessoas que possuem uma atitude empreendedora empreendem pelo conjunto de emoções e demais desafios na criação de um empreendimento. O simples fato de se correr riscos, de elaborar e adequar ideias, planejar as ações, de focar o tempo em um objetivo e em uma missão excitam o ímpeto de assumir uma postura agressiva e de vanguarda frente ao mercado.

De Bes (2009) afirma que muitas vezes as pessoas com atitudes empreendedoras perdem o ímpeto empreendedor quando o empreendimento se transforma em uma empresa, ou seja, em um empreendimento que não possui mais possibilidade de renovação ou crescimento.



©Shutterstock

Neste ponto, é importante frisar que muitos empreendedores não conseguem ser gestores e partem para novos empreendimentos, deixando seus negócios aos cuidados de administradores e outros profissionais que terão a função de manter o negócio ativo.

Ainda, De Bes (2009) aponta que, na atitude empreendedora, a motivação de empreender é mais forte do que qualquer motivo em se empreender. Você possui algum negócio próprio? Se não possui, você deseja possuir um negócio próprio?

Se sua resposta foi sim, quais seriam os motivos para você empreender? Ter um negócio próprio? Ser independente? Não ter patrão? Poder gerenciar melhor os seus horários, escolhendo qual o dia que você tiraria folga?

Estes podem ser bons motivos para você empreender. Porém, nenhum deles lhe dará a motivação necessária para que você saia do ponto em que você está para chegar ao ato de empreender. Em seu livro “O livro negro do empreendedor” Fernando Trias de Bes desmistifica, em uma visão bastante realista, a “motivação” que impele o empreendedor, com a seguinte frase: “A motivação do empreendedor é o ato de empreender”. A falta desta paixão pelo ato de empreender pode ser caracterizada como Fator Crítico de Fracasso do empreendimento, (DE BES, 2009).

Estas características até aqui discutidas fazem parte da atitude empreendedora. Mais que isso, fazem parte e estão intrinsecamente ligadas à formação e a ação do Gestor de Cooperativas. A cooperativa também é entendida como um negócio, um empreendimento com finalidades econômicas, sem obtenção de lucros, mas com nítida função de se obter sobras, as quais podem evoluir o patrimônio dos “donos do negócio”, ou seja, os cooperados.

Por isso investimos uma unidade inteira para discutir sobre a atitude empreendedora e ilustrar a você a ligação existente entre este tema e a Gestão de Cooperativas. Todas as ações para a montagem e manutenção das cooperativas que nós evidenciamos nas unidades anteriores dependem da ação empreendedora de um gestor qualificado e empreendedor, o qual, além de compreender “o caminho das pedras”, também compreende os fatores pessoais que tornam tal processo mais fácil. Em síntese, você deve ser empreendedor(a) e auxiliar os demais cooperados a empreender e alcançar os resultados inerentes a um processo de cooperativismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prezado(a) aluno(a), espero que a linha de raciocínio e a linguagem que utilizei tenham sido úteis para a compreensão deste ponto fundamental sobre a ação do Gestor de Cooperativas frente ao conhecimento sobre as cooperativas e sobre seu processo de criação e manutenção.

Assim como eu tive esta sensação, espero que você tenha observado que a compreensão sobre a atitude empreendedora é uma tarefa relativamente fácil, uma vez que todos os seres humanos possuem parte ou todos os elementos necessários para atuar de maneira empreendedora. Ou seja, falar de algo intrínseco ao ser humano é relativamente fácil. Mas não confunda facilidade com simplicidade: pelo contrário, como vimos por meio desta unidade, a atitude empreendedora é extremamente complexa e imbricável com outras áreas, especialmente quando se fala em Cooperativas e Organizações Associativas.

A atitude empreendedora pode ser considerada uma condição necessária para qualquer Gestor de Cooperativas que deseja atuar no processo de animação para que este tipo de organização possa “sair do papel” e ganhar corpo com seus cooperados. Da mesma forma, atuar de forma empreendedora permite que haja uma evolução no nível de proatividade do conjunto de cooperados, no sentido de fazê-los atuar conforme o seu papel, de “donos” do próprio negócio.

Muitas cooperativas simplesmente padecem por leniência ou inépcia das ações de seus gestores, os quais não apresentam as características discutidas por meio desta unidade. Para que possamos driblar tal problema, torna-se necessário o correto entendimento das características aqui avaliadas e, acima de tudo, o incentivo à prática de tais características, algo que somente você, meu(minha) car(a), conseguiria realizar em sua vida profissional.

Antes de prosseguirmos com nossos estudos, vamos fazer mais uma pausa, para executar nossas atividades?



O EMPREENDEDORISMO NO CENÁRIO MUNDIAL

O empreendedorismo é basilar para o desenvolvimento socioeconômico de um país, dado que é fundamental para a concepção de oportunidades de trabalho e é considerado um catalisador e um incubador do progresso tecnológico e de inovações de produto, serviços e de mercado (JACK; ANDERSON, 1999 e MUELLER; THOMAS, 2000).

Por meio de uma atitude empreendedora, o tradicional *Babson College*, localizado no estado de Massachusetts, E.U.A. e berço das pesquisas sobre empreendedorismo no mundo, associou seus estudos e pesquisadores com outras instituições renomadas mundialmente no estudo do empreendedorismo, como a *London Business School*, por meio da Associação Global de Pesquisas sobre Empreendedorismo (*Global Entrepreneurship Research Association* – GERA e Universidad del Desarrollo, Chile). Esta associação interinstitucional deu origem ao *Global Entrepreneurship Monitor* – GEM ou Grupo de Monitoramento Global sobre Empreendedorismo, o qual iniciou suas pesquisas conjuntas em 1999.

Com o desenvolvimento de metodologias e de indicadores padronizados, o GEM possibilitou o levantamento de dados e a criação de relatórios anuais (global e para cada país participante). No caso brasileiro, o GEM iniciou suas pesquisas no ano 2000, em parceria estabelecida até os dias atuais com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade – IBQP.

Estabelecida uma prática de monitoramento do empreendedorismo em nível mundial, torna-se possível avaliar seu desempenho e sua influência no desenvolvimento socioeconômico das nações. Desta forma, o relatório mais recente (GEM *Global Report* 2011) faz os seguintes apontamentos:

- Estima-se que existem 388 milhões de empreendedores ativamente engajados no desenvolvimento de seus negócios.
- Desses 388 milhões de empreendedores, 163 milhões são mulheres empreendedoras que atuam em empreendimentos com menos de 42 meses de idade.
- 165 milhões de empreendedores estão na faixa entre 18 e 35 anos de idade, situação esta observada especialmente nos países de menor dinamismo econômico. Em grande parte dos casos, tratam-se de empreendedores por necessidade.
- 141 milhões de empreendedores, cujos empreendimentos sejam recentes (menos de 42 meses de idade), acreditam que irão contratar pelo menos cinco colaboradores nos próximos cinco anos.
- 65 milhões de empreendedores, cujos empreendimentos sejam recentes, (menos de 42 meses de idade) acreditam que contratarão pelo menos vinte colaboradores nos próximos cinco anos.
- 69 milhões de empreendedores fornecem produtos e serviços inovadores, o que tem ampliado sua competitividade no mercado.





- 18 milhões de empreendedores comercializam pelo menos 25% de sua produção no mercado externo.
- 46 milhões são considerados intraempreendedores ou mesmo possuem empreendimento próprio concomitante ao emprego atual.

Outro importante apontamento derivado deste relatório diz respeito à Taxa de Atividade Empreendedora (TEA). Este indicador leva em consideração o número de empreendimentos gerados no país que apresentam menos de 42 meses de idade. A Figura 7, extraída do GEM *Global Report 2011* (HERRINGTON, M.; KELLEY, D.J.; SINGER, S., 2012) demonstra a TEA por país avaliado.

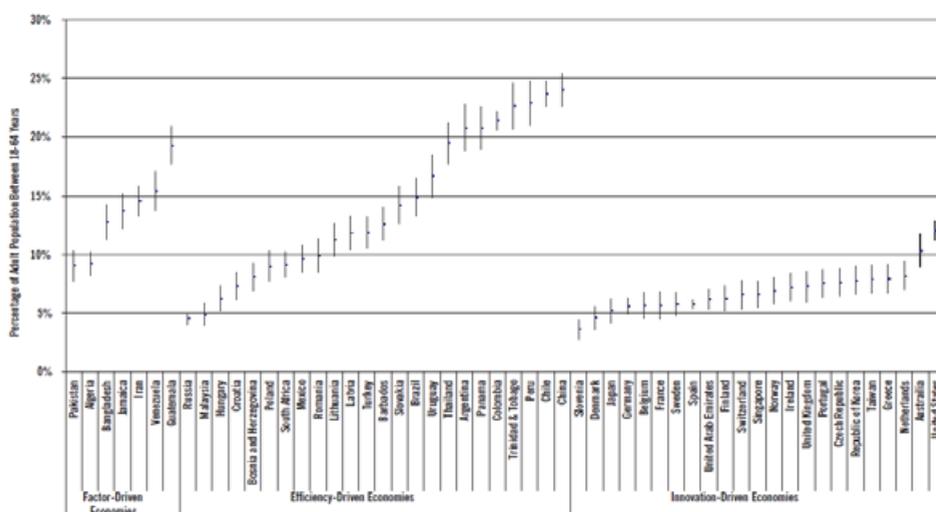


Figura 7: Taxa de Atividade Empreendedora por país avaliado e por Grupos de Desenvolvimento Econômico
Fonte: HERRINGTON; KELLEY e SINGER e (2012).

Segundo os dados apresentados na Figura 7, verificou-se maior tendência de crescimento do número de empreendedores nos países mais pobres, de economias com menor dinamismo. Em contrapartida, nos países de maior dinamismo econômico, verificou-se taxas estáveis, entre 5 e 10% da população total de adultos destes países, à exceção dos Estados Unidos e Austrália, que mostraram TEA superior a 10%.

O país que apresenta a maior taxa de empreendedores em sua população adulta é a China, com TEA igual a 24%. Por sua vez, a Eslovênia é o país que apresentou o menor índice entre as 54 economias avaliadas, sendo igual a 3,5% de empreendedores em sua população adulta (18 a 64 anos).





A Figura 8 demonstra a relação existente entre empreendedorismo por oportunidade (*improvement-driven opportunity*) e empreendedorismo por necessidade (*necessity-driven*), considerando-se sua representatividade sobre a TEA. Percebe-se nos países mais desenvolvidos, ou economias baseadas na inovação, que a proporção de empreendedorismo por oportunidade em relação à TEA é de aproximadamente 60%, reduzindo-se à medida que o país não possui dinamismo econômico suficiente (proporção de aproximadamente 40% da TEA é formada por empreendedores movidos por oportunidades).

Tal fato contribui para a conclusão de que o empreendedorismo, de fato, tem sido uma importante alternativa para a geração de renda e empregos, especialmente nos países mais pobres.

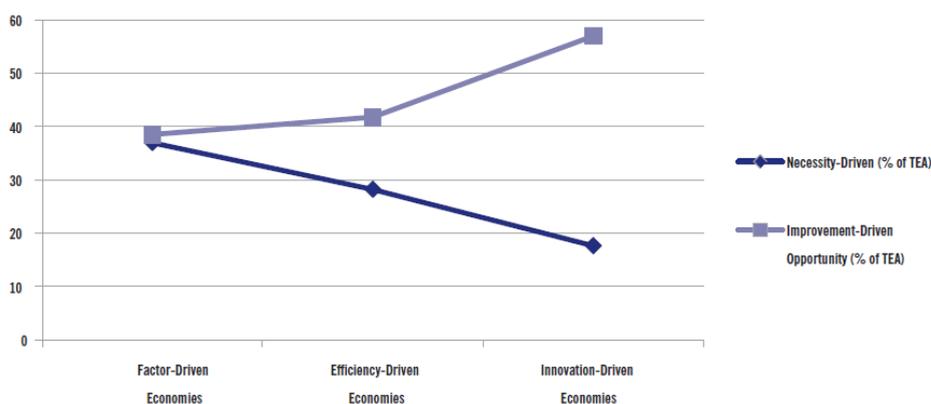


Figura 8: Proporção de Empreendedorismo por Oportunidade (*improvement-driven opportunity*) e de Empreendedorismo por Necessidade (*necessity-driven*) sob a Taxa de Atividade Empreendedora (TEA) por Grupos de Desenvolvimento Econômico.

Fonte: HERRINGTON; KELLEY e SINGER e (2012).



ATIVIDADES



1. Nesta quarta unidade, fizemos uma discussão bastante abrangente sobre atitude empreendedora. Note que, algumas vezes, nos utilizamos de exemplos históricos e, em outras vezes, de exemplos do cotidiano para ilustrar as características desta atitude. Reflita e responda: para você, atualmente, quem seria um exemplo de expoente na atitude empreendedora e quais as características marcantes demonstradas por esta pessoa que fizeram com que você a escolhesse?
2. Considerando que você se encontra em um curso de Gestão de Cooperativas, você poderia fazer a mesma reflexão da atividade anterior, mas focada no setor de Cooperativismo? Para você, qual pessoa, profissional ou atividade ligada ao Cooperativismo mereceria destaque na questão da atitude empreendedora e por quê?
3. Conforme informei na apresentação, este material é uma humilde contribuição à construção do conhecimento acerca da historicidade e do conhecimento sobre as cooperativas. Listei oito características marcantes da atitude empreendedora. Você acha que existe ainda mais alguma característica importante ou aspecto ligado à atitude empreendedora que não foi abordado? Faça esta análise à luz de seus conhecimentos e justifique sua resposta.
4. “De maneira geral, o ser humano possui como característica intrínseca a atitude empreendedora. Entretanto, nem todos conseguem desenvolvê-la. Porém, isto não se configura como motivo para preocupação, considerando que a atitude empreendedora pode ser exercitada por cada ator social (estes últimos podendo ser entendidos como pessoas ou como instituições)” (o autor).
5. Qual sua perspectiva acerca desta afirmação e sobre a contribuição que o desenvolvimento desta atitude pode oferecer ao Cooperativismo?
6. Empreendedorismo também é a percepção de criar algo novo, identificar novas oportunidades, possuir habilidades e implantar atitudes para a tomada de decisão. Geralmente o empreendedor trabalha com metas estabelecidas, mesmo assim é existente dentro do parâmetro do empreendedor conhecer as vantagens e desvantagens do seu negócio. Quando se fala de vantagens, podemos afirmar que:

Assinale a alternativa correta.

- a. Desejo de realização social, muito trabalho e insucesso, regras de burocracia.
- b. Contribuição à sociedade, lucro, energia emocional e fracasso.
- c. Independência, apoio governamental, monotonia.
- d. Desejo de realização pessoal, contribuição à sociedade, lucro, independência e estilo de vida prazeroso.
- e. Riscos, fracasso e prejuízos.



LIVRO

Extensão ou Comunicação?

Paulo Freire

Editora: Paz e Terra.

Sinopse: Uma das maiores contribuições de Paulo Freire para o desenvolvimento de ações em conjunto com Agricultores e Agricultoras Familiares encontra-se no livro "Extensão ou Comunicação?". Por meio da discussão estabelecida neste material, o leitor é levado a problematizar sobre o seu papel, como agente de desenvolvimento, no sentido de promover os processos comunicativos dialogados na mesma linguagem do agricultor, considerando seus saberes, costumes e identidade. Trata-se de uma leitura obrigatória a todos os profissionais que desenvolvem ações em conjunto com estes atores sociais.



NA WEB

Consulte também pela internet

Acesse cursos gratuitos on-line (EAD) sobre o tema empreendedorismo:

EAD SEBRAE - <<http://www.ead.sebrae.com.br/>>.

EAD SENAR - <<http://eadsenar.canaldoprodutor.com.br/>>.

Faça o teste sobre Liderança:

TRIÁDE DO TEMPO - <http://www.triadedotempo.com.br/testes/teste_lideranca2.asp>.

Acesse os sites a seguir para conhecer um pouco mais sobre outras metodologias utilizadas no Planejamento Estratégico:

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - <http://www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/anais/artigos/eng_producao/4%20METODOLO%20PARA%20PLANEJ%20ESTRAT%20PEQUE%20EMPRESA%20UM%20ESTU%20CASO.pdf>.

SCIELO.BR - <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v9n2/a05v09n2.pdf>>.

Universidade Federal do Paraná - <<http://www.madeira.ufpr.br/disciplinasgarzel/12.pdf>>.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

DE BES, F.T. **O Livro Negro do Empreendedor** – Depois não diga que não foi avisado. 1. ed. São Paulo: Best Seller, 2009.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: Transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MARX, K. **O capital**: Crítica da economia política. Livro I. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 2 v.

WRIGHT, P.; MARK J. K.; PARNELL, J. **Administração estratégica**: conceitos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Citação de links

¹<<http://desmanipulador.blogspot.com.br/2012/06/o-grande-viajante-marco-polo.html>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

²<<http://aorigemdascoisas.wordpress.com/2009/07/20/a-origem-dos-trens/>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

³<<http://pessoal.educacional.com.br/up/20021/1111376/t1311.asp>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁴ <<http://slideplayer.com.br/slide/378888/>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁵<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5f/Joseph_Schumpeter_ekonomialaria.jpg>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁶<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/5/56/Drucker-portrait-bkt_1014.jpg>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁷<<http://coletivo.maiscomunidade.com/conteudo/2010-09-12/colunas/2983/TAPIOCA-E-QUEBRAQUEIXO--QUE-FAZEM-MAL-A-TODOS.pnhtml>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁸<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,sebrae-27-das-empresas-de-sp-fecham-no-1-ano,33011e>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

⁹ < http://merkatus.com.br/10_boletim/73.htm>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

¹⁰<<http://www.administracaoegestao.com.br/planejamento-estrategico/etapas-do-processo-de-planejamento-estrategico/>>. Acesso em: 29 de mar. de 2012.



GABARITO

1. A resposta depende do exemplo a ser citado pelo(a) acadêmico(a), mas espera-se que o(a) mesmo(a) saiba enxergar as virtudes da atitude empreendedora no personagem a ser citado.
2. Da mesma forma que para o exercício 1, este exercício terá uma resposta dependente do personagem (figura pública) a ser escolhido pelo(a) acadêmico(a).
3. De maneira geral, todas as características ligadas à atitude empreendedora já foram citadas ao longo do texto, mas são admissíveis características derivadas de tais atributos (derivações da capacidade de liderança, da capacidade de comunicação, dentre outras).
4. Desenvolver os atributos inerentes à atitude empreendedora pode facilitar demasiadamente na estruturação e na manutenção das organizações associativas. Em especial, o sujeito da ação que consegue aprimorar os atributos que lhe conferem a atitude empreendedora é capaz de agir proativamente, antevendo situações que podem ser aproveitadas como oportunidades ao desenvolvimento coletivo ou mesmo sejam empecilhos que precisam ser driblados.
5. D.



AS COOPERATIVAS E OS PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL



Objetivos de Aprendizagem

- Elucidar a ligação existente entre as cooperativas e as práticas de responsabilidade social, no sentido das próprias cooperativas serem uma representação da responsabilidade social.
- Estabelecer o conhecimento sobre as principais ações de Responsabilidade Social que são inerentes a uma cooperativa.

Plano de Estudo

A seguir, apresentam-se os tópicos que você estudará nesta unidade:

- Responsabilidade social
- Argumentos contra e a favor da responsabilidade social empresarial
- O papel das organizações e a responsabilidade social
- As cooperativas, a sustentabilidade e a responsabilidade social corporativa sob o enfoque da ética
- Balanço social e os relatórios de sustentabilidade

INTRODUÇÃO

Prezado(a) aluno(a), chegamos à nossa última unidade e com ela elucidaremos mais um componente da doutrina cooperativista: A Responsabilidade Social.

Durante muito tempo, nas sociedades modernas, a lógica da existência do Estado esteve focada na Política do Bem Estar Social, política a qual prevê que o Estado é provedor de todos os recursos essenciais para cumprir sua política de saúde, educação, moradia, segurança e outros direitos estabelecidos por meios legais.

Contudo, o que se verifica, principalmente nos casos onde os Estados se encontram aparelhados ou mesmo com problemas econômicos e de gestão, é que a demanda por estes serviços extrapola os recursos financeiros e humanos do Estado, deixando desamparada uma parcela significativa da população.

Nestes casos, as entidades do Segundo e Terceiro Setor são as responsáveis (voluntariamente ou por força do mercado consumidor) em suprir o excedente desta demanda, seja por meio da prestação de serviços, pela execução de projetos de geração de renda e inclusão social ou por quaisquer outras estratégias que estejam no contexto da Responsabilidade Social.

Uma Cooperativa (pessoa jurídica do Segundo Setor) também deve apresentar ações à sociedade no sentido de suprir estas demandas excedentes, mas, acima de tudo, apresentar ações que mitiguem os impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos de sua instalação ou operação. Assim, a Responsabilidade Social, traduzida por meio de tais ações, nos traz à luz o fato de que este conceito está intrinsecamente ligado (ou até mesmo imbricado) ao cooperativismo, fazendo parte de sua doutrina.

Mediante o exposto, a presente unidade nos trará informações básicas a respeito do que vem a ser a Responsabilidade Social e de que forma suas políticas se aplicam ao Cooperativismo, complementando-o como uma estratégia de evolução e desenvolvimento social.

Vamos dar prosseguimento aos nossos estudos?

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Conforme o exposto em nossa introdução, as cooperativas, enquanto empresas do segundo setor, possuem intrínseca relação com as políticas de Responsabilidade Social, considerando o suprimento do excesso de demandas não atendidas pelo Estado e considerando ainda a mitigação dos impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais derivados de suas ações, seja quando da instalação de estruturas físicas ou pela execução de seus trabalhos.

Neste contexto, vale estabelecer o conhecimento sobre a Responsabilidade Social enquanto elemento presente na doutrina cooperativista. Vale salientar que muitos dos conhecimentos que serão discutidos ao longo desta unidade já foram discutidos anteriormente na obra “Responsabilidade Social e Sustentabilidade”, de Silva, Pardo e Costa (2014), de maneira que, sobre o assunto “Responsabilidade Social”, vamos nos ater aos seus princípios básicos, os quais estão diretamente ligados ao cooperativismo.

Assim sendo, para o Instituto Ethos (2013), responsabilidade social empresarial é:

[...] a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, GLOSSÁRIO, 2013, on-line)¹.



SAIBA MAIS

Acesse o endereço eletrônico do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, que é uma OSCIP cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>.



©shutterstock

No Capítulo 30 do texto da Agenda 21, já temos a presença da perspectiva de uma responsabilidade empresarial. Mas antes disso, nos EUA, anos 60, esse movimento deu seu passo inicial. Na Europa, surgiu na década de 1970 e se consolidou na América Latina em 2001, com a realização da I Conferência de Responsabilidade Social nas Américas.

Aflalo (2012) ressalta que a emergência do conceito de responsabilidade social e as práticas que criaram e consolidaram o discurso socialmente responsável determinam hoje novas expectativas em relação à conduta empresarial. As novas práticas esperadas das empresas em relação à sociedade e ao meio ambiente começam a configurar um novo tipo de empresa que se diferencia das empresas das décadas anteriores. Ademais, isto se aplica diretamente às cooperativas, as quais possuem uma visão sistêmica quanto aos impactos por elas gerados.

A empresa social, predominante nos anos 1960 definia-se por uma atitude filantrópica: os investimentos sociais eram separados das atividades lucrativas da empresa e significavam a abdicação de fração do lucro em prol de um bem social. Esta concepção deu lugar a um novo tipo de empresa, a partir dos anos 1990, que passa a incorporar práticas socialmente responsáveis a suas atividades sem que isso signifique a redução de seus lucros, mas de modo a permitir, acima de tudo, sua maximização. Tais empresas são chamadas empresas cidadãs e buscam exercer sua cidadania por meio da participação ao seguirem os padrões da conduta socialmente responsável. (AFLALO, 2012).

Uma vez que compreendemos qual é o contexto ligado à Responsabilidade Social, vamos avançar mais um pouco, estabelecendo uma análise filosófica sobre os principais argumentos (favoráveis e contrários) que orbitam a Responsabilidade Social.

ARGUMENTOS CONTRA E A FAVOR DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Para Charnov et al. (2012), nas últimas décadas tem-se observado o aumento com a preocupação das obrigações sociais da empresa, impulsionado pelos movimentos de defesa do meio ambiente e do consumidor. Declarações de que a empresa deve destinar parte de seus recursos econômicos a ações que beneficiem a sociedade nem sempre têm sido bem recebidas. Para os mesmos autores, há divergências quanto ao nível apropriado de ação social e quanto a se a empresa tem motivos legítimos para destinar recursos a ações sociais.

Temos nesse embate dois grandes estudiosos do assunto, Dr. Milton Friedman (1931), e o também Dr. Keith Davis (1918). De um lado, temos uma visão clássica de que a única responsabilidade social da administração é maximizar os lucros. Do outro lado, está a posição socioeconômica de que a responsabilidade da administração vai muito além da obtenção de lucros e inclui a proteção e a melhoria do bem-estar da sociedade. (DAVIS e FRIEDMAN apud BERTONCELLO e CHANG Jr., 2007).

Vamos conhecer um pouco mais sobre as reflexões desses importantes autores.

ARGUMENTOS CONTRA A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA

Os argumentos contra a responsabilidade social das empresas têm sido mais amplamente articulados por Milton Friedman, ganhador do prêmio Nobel em economia.

Charnov et al. (2012) defende a ideia de que a tarefa da empresa é otimizar o lucro do acionista (proprietário) por meio do bom uso dos recursos organizacionais. Muitos acusam Friedman e seus seguidores de não se preocuparem com a justiça social e com aqueles que estão em dificuldades econômicas. No entanto, não é esse o caso. Friedman e seus seguidores baseiam a tese de que a empresa não deve assumir responsabilidade social direta.

Friedman e seus muitos adeptos argumentam que a empresa deveria apenas buscar a otimização do lucro dentro das regras da sociedade. Afirmam que uma empresa lucrativa beneficia a sociedade ao criar novos empregos, dar boas condições de trabalho e pagar salários justos, que melhoram a vida de seus funcionários, além de contribuir para o bem-estar público pagando seus impostos (CHARNOV et al., 2012).

Segundo Charnov et al. (2012), os argumentos teóricos contra a responsabilidade social, na visão de Friedman, são:

1. Essa é função maior do governo; ao vincular empresa ao governo, criará uma força poderosa demais na sociedade e, em última instância, comprometerá o papel do governo na regulamentação da empresa.
2. A empresa precisa medir o desempenho, e os programas de ação social muitas vezes não conseguem medir índices de sucesso. Geralmente há um conflito inerente entre o modo como a empresa funciona e o modo como operam os programas sociais.
3. A função da empresa é maximizar lucros. Assim, exigir que recursos sejam destinados a programas de ação social viola essa meta empresarial, uma vez que ela reduz os lucros.
4. Não há razão para supor que os líderes empresariais tenham a capacidade de determinar o que é de interesse social. Cientistas sociais e adminis-

tradores do governo muitas vezes não conseguem chegar a um acordo sobre metas de interesse social. Por que supor que os líderes empresariais possam fazer um trabalho melhor de definir o interesse social? (CHARNOV et al., 2012, p. 12).

Para Charnov et al. (2012), os argumentos práticos contra a responsabilidade social, na visão de Friedman, são:

1. Os gerentes têm uma responsabilidade fiduciária no sentido de maximizar o lucro do patrimônio líquido; utilizar os recursos financeiros da empresa para realizar objetivos sociais pode ser uma violação dessa responsabilidade, portanto, ilegal.
2. O custo dos programas sociais seria um ônus para a empresa e teria de ser repassado aos consumidores na forma de aumento de preços.
3. O público pode querer que o governo tenha programas sociais, mas há pouco apoio, por parte do governo, para a empresa assumir tais programas sociais.
4. Os líderes empresariais não dispõem de habilidades especializadas necessárias para alcançar metas de interesses sociais. (CHARNOV et al., 2012, p. 13).

ARGUMENTOS A FAVOR DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DA EMPRESA

Os argumentos favoráveis à participação de organizações em atividades de responsabilidade social partem, principalmente, da área acadêmica. Para Charnov & Montana (2003), Keit Davis, professor da Universidade Estadual do Arizona, defende a participação das organizações em atividades de responsabilidade social. Ele argumenta que a responsabilidade social anda de mãos dadas com o poder social e, já que a organização é a maior potência do mundo contemporâneo, ela tem a obrigação de assumir uma responsabilidade social correspondente. Por sua vez, a sociedade que deu esse poder às organizações pode chamar a organização para prestar contas pelo uso desse poder.

Charnov & Montana (2003) trazem que os argumentos teóricos em favor da responsabilidade social, na visão de Keith Davis, são:

1. Teoricamente é do interesse da empresa melhorar as comunidades nas quais estão inseridas e nas quais fazem negócios. A melhoria nos ambientes comunitários, em última instância, reverterá em benefício da empresa.
2. Programas de responsabilidade social ajudam a evitar que pequenos problemas possam se tornar grandes problemas. Em última análise, isso será benéfico à sociedade e à empresa.
3. Ser socialmente responsável é a coisa ética ou correta a fazer.
4. Demonstrar sensibilidade a questões sociais ajudará a evitar intervenção governamental na empresa.
5. O sistema de valores mais generalizado, a tradição judaico-cristã, incentiva fortemente os atos de caridade e a preocupação social. (CHARNOV & MONTANA, 2003, p. 40).

Para Charnov *et al.* (2012), os argumentos práticos em favor da responsabilidade social, na visão de Friedman, são:

1. Ações que demonstram sensibilidade social, se efetivadas dentro de um modelo econômico sustentável, podem, de fato, ser lucrativas para a empresa. Novas máquinas de poluição ambiental, por exemplo, podem ser mais eficientes e econômicas.
2. Ser socialmente responsável melhora a imagem de relações públicas da empresa em termos de cidadania.
3. Se nós mesmos não o fizemos, nem a opinião pública, nem o governo exigirão que o façamos.
4. Ela pode ser boa para os acionistas já que tais medidas obterão aprovação pública e levarão a empresa a ser vista pelos analistas financeiros como menos exposta à crítica social e produzirão um aumento no preço das ações. (CHARNOV *et al.*, 2012, p.14).

Segundo Campos (1992), uma organização honesta só pode sobreviver dentro da sociedade se contribuir para a satisfação das expectativas e necessidades das pessoas.

Este é o seu objetivo principal. Se este fato é tomado como premissa, a primeira preocupação da administração da empresa deve ser a satisfação das necessidades das pessoas afetadas pela sua existência. (CAMPOS, 1992, p. 11).

Nesse sentido, as organizações devem satisfazer aos consumidores, clientes, colaboradores, acionistas e aos vizinhos da empresa, ou seja, seus stakeholders (internos e externos).

Em cada uma dessas visões relativas ao grau desejado de sensibilidade social, existe acordo de que a empresa deve empenhar todas as ações socialmente responsáveis exigidas por lei. A maior divergência encontra-se nos níveis das ações socialmente responsáveis que ultrapassam as exigências legais, e a diferença de opiniões relativas a ir acima e além do dever tem suscitado várias abordagens diferentes de responsabilidade social (CHARNOV *et al.*, 2012, p. 14).

Stakeholders

São chamados de *stakeholders* todos aqueles grupos que tenham algum interesse na organização, que por sua vez também se interessa pela imagem que representa a eles. Podem ser chamados de *stakeholders* os trabalhadores, os acionistas, o Estado em suas diversas esferas, os fornecedores, os consumidores, a comunidade do entorno organizacional, entre outros.

Para Alencastro (2012), é um conceito que amplia o campo das tarefas da empresa e, por outro lado, amplia o papel desses stakeholders, considerando-os como parte da comunidade inerente ao contexto organizacional, sendo capazes, inclusive, de ter o poder para determinar a adoção de posturas moralmente mais corretas na condução de seus negócios.

Na Figura 1, temos uma representação da organização e de todos os agentes que fazem parte de seu raio de ação e que se envolvem, direta ou indiretamente, com as consequências das decisões da empresa, segundo Carroll (1999).



Figura 1: Empresa e Principais Stakeholders
 Fonte: Carroll (1999, p. 9).

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

De acordo com Carroll (1999), as empresas variam em muitos aspectos, tais como: tamanho, setor de atuação, recursos utilizados, impacto causado na sociedade e nos stakeholders. *Em consequência disto, as formas como elas adotam e praticam responsabilidade social também variam.*

Carroll (1999) apresenta uma definição de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que foca nos tipos de responsabilidade social que podem ser atribuídos à empresa:

A responsabilidade social corporativa engloba as expectativas econômicas, legais, éticas e filantrópicas por parte da sociedade em relação às organizações em determinado ponto do tempo. (CARROLL, 1999, p. 35).

O autor procura desmembrar os diversos componentes da RSC, relacionando as expectativas legais e econômicas às preocupações de cunho mais social, como as responsabilidades ética e filantrópica, criando uma pirâmide. Na Figura 2, poderemos observar esquematicamente essa pirâmide.



Figura 2: A Pirâmide de Responsabilidade Social Corporativa
Fonte: Carroll (1999, p. 39).

Para Alencastro (2012), é um modelo que contempla a responsabilidade econômica da empresa em ser produtiva e rentável – sem a qual ela não sobrevive – com seu envolvimento social.

Vamos conhecer melhor cada um dos componentes citados por Carrol (1999):

- Responsabilidade Econômica

Para Carroll (1999), a responsabilidade econômica é definida como uma responsabilidade social primária das empresas. A empresa deve atuar como organização econômica cuja orientação básica é produzir bens e serviços que a sociedade deseja e vendê-los a preços justos, que permitam que a perpetuação da empresa e a remuneração de seus investidores. Ao exercitar esta responsabilidade, a empresa emprega diversos conceitos

de gestão, objetivando a maximização do seu valor no longo prazo. No entanto, a responsabilidade econômica não é suficiente para que a empresa seja socialmente responsável.

Para Alencastro (2012), a dimensão econômica é a base da pirâmide. Isso ocorre, pois a atividade econômica é indispensável na geração de empregos, investimentos e pagamentos de taxas e impostos. Portanto, ela pode influenciar diretamente os outros critérios. Sem ela, nada acontece, por isso, é a base da pirâmide!

- Responsabilidade Legal

Como parte do contrato social, a sociedade estabelece uma legislação e espera que as empresas operem dentro deste conjunto de leis. A responsabilidade legal corresponde ao cumprimento destas leis, as quais representam noções básicas de convivência dentro de uma sociedade. Entretanto, as leis geralmente não contemplam comportamentos, expectativas e desejos mais recentes da sociedade, além de, devido à racionalidade limitada do ser humano, não englobar todos os tópicos, áreas e temas possíveis de serem enfrentados pela empresa, uma vez que a sociedade está continuamente desenvolvendo novos valores.

- Responsabilidade Ética

A responsabilidade ética incorpora conceitos, comportamentos e práticas que são esperadas ou proibidas pelos membros da sociedade, mas que ainda não estão codificadas na forma de lei. A responsabilidade ética incorpora padrões, costumes, normas sociais, tradições e expectativas que refletem o que a sociedade e os diversos constituintes da empresa acreditam ser justo e correto.

Veremos um pouco mais sobre essa responsabilidade mais adiante.

- Responsabilidade Filantrópica

A responsabilidade filantrópica ou discricionária representa expectativas correntes da sociedade com relação à atuação das empresas. Estas ações não são obrigatórias nem requeridas por lei, e não são esperadas por parte da empresa mesmo em termos éticos: trata-se de iniciativas voluntárias da empresa, buscando a qualidade de vida e a sustentabilidade socioambiental.



SAIBA MAIS

Para Alencastro (2012), responsabilidade social é diferente de filantropia, pois a primeira deve estar vinculada à estratégia empresarial, fazendo parte do planejamento da empresa e compreendendo ações proativas, inseridas na cultura da organização como um todo.

Já a segunda está relacionada apenas às ações, quase sempre pontuais, da instituição com a comunidade. São práticas assistenciais que surgem normalmente por iniciativa pessoal (voluntariado) dos empregados e/ou dirigentes da empresa. Apesar de conceitualmente diferentes, a filantropia geralmente é o primeiro passo para a responsabilidade social.

Você seria capaz de citar alguma empresa que realiza filantropia e divulga como se fosse uma empresa com responsabilidade social?

Fonte: o autor, baseado em Alencastro (2012).

Segundo Kono (2006), um dos objetivos da pirâmide é demonstrar que a responsabilidade social corporativa engloba aspectos econômicos, legais, éticos e filantrópicos, e que ela não pode ser atingida cumprindo-se apenas alguns dos seus componentes. Portanto, as quatro dimensões têm de ser atendidas simultaneamente. Outra função importante do modelo é auxiliar os executivos a identificarem os diversos tipos de responsabilidade. O mesmo autor destaca também que o modelo de Carroll fornece uma ferramenta útil na conceituação dos principais problemas ligados à RSC. Entretanto, as fronteiras entre os quatro componentes são tênues e, muitas vezes, sobrepostas, de forma que, não raramente, surgem tensões entre dois ou mais componentes.

GRAUS DE ENVOLVIMENTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO

Sensibilidade social é a medida na qual uma organização é sensível à percepção de suas obrigações sociais, e é medida pela avaliação da eficácia e eficiência da organização em seus esforços de empreender ações que satisfaçam as obrigações sociais (CHARNOV *et al.*, 2012).

*As organizações sociais têm assumido diferentes graus de sensibilidade social, apresentando 3 abordagens que serão mostradas a seguir, de acordo com Pereira (P. 4-5, on-line)*²

- Abordagem da Obrigação Social

Essa abordagem supõe que os objetivos principais da organização são de natureza econômica, principalmente a maximização dos lucros e o patrimônio dos acionistas, não o cumprimento de obrigações sociais. Assim, os adeptos dessa abordagem afirmam que a empresa deve meramente cumprir as obrigações sociais mínimas impostas pela legislação em vigor. Os administradores que aceitam essa abordagem afirmam que a empresa cumpre obrigação social, maximizando lucros e mantendo os trabalhadores empregados. Dessa maneira, esses administradores, enquanto cumprirem a lei, respondem apenas perante os proprietários da organização (acionistas) por ações que consomem recursos organizacionais – não perante a sociedade. Esses administradores selecionam as ações que resultarão no melhor resultado econômico para a organização, e/ou as que são exigidas pela lei.

Hoje, as organizações defrontam inúmeras leis e decretos que as obrigam a controlar a poluição, a criar e manter locais seguros de trabalho, a tratar com igualdade os colaboradores etc. Os administradores, que se limitavam apenas às obrigações legais, agora se confrontam com a necessidade de se manter atualizados com as mudanças nas obrigações sociais.

- **Abordagem da Responsabilidade Social**

Essa abordagem supõe que a organização não tem apenas metas econômicas, mas também responsabilidade social. Os administradores que assumem essa abordagem tomam decisões organizacionais com base não apenas nos ganhos econômicos projetados e na conformidade legal, mas também no critério do benefício social. Há uma predisposição para que sejam usados recursos organizacionais para projetos de bem-estar social, embora não seja seguido nenhum curso de ação que possa trazer danos econômicos para a organização. Nesse tipo de abordagem, existe uma preocupação em otimizar os lucros e o patrimônio líquido dos acionistas, mas existe também consideração por aqueles que supervisionam programas de ação social. As organizações adeptas ao método da responsabilidade social buscam ativamente a aprovação da comunidade por seu envolvimento e comprometimento social, e desejam ser vistas como politicamente corretas. Essas organizações fazem um grande esforço na área de relações públicas, direcionando-a para a obtenção desse reconhecimento público.

- **Abordagem da Sensibilidade Social**

Essa abordagem supõe que a organização não tem apenas metas econômicas e sociais, mas que também precisa se antecipar aos problemas sociais do futuro e agir agora em resposta a esses problemas. A abordagem da sensibilidade social é o método que mais exige das organizações: exige que a organização se antecipe aos problemas sociais e que lide com eles antes que se tornem evidentes; ao lidar com problemas sociais do futuro, a organização pode precisar fazer uso de recursos organizacionais agora, criando um impacto negativo na otimização de lucros do presente.

A organização que adota o método da sensibilidade social procura ativamente por envolvimento e comprometimento, esforço à conscientização social, especialmente com a comunidade, e encoraja seus colaboradores a fazerem o mesmo. Faz-se um grande no que se refere às áreas emergenciais. Enquanto o método da responsabilidade social prega o envolvimento individual e empresarial em causas sociais já estabelecidas, o método da sensibilidade social tem uma visão mais ampla ao se preocupar com o futuro da sociedade. (PEREIRA, p. 4-5, on-line)².

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Segundo Cimbalista (2001), as empresas são construções sociais, portanto, sujeito e objeto da realidade da qual fazem parte. São participantes dos problemas sociais e, nos dias de hoje, uma das instituições mais influentes nos rumos da sociedade. A mesma autora pontua que, sob o ponto de vista conceitual, a empresa que, além do seu negócio também efetiva a colaboração corporativa na construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável, exerce o que se convencionou chamar de cidadania corporativa e que, portanto, esse tipo de organização que exerce a responsabilidade social conduz seus negócios de tal maneira que se torna parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social.

A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários. (BERTONCELLO & CHANG Jr., 2007, p. 73).

Hoje, um dos grandes desafios das empresas está na conquista de níveis cada vez maiores de competitividade e produtividade, atrelados à preocupação crescente com a legitimidade social de sua atuação. Como resposta, as empresas têm passado a investir em qualidade, e inicialmente, preocupam-se com os produtos, evoluem para a abordagem dos processos, até chegar ao tratamento abrangente das relações da atividade empresarial, com os empregados, os fornecedores, os consumidores, a comunidade, a sociedade e o meio ambiente (CIMBALISTA, 2001).

Para a mesma autora, uma das formas de a empresa demonstrar responsabilidade social é envolver-se com programas sociais voltados para o futuro da comunidade e da sociedade. O investimento em conservação ambiental e no uso racional dos recursos naturais é valorizado por atender ao interesse tanto da empresa como da coletividade. Esse tipo de iniciativa revela à sociedade a preocupação da empresa e demonstra que só uma sociedade saudável pode gerar empresas saudáveis.

Para Charnov et al. (2012), a *responsabilidade social torna-se mais eficaz com ações que promovam as potencialidades de cada região, das comunidades locais, fortalecendo, dessa forma, os aspectos sociais, econômicos e ambientais, promovendo uma elevação real na qualidade de vida local. Isso se dá por meio de ações que estejam organizadas para descobrir as potencialidades locais, fortalecendo os atores sociais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.*

Eu diria que sim, meu(minha) caro(a), pois as cooperativas, em suas diferentes vertentes, são voltadas também ao atendimento de demandas específicas. Os melhores exemplos são os relacionados às cooperativas de microcrédito, cooperativas de saneamento urbano e ambiental, cooperativas de artesãos e outras, as quais visam estabelecer a inclusão social, produtiva e econômica de seus cooperados.

Vamos prosseguir em nossos estudos. Na nossa próxima seção, vamos compreender quais são as formas com as quais as cooperativas podem interagir com a Responsabilidade Social, por meio do entendimento sobre a sustentabilidade, sobre a ética e sobre o balanço social.



REFLITA

Segundo as discussões até aqui carreadas, seria possível estabelecer um paralelo entre as ações de uma cooperativa e a Responsabilidade Social?

Fonte: o autor.

AS COOPERATIVAS, A SUSTENTABILIDADE E A RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA SOB O ENFOQUE DA ÉTICA

Partindo do conceito básico de que a sustentabilidade pode ser considerada como a ação de desenvolver-se de maneira ponderada em relação aos recursos naturais, considerando a repartição dos mesmos em tempo e espaço (para as atuais e futuras gerações), podemos destrinchá-la e criar outras visões associadas a outros conceitos pertinentes à atividade humana.

Um destes conceitos pertinentes à atividade humana é a Ética. Certamente você já deve ter ouvido falar neste termo e também já deve ter tido algumas abstrações sobre o que ele significa, assim como eu tive. De fato, academicamente falando, existem diversas definições e conceitos sobre o tema (Foucault, Moore, Valls, Tugendhat, Clotet, etc.), mas um em especial resume de maneira brilhante o que vem a ser Ética, e este conceito é trazido à luz pelo economista Paul Singer:

A Ética pode ser um conjunto de regras, princípios ou maneiras de pensar que guiam, ou chamam a si a autoridade de guiar, as ações de um grupo em particular (moralidade), ou é o estudo sistemático da argumentação sobre como nós devemos agir (filosofia moral). (SINGER, 1994, p. 4-6).

Parafraseando a ideia de Singer, pode-se dizer que a Ética é um conjunto de diretrizes socialmente aceitas, criadas a partir do senso comum dos membros de uma sociedade. Em tese, a partir de nossos conhecimentos, crenças e caráter, somos capazes de distinguir ações promotoras e engrandecedoras do ser humano de ações que denigrem o mesmo ou depauperem sua imagem e capacidade de convivência. Em outras palavras, criamos a consciência daquilo que é certo e errado, ou, como diria um grande amigo, a consciência do que leva à vida e à morte.

A partir disso, é conveniente relacionar a ética à sustentabilidade de acordo com a premissa de que “ser sustentável é ser ético”, uma vez que ser sustentável é ser correto perante o senso social, ou ainda, ser sustentável facilita a convivência entre os seres humanos e entre estes e o meio natural, uma vez que se torna possível a ponderação no uso deste último pelos primeiros.

Professor, a conversa está muito boa, mas não estou entendendo aonde você quer chegar...



©shutterstock

Em princípio, parece fácil assimilar esta ideia. E é tão fácil que você mesmo já deve ter se dado conta de tal fato, ao ter falado, ao menos uma vez em sua vida, a seguinte frase: “Se todos fizerem sua parte...”. Eis que, com base em sua ética, você clama, por meio desta frase, que todos sejam éticos, que todos sejam sustentáveis, ou ainda, que todos sigam o padrão pactuado.

Será que você está se fazendo esta pergunta neste momento? Creio que sim, mas o esclarecimento de suas dúvidas atuais poderá ser feito a partir de uma nova pergunta, ou melhor, a partir de uma reflexão:

**REFLITA**

Você conhece um país chamado Nepal? Este país fica no continente asiático, próximo da China, encravado na cordilheira do Himalaia. Se você conhecesse alguém daquele país, diria que esta pessoa tem a mesma formação moral e o mesmo caráter que você? Ou ainda, será que uma empresa instalada naquele país possuiria a ética empresarial de uma empresa daqui do Brasil?

Fonte: o autor.

Obviamente que uma pessoa ou uma empresa de Nepal estaria em uma sociedade com princípios e diretrizes morais diferentes em relação à nossa. Assim, o que pode ser ético às pessoas daquele país, a nós poderia soar como algo estranho, ou vice-versa.

Da mesma forma, estes princípios morais, diretrizes e diferenças culturais fazem com que a noção de sustentabilidade para aquele país seja algo diferente da nossa compreensão, e este é um dos principais pontos que justificam o fato de que é muito difícil estabelecer a sustentabilidade em nível global. Em suma, nem todas as pessoas têm os mesmos princípios éticos e, por consequência, nem todas as pessoas possuem uma ideia nivelada do que seja a sustentabilidade, ou mesmo de suas dimensões.

Outro problema é a falta de padrões quantitativos para definir o que seja sustentável. Não existe um consenso sobre a eficiência dos atuais indicadores de sustentabilidade, uma vez que ainda não somos capazes de mensurar, com total acurácia, todos os impactos que geramos dia após dia.

Não sabemos, por exemplo, quantas toneladas de Gases do Efeito Estufa – GEEs nós emitimos ao longo de um ano, nem quantos Quilowatts/Hora de energia elétrica gastamos com todas as nossas atividades residenciais e profissionais. Da mesma forma, não temos o costume de acompanhar a influência do tempo de nossos banhos sobre o gasto mensal de água, ou mesmo se nosso orçamento é contemplado por meio de nossos ganhos. Ou seja, sem ter ideia exata do quanto precisamos compensar, em termos de impactos, não se pode falar sobre sustentabilidade.

O que temos, apenas, são ideias baseadas em médias ligadas ao uso dos recursos disponíveis. Se estivermos orbitando perante estas médias, podemos dizer que não estamos distantes da sustentabilidade, mas somente isso.

Por exemplo, temos a ideia de que, para uma pessoa sobreviver de maneira digna com o recurso água, ela precisará de, aproximadamente, 200 litros por dia. Já quando o recurso é a umidade do ar, a média preconizada pela Organização Mundial de Saúde – OMS é de 60%. Por sua vez, quando falamos sobre o recurso renda, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (VERONESI, 2014, on-line)³ preconiza que o mínimo salário que o brasileiro deveria receber para sustentar todas as suas necessidades básicas deveria ser de R\$ 2.748,22.



REFLITA

A sustentabilidade para ser plena, em nível global, exigiria que todos os seres humanos tivessem o mesmo conceito sobre o tema e suas dimensões, ao mesmo tempo em que soubessem mensurar, com 100% de confiança, os impactos a serem compensados.

Fonte: o autor.

Se estas dificuldades estão presentes em nível de “microcosmo”, considerando o ser humano apenas como uma unidade, imagine em que grau estas dificuldades se elevam quando consideramos as formas organizacionais destas unidades (seres humanos), traduzidas nas corporações.

Em alguns aspectos, sim, uma vez que a sustentabilidade é um tema “mutante”, com padrões modificáveis de acordo com o tempo e com a sociedade. Mas nem tudo é desespero e o ser humano, em sua ampla capacidade inventiva, a mesma que fez com que o Aipim, a Macaxeira, a Manioca e a Mandioca fossem conhecidas como uma só (*Manihot esculenta* Crantz), criou padrões e normas amplamente aceitas e reconhecidas no mundo, as quais são traduzidas pelo conceito da Responsabilidade Social Corporativa - RSC.

Então, a sustentabilidade é uma utopia???





©shutterstock

Apenas para lembrar, podemos dizer que uma empresa é socialmente responsável quando atinge indicadores e cumpre metas. Geralmente, estas metas e indicadores encontram-se representados em normas, como é o caso da ISO 26.000. Além destes conteúdos, as diretrizes desta e de outras padronizações a respeito da RSC preconizam a formulação de projetos, a gestão empresarial sustentável e, em especial, a transparência na comunicação dos resultados dos projetos sociais, tanto aos colaboradores quanto às comunidades influenciadas pelas empresas.

Para uma melhor compreensão sobre a RSC e a ISO 26.000, vamos assistir a um vídeo? O mesmo se encontra disposto ao final desta unidade.

Se você é um(a) bom(a) observador(a), deve ter notado que um dos termos que utilizamos em nosso discurso foi “transparência”. Esta transparência, como já evidenciado, é relacionada principalmente às ações de sustentabilidade e responsabilidade social que as empresas executam, no sentido de compensar seus impactos frente à sociedade e ao meio o qual ela influencia. Mas de que forma isto é realizado? Ademais, de que forma a sociedade participa do controle destas ações?

Para responder a estas perguntas, prossigamos com a nossa próxima seção, a qual nos trará novas informações sobre as formas de controle social e a transparência pertinente às empresas, relacionadas à RSC e à sustentabilidade.

BALANÇO SOCIAL E OS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

De maneira geral, os gestores empresariais e os gestores de cooperativas têm absorvido as recentes demandas e preocupações da sociedade com relação às suas formas de desenvolvimento. Logicamente, o cenário real das corporações ainda está longe de uma visão de futuro onde todas as empresas se desenvolvem considerando princípios de sustentabilidade e atendendo devidamente às suas políticas socioambientais e às normas internacionais.

Contudo, estamos em um momento de inflexão, onde as empresas que visam somente ao aspecto financeiro da sustentabilidade têm perdido espaço em relação às empresas que adotam estratégias de RSC e a sustentabilidade propriamente dita. Em outras palavras, por exemplo, uma cooperativa que apenas visa às “sobras”, não atendendo seus princípios básicos de RSC, já não é bem vista no mercado.

Em especial, devemos considerar o importante papel dos mercados amadurecidos (a exemplo do mercado europeu) e de consumidores das gerações X, Y e Z, os quais, por sua consciência ligeiramente desenvolvida em relação às gerações anteriores e pela facilidade na lida com informações em multimeios, têm pressionado as empresas pelo cumprimento de metas e indicadores de sustentabilidade. Os consumidores estão ávidos por produtos e empresas ecoeficientes.

De olho nesta sociedade em transformação e por força das normas e políticas de sustentabilidade, os empresários e cooperados têm adotado formas de disseminação dos resultados de suas estratégias, sejam elas formalizadas em projetos solo ou mesmo institucionalizadas nas ações sociais em parceria com empresas de outros setores, em especial as do primeiro setor (empresas públicas) e as do terceiro setor (organizações não governamentais).

Neste sentido, o Balanço Social e os Relatórios de Sustentabilidade Corporativa apresentam-se como importantes instrumentos de aferição da eficiência empresarial em termos de planejamento e de execução.

Lembra-se que comentamos há dois parágrafos, sobre as estratégias de sustentabilidade? Chamo-lhe a atenção, caro(a) aluno(a), para o fato de que não é incomum que as empresas, além de se utilizarem de recursos próprios, em projetos solo, se utilizem de recursos de terceiros, em especial os acessados por meio de editais e chamadas públicas emitidas pelo primeiro setor em suas ações sociais.

Especialmente para este último caso (ações sociais em parceria) é que se torna, além de necessário, urgente que os resultados sejam divulgados e discutidos com os beneficiários das ações. Corroborando com este pensamento, Zarpelon (2006) afirma que um dos objetivos do Balanço Social é justamente prestar contas do seu desempenho sobre o uso de recursos próprios e a apropriação e o uso de recursos que originalmente não lhe pertenciam.

Tal balanço, portanto, além da função destacada, visa estabelecer uma proposta de diálogo com os diferentes públicos envolvidos no negócio da empresa que o adota: público interno, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, meio ambiente, governo e sociedade. A proposta é de que o balanço social contenha informações sobre o perfil do empreendimento, histórico da empresa, seus princípios e valores, governança corporativa, diálogo com partes interessadas e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

Contudo, a execução de um balanço social ou mesmo de um relatório de sustentabilidade encontra-se preso ao paradigma da complexidade ligada à própria sustentabilidade, algo que discutimos na seção anterior. “- A empresa é sustentável?”, “- O quanto a empresa é sustentável?”, “- Como mensurar a sustentabilidade empresarial e os benefícios voltados à sociedade?”: são perguntas que tornam difícil a execução de tais propostas.

Para exemplificar este caso, vamos abordar sucintamente uma das metodologias existentes para o controle social das ações de RSC. Trata-se da abordagem da avaliação das ações sociais por meio de auditorias. A Figura 3 ilustra a hierarquia desta abordagem:

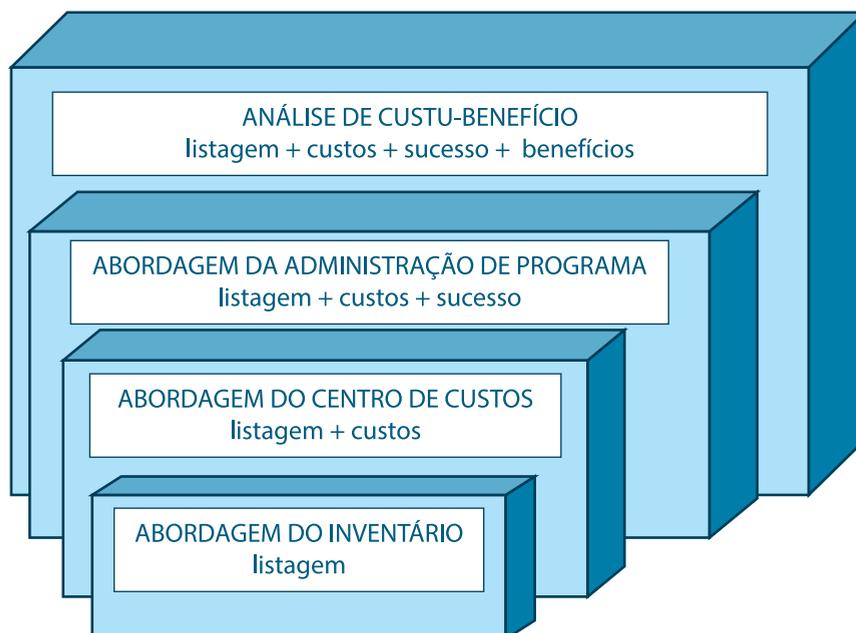


Figura 3: Hierarquia do controle social na abordagem de avaliação das ações sociais por meio de auditorias
Fonte: MAZZEI (2009, p. 89).

Em um primeiro momento, as empresas simplesmente adotam a estratégia de listagem das metas e etapas que foram realizadas em seus projetos e ações sociais, e esta listagem pode vir acompanhada de indicadores quantitativos (por exemplo, número de mudas de árvores plantadas para compensação das emissões dos GEEs – gases de efeito estufa, ou número de adolescentes atendidos em contra turno escolar para atividades profissionalizantes). Esta é a Abordagem do Inventário, limitada por sua natureza meramente descritiva, sem quaisquer associações das ações com os recursos investidos ou com os benefícios auferidos pela execução das mesmas.

Na medida em que se avança na hierarquia para as próximas abordagens, novos elementos são associados ao Balanço Social e ao Relatório de Sustentabilidade. Por exemplo, a Abordagem do Centro de Custos já nos traz a associação das atividades com os recursos empregados, o que traz à luz várias análises e conclusões sobre as demandas executadas e o quanto foi gasto por demanda, algo

muito utilizado, por exemplo, em editais públicos dos Ministérios que já fixam qual o valor que deve ser investido por meta/etapa, rubrica ou por beneficiário.

A terceira abordagem (administração do programa) já relaciona o inventário, com os custos atrelados a cada atividade inventariada e seu percentual de sucesso. Assim, é comum observarmos em planilhas de controle social a atividade programada, os recursos destinados e sua porcentagem de execução. Eis que aqui a atenção dos envolvidos deve ser total, uma vez que há uma proporcionalidade entre porcentagem executada e recurso financeiro consumido. Seria no mínimo estranho que a atividade programada não esteja concluída e seu recurso destinado tenha sido totalmente utilizado.

Por fim, dentre as quatro, a mais difícil e a que merece maior atenção é a abordagem da Análise de Custo-Benefício. Existem dois tipos básicos de benefício: os mensuráveis (os quais apresentam indicadores conhecidos e quantificáveis) e os não tangíveis (geralmente abstratos, ligados ao psicológico dos beneficiários, às relações entre os beneficiários e entre estes e o meio, e ligados ao próprio meio, mas que não possuem indicadores conhecidos). Este é o principal limitante desta abordagem, tendo em vista que muitos aspectos da sustentabilidade encontram-se ainda em um plano abstrato e fora do conhecimento de grande parte da sociedade.

Mesmo com esta limitação, é inegável que esta abordagem de avaliação das ações sociais por meio de auditorias traz grande contribuição ao entendimento do como e quanto as empresas estão em dia com a Sustentabilidade e a RSC.

Outra limitação que merece ser comentada (não restrita ao modelo discutido, mas relacionada a todos os modelos disponíveis e que serão comentados adiante) é relacionada à falta de capacitação dos sujeitos de ação quanto à aquisição e compilação de dados, e mesmo na apresentação e discussão dos resultados e inferências frente aos demais envolvidos. Acredito que esta falta de capacitação é relacionada à complexidade do próprio tema “Sustentabilidade”, densamente explorada neste material, e ainda à falta de conhecimento sobre os modelos, ainda que limitados.

Isto, somado a uma percepção enviesada sobre a sustentabilidade por parte dos envolvidos, faz com que o principal objetivo e os resultados do Balanço Social, ou mesmo dos Relatórios de Sustentabilidade, sejam, no mínimo, questionáveis, mas como já abordado, não deixam de ser importantes contribuições. Felizmente, sim. Aliás, o ser humano tem uma grande capacidade de aprendizado, e o que nos ajuda é que existem modelos nos quais podemos embasar nossa prática. Mas antes de ilustrá-los, creio que é necessário entender a correta diferença entre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade, este último mais complexo. Para isso, analise as considerações do Quadro 1:

Ok, professor, mas será que eu, Gestor(a) de Cooperativas, consigo fazer um Balanço Social ou mesmo um Relatório de Sustentabilidade na Cooperativa em que irei trabalhar ou organizar?



Quadro 1: Elementos diferenciadores entre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade

ELEMENTO AVALIADO	BALANÇO SOCIAL	RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
Finalidade	Prestação de Contas por parte das empresas para com a sociedade, quanto à forma como os recursos humanos e naturais são utilizados em seu cotidiano.	
Natureza	Demonstrativo Contábil, voltado exclusivamente para dados quantitativos (investimentos não mercantis).	Análise descritiva das ações de sustentabilidade, a qual obedece a diretrizes consolidadas por organismos terceiros.
Alinhamento	Nem sempre se evidencia um alinhamento de informações entre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade.	
Princípios Legais	Não existe uma regulamentação em nível nacional que estabeleça um modelo fixo para ambos os casos. Entretanto, alguns estados e municípios já demonstram suas próprias regulamentações, em especial para os Balanços Sociais. É válido dizer que um dos elementos do Balanço Social, qual seja o Demonstrativo de Valor Adicionado – DVA, já é obrigatório às Sociedades que possuem ações de capital aberto (BRASIL, Lei n.º 11.638, 2007).	
Qual a principal informação do documento?	Quantas unidades monetárias retornaram à sociedade a partir da aplicação de uma unidade monetária em ações sociais.	Quais os resultados práticos das ações e dos projetos sociais e de sustentabilidade desenvolvidos pela empresa.
Complexidade	Por ser embasado em metodologias contábeis consolidadas, a tendência é de que sua execução seja mais clara e evidente.	Por não haver um modelo padronizado e por se utilizar de dados qualitativos, ainda existem muitas dúvidas sobre como elaborar e quais dados explorar na composição destes relatórios, o que torna sua execução mais complexa.
Tendências	A tendência principal é de que o Balanço Social seja englobado pelo Relatório de Sustentabilidade, tornando-se seu braço quantitativo, embora nem todas as informações contábeis sejam elegíveis à publicação neste último documento.	

 Fonte: o autor, adaptado de Igarashi *et al.* (2010).

De acordo com os dados demonstrados por meio do Quadro 1, verifica-se que a principal diferença entre os dois documentos está centrada no fato de o primeiro (Balanço Social) ser fortemente vinculado a metodologias contábeis as quais auxiliam na demonstração do fluxo de recursos, que são utilizados no desenvolvimento das ações sociais ou mesmo de projetos de RSC pelas empresas. Muitas vezes, segundo Igarashi *et al.* (2010), tratam-se de recursos não mercantis, ou seja, sem a necessária função de produzir lucro (ou sobras, no caso das cooperativas) à empresa, uma vez investidos.

Todavia, é válido lembrar que, nos dias atuais, os recursos investidos para esta finalidade também são uma forma de capitalizar a empresa, de maneira indireta e, em especial, por parte dos consumidores e de outros investidores que compõem a carta de acionistas destas empresas.

Ademais, o Balanço Social possui a especificidade de englobar, ao menos, quatro vertentes que, de forma complementar, evidenciam o relacionamento da empresa com a sociedade e o meio ambiente, que são:

- a. Balanço Ambiental, que se refere a todos os gastos e investimentos que envolvam recursos naturais ou estejam voltados para esta área.
- b. Balanço de Recursos Humanos, que demonstra o perfil da força de trabalho, remuneração e benefícios concedidos, bem como gastos com a comunidade que cerca a organização.
- c. Demonstração do Valor Adicionado – DVA – que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela organização e como ela foi distribuída à sociedade.
- d. Benefícios e Contribuições à Sociedade em geral, que evidencia o que a organização tem feito em termos de benefícios sociais.

Por sua vez, o Relatório de Sustentabilidade possui caráter descritivo, ou seja, por meio deste documento, a sociedade possui acesso às informações sobre as atividades que foram desenvolvidas por determinada empresa e que possuam ligações com áreas específicas, dependendo do modelo adotado.

Para se ter uma ideia, existem modelos de relatórios que abordam a chamada *Tripple Bottom Line* (SAVITZ, 2006). Este modelo aborda a sustentabilidade corporativa de maneira clássica, segmentando as ações realizadas nos campos econômico, social e ambiental e seus respectivos retornos. Da mesma forma, existem modelos de relatórios que exigem informações mais detalhadas e complexas, a exemplo da descrição sobre Missão, Visão, Valores, Governança Corporativa e Indicadores de Desempenho. (IGARASHI *et al.*, 2010).

Infelizmente, meu(minha) caro(a), a maioria das cooperativas, em especial, as de “fachada”, pouco se importam com estes detalhes, e mesmo grandes cooperativas ainda não se encontram com corpo técnico capacitado para estabelecer o balanço social ou o relatório de sustentabilidade de forma correta, o que tornam, no mínimo, questionáveis, quaisquer ações relacionadas à RSC.

Assim, em termos de uma cooperativa, devemos considerar que seus pressupostos doutrinários também englobam a Ética e a Responsabilidade Social, além da própria sustentabilidade. Tais pressupostos devem ser corretamente compreendidos por meio dos Gestores de Cooperativas e por eles aplicados nos mais diferentes segmentos de sua atuação. Este é o desafio que lhe coloco, sabendo de suas capacidades e confiando nos ensinamentos que até aqui desenvolvemos em conjunto.

REFLITA



Será que as cooperativas brasileiras possuem cooperados ou corpo técnico capacitado para executar um Balanço Social ou mesmo um Relatório de Sustentabilidade de suas ações?

Fonte: o autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente, chegamos ao final de nossa última unidade e, com isso, fechamos nossa discussão acerca de um dos princípios doutrinários cooperativistas de destaque: A Responsabilidade Social.

Compreendemos que as cooperativas, bem como as associações, estão diretamente ligadas às práticas de Responsabilidade Social enquanto executoras de recursos de terceiros ou mesmo enquanto executoras de propostas de RSC com seus recursos próprios, na linha da redução dos impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais provocados por sua instalação e operação.

Ademais, mediante o discutido, chegamos à conclusão de que uma cooperativa, além de executar tais ações, precisa mensurá-las, e as estratégias de Balanço Social e de Relatório de Sustentabilidade são importantes no sentido de apresentar tais mensurações de acordo com abordagens mais aprofundadas de uso de recursos e sua relação com o benefício que tais recursos sugerem à sociedade no entorno da empresa ou cooperativa.

Entretanto, poucos são os cooperados ou mesmo os gestores que conhecem a aplicação das metodologias de balanço social ou de relatórios de sustentabilidade, mesmo considerando a responsabilidade social como um pressuposto presente à doutrina cooperativista. Assim, uma grande necessidade observada, colocada como desafio, a criação de uma expertise que possa lidar com estas questões, tornando as cooperativas verdadeiras fontes de projetos de responsabilidade social, reforçando o seu papel de promotoras do desenvolvimento regional sustentável.

Você aceita o desafio de proporcionar as bases para que isto ocorra? Caso tenha respondido afirmativamente, sugiro que você releia esta unidade e acesse outras bases acerca do tema Responsabilidade Social, sempre associando-o ao nosso tema principal, que é a doutrina cooperativista.



A PRÁTICA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL PELAS COOPERATIVAS PARANAENSES

(...)

A responsabilidade social é inerente às ações desenvolvidas pelas cooperativas, todo o cooperativismo destina totalmente sua atividade e capital para esse propósito. Um exemplo são as cooperativas de reciclagem. Elas empregam 500 mil catadores, aumentam o processamento de lixo reciclável e reduzem os lixões poluidores.

Os princípios cooperativistas: adesão livre, gestão democrática, distribuição das sobras líquidas, taxa limitada de juros ao capital social, estabelecimento de um fundo de assistência técnica, social e de educação para os sócios e a sociedade, e, finalmente, cooperação entre as cooperativas demonstram claramente como as cooperativas estão voltadas para o lado social.

Em virtude de características específicas das cooperativas, como organização, educação, formação e informação, seus integrantes têm a oportunidade de agir de maneira mais racional e produtiva. Dessa maneira, conseguem atingir suas metas, podem redistribuir parte da riqueza para os cooperados e dão retorno à sociedade onde atuam.

Por ser uma associação que tem como um de seus princípios a solidariedade, o comprometimento com indicadores sociais está relacionado à sua própria natureza. Assim, as cooperativas reservam quinhão expressivo de seus ganhos à educação, saúde, meio-ambiente, buscando enriquecer de forma social, cultural e econômica a sociedade na qual se inserem.

Apesar do progresso e dinamismo, o mercado apresenta-se centralizado e desequilibrado, e a expectativa de associação de recursos por meio da cooperação e gestão compartilhadas, mostra-se como uma solução aos trabalhadores, empreendedores, poupadores e consumidores. A responsabilidade social é uma solução moderna aos problemas econômicos e sociais que surgiram com a globalização e oferece às cooperativas uma nova maneira de melhorar sua responsabilidade em relação aos seus membros.

As ações de responsabilidade social se tornam visíveis ao serem observadas as mudanças benéficas geradas na comunidade ou entre os profissionais que fazem parte de uma cooperativa.

Recentemente, no Fórum Futuro 10 Paraná, foram discutidas importantes propostas, tais como: a profissionalização do serviço público, investimentos na educação, recolhimento de resíduos sólidos urbanos, concessão de incentivos fiscais para empresas que realizam ações de responsabilidade social e ambiental, ampliação de investimentos no agronegócio. Para obter tantos avanços e agregar renda aos cooperados, as cooperativas sabem que devem investir nas pessoas. Para tanto, é necessário um planejamento estratégico das cooperativas, que é feito pelo SESCOOP. O SESCOOP é responsável pelo estímulo do sistema cooperativista, que compreende 228 cooperativas no Estado, com 407.312 cooperados e cerca de 2,1 milhões de pessoas, conforme destaca a OCEPAR (2006, p. 30).





No estado do Paraná, as cooperativas desenvolvem inúmeros projetos de responsabilidade social. O Sicoob, por exemplo, proporciona à população de Maringá uma biblioteca digital e a Cocamar, com o apoio da Unimed e do Sicredi, realiza programas assistenciais como a arrecadação de alimentos, brinquedos e fornece cursos à comunidade.

Por meio da entrevista de 13 membros de diferentes cooperativas agrícolas, chegou-se às seguintes conclusões: O primeiro aspecto observado na relação da cooperativa com a comunidade é que as doações não são vistas como caridade, filantropia, mas sim como investimento. Ao investir em programas educacionais para crianças da comunidade, há a expectativa de estar preparando futuros membros assim como futuros líderes, isto é, está se investindo no futuro da organização cooperativa. Outro aspecto analisado é que o dinheiro destinado para o apoio à comunidade é visto como uma alternativa de ampliação de lucros, diferentemente do que outras instituições fazem. Com a prosperidade da comunidade, a cooperativa também prospera, uma vez que os membros são a razão de sua existência. Em relação aos consumidores, as cooperativas demonstram características peculiares que garantem a sua responsabilidade, como por exemplo, uma estrutura democrática que dá liberdade aos membros de mudar algo dentro da organização quando estão insatisfeitos, participando de assembleias ou elegendo o conselho de administração. Além disso, os membros das cooperativas compreendem que ao garantir uma excelente qualidade dos bens e serviços a serem oferecidos, estão agindo de maneira responsável. Tendo em vista um ambiente de trabalho saudável, as cooperativas fazem grandes investimentos em treinamento interno e educação externa para que os empregados cheguem a uma graduação maior. Outra prática observada é o reconhecimento pelos funcionários de que eles são diretamente responsáveis pelo sucesso da associação e têm a possibilidade de crescer com ela.

Por fim, a comunicação possibilita aos empregados tomarem conhecimento do que está acontecendo e dos problemas a serem enfrentados, para poderem auxiliar na solução destes. (Barroso, 2006).

(...)

Fonte: GIMENES, A. P. et. al. (UFPR, on-line)⁴.



ATIVIDADES



1. Conforme observado em nossas aulas, todas as empresas, ao desenvolverem suas atividades econômicas, geram impactos significativos em nível social, econômico, ambiental e cultural. Sobre estes impactos, a empresa possui a responsabilidade em mitigá-los e duas das formas de se demonstrar que ações estão sendo feitas neste sentido são conhecidas por Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade. Sobre este tema, analise as afirmações a seguir:

I – O Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade podem ser evidenciados como estratégias de prestação de contas, por parte das empresas, para com a sociedade quanto à forma como os recursos humanos e naturais são utilizados em seu cotidiano.

II – O Balanço Social tem a natureza de ser meramente descritivo sobre as ações de sustentabilidade enquanto que o Relatório de Sustentabilidade pode ser considerado como um demonstrativo contábil, voltado exclusivamente para dados quantitativos.

III – Em termos informacionais, o Balanço Social tenta ilustrar quantas unidades monetárias retornam à sociedade a partir da aplicação de uma unidade monetária em ações sociais.

IV – Por sua vez, o Relatório de Sustentabilidade ilustra, de forma predominantemente qualitativa, os resultados práticos das ações e projetos sociais e de sustentabilidade desenvolvidos pelas empresas.

Estão corretos:

- a. Somente a afirmação I.
 - b. Somente a afirmação II.
 - c. Somente as afirmações I e II.
 - d. Somente as afirmações I, II e IV.
 - e. Somente as afirmações I, III e IV.
2. O Balanço Social é uma metodologia que visa ilustrar, de maneira quantitativa (por demonstração contábil) qual o retorno monetário das ações sociais promovidas pela empresa à sociedade, a partir de uma unidade monetária investida em projetos e ações sociais. Além disso, o Balanço Social possui a especificidade de englobar, ao menos, quatro vertentes que auxiliam a evidenciar o relacionamento da empresa com a sociedade e o meio ambiente. Aponte a alternativa que apresenta estas quatro vertentes.
- a. Balanço Social, Balanço Financeiro, Balanço Ambiental e Demonstração de Uso Racional de Recursos.
 - b. Balanço Cultural, Balanço Social, Balanço Ambiental e Balanço de Recursos Investidos.

ATIVIDADES



- c. Balanço Ambiental, Balanço de Recursos Humanos, Demonstração de Valor Adicionado e Benefícios e Contribuições à Sociedade.
- d. Demonstrativo Contábil, Demonstrativo Fiscal, Balanço Social e Balanço Ambiental.
- e. Análise de Investimentos, Análise Financeira, Balanço Virtual e Demonstrativo de Valor Adicionado.
3. Uma das famílias de normas sobre Responsabilidade Social mais difundidas no mundo é a família ISO 26.000, de autoria da International Standardization Organization ou Organização Internacional para Padronização. De maneira geral, esta família de normas visa estabelecer padrões que permitam com que as empresas se tornem reconhecidamente Responsáveis do ponto de vista Social. Sua implantação segue o ciclo PDCA. Sobre este tema, julgue os itens a seguir:
- I – O ciclo PDCA pode ser interpretado como um sistema cíclico de melhoria contínua, no qual a partir da avaliação e execução das melhorias, retorna-se a um novo estágio de planejamento, onde novas ações serão tomadas no sentido de melhorar aquilo que se encontra sendo executado.
- II – A filosofia do ciclo PDCA parte da metodologia japonesa denominada Kaizen, que preconiza justamente a melhoria contínua, onde tudo pode ser melhorado.
- III – São fases do ciclo PDCA: Planejamento – Plan; Ação – Do; Avaliação ou Verificação – Check; e, Ação Corretiva – Act.
- Estão corretas:
- a. Somente a afirmação I.
- b. Somente a afirmação II.
- c. Somente a afirmação III.
- d. Todas estão corretas.
- e. Nenhuma está correta.
4. As políticas de Responsabilidade Social Corporativa devem ser claramente definidas pela alta direção das empresas. Estas políticas devem ser documentadas, implementadas, mantidas e comunicadas para todas as pessoas que trabalham para esta empresa ou ainda às partes interessadas. Sobre este contexto e sobre os princípios da Responsabilidade Social, julgue as afirmações a seguir:
- I – O princípio da Responsabilização (accountability) diz respeito à condição de responsabilizar-se por decisões e atividades e, ainda, à condição de prestar contas destas decisões e atividades aos órgãos de governança, autoridades legais e às partes interessadas da organização.

ATIVIDADES



II – Os princípios de Responsabilidade Social Corporativa consideram somente como parceiros, ou stakeholders, os atores que se encontram internamente na empresa.

III – O princípio da Responsabilidade Legal diz respeito ao atendimento dos requisitos legais e outros requisitos subscritos pela organização. Trata-se de um princípio fundamental da Responsabilidade Social Corporativa e um dos primeiros a serem obedecidos e avaliados.

IV – A aplicabilidade dos princípios de direitos humanos e da diversidade não é obrigatória nas políticas de Responsabilidade Social Corporativa, tendo em vista que estas políticas dizem respeito somente às ações empresariais e não aos seus executores ou pessoas que possam, por elas, ser afetadas.

Estão corretas:

- a. As afirmações I e II, somente.
 - b. As afirmações I e III, somente.
 - c. As afirmações I, II e IV, somente.
 - d. As afirmações II, III e IV, somente.
 - e. Todas as afirmações.
5. Dentre os diversos conceitos sobre Responsabilidade Social Corporativa, um dos que apresenta maior destaque é o desenvolvido por Archie B. Carroll, professor emérito da Universidade de Geórgia, nos Estados Unidos. Para Carroll, as empresas têm a obrigação de promover ações filantrópicas como uma espécie de restituição à sociedade de parte das entradas que recebeu. Segundo a teoria desenvolvida por este professor, as empresas podem ser categorizadas em níveis, de acordo com um modelo piramidal. Sobre este modelo, julgue as afirmações a seguir:

I – O primeiro nível é denominado como “Nível de Responsabilidade Econômica”. Em tese, toda a empresa para ser responsável, deve ser lucrativa e as demais dimensões da RSC dependem do lucro para serem atingidas. Trata-se da base da RSC.

II – A Responsabilidade Legal é o segundo nível deste modelo e é atingida a partir do momento em que a empresa atua dentro dos limites legais impostos pela própria sociedade, a qual permite a existência do sistema econômico no qual a empresa opera.

III – A responsabilidade ética, terceiro nível neste modelo piramidal de Carroll, representa a expectativa de que a empresa faça o que é bom e justo, evitando o minimizando danos somente às pessoas. É importante que se diga que este nível

ATIVIDADES



não diz respeito, em nenhum momento, à minimização de danos ao ambiente.

IV – O último nível é denominado “Responsabilidade Filantrópica” e diz respeito às expectativas da sociedade para com a empresa, sendo que a primeira deseja que a empresa se comporte como “boa cidadã” a partir da execução de ações e programas que promovam o bem estar social.

Assinale a alternativa correta:

- a. Somente a afirmação I está correta.
- b. Todas as afirmações estão corretas.
- c. Todas as afirmações estão corretas, à exceção da afirmação II.
- d. Todas as afirmações estão corretas, à exceção da afirmação III.
- e. Nenhuma das afirmações está correta.



NA WEB

ISO 26.000: Maior qualidade na produção com Responsabilidade Social

Apresentação: A ISO, uma organização mundial que certifica a qualidade dos serviços e produtos, vai lançar um guia chamado ISO 26000. Mais que um selo, a publicação vai propor maior transparência e responsabilidade nas relações entre as empresas e o consumidor.

Link: <http://youtu.be/pp_ERQAaEko>.

REFERÊNCIAS

- AFLALO, H. M. O Instituto Ethos e a Responsabilidade Social: Transparência e Monitoramento. **Ecopolítica**, São Paulo, n. 2, p. 159-161, jan./dez. 2012.
- ALENCASTRO, M. S. C. **Empresas, ambiente e sociedade**: introdução à gestão socio-ambiental corporativa. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- BERTONCELLO, S. L. T., CHANG Jr., J. **A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação**. FACOM, São Paulo, n. 17, p.70-76, jan./jun. 2007.
- BRASIL. **Lei n.º 11.638**, de 28 de dezembro de 2007: Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Imprensa Oficial: 2007.
- CAMPOS, V. F. **TQC – Controle da qualidade total**: no estilo japonês. Belo Horizonte: Fundação Christiano Ottoni, 1992.
- CARROLL, A. Corporate Social Responsibility. **Business and Society**. v. 28, Sep 1999.
- CHARNOV, B. H. *et al.* **Sustentabilidade e responsabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CHARNOV, B. H.; MONTANA, P. J. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CIMBALISTA, S. Responsabilidade Social: um novo papel das empresas. **Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 23, n. 5-6, p. 12, maio/jun. 2001.
- IGARASHI, D. C. C., *et al.* Análise de alinhamento entre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade dos três maiores bancos em atividade no Brasil. **Contexto**, Porto Alegre, v. 10, n.18 p. 34-48, jul./dez. 2010.
- KONO, F. C. **Responsabilidade Social Corporativa**: Motivações e Benefícios do Comportamento Socialmente Responsável no Setor Bancário. 2006. 82 f. Monografia (Graduação em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MAZZEI, B. B. **Sustentabilidade e Responsabilidade Social** [org]. Edição Especial. Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR, 2009.
- SAVITZ, A. W. **The Tripple Bottom Line**. San Francisco, CA: Jossey Bass, 2006.
- SILVA, M. E. Z. da; PARDO, P.; COSTA, T. R. da. **Sustentabilidade e responsabilidade social**. Maringá: UNICESUMAR. s.n., 2014.
- SINGER, P. **Ethics**. Oxford: OUP, 1994.
- ZARPELON, M. I. **Gestão e responsabilidade social**: NBR16.001/SA 8.000 – Implantação e Prática. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.



REFERÊNCIAS

Citação de links

¹<<http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf>>. Acesso em: 16 de fev. de 2014.

²<<http://www.pereira.adm.br/artigos/artigo05.pdf>>. Acesso em: 31 de maio de 2016.

³<<http://www.infomoney.com.br/carreira/salarios/noticia/3181328/salario-minimo-para-suprir-despesas-deveria-ser-748-diz-dieese>>. Acesso em: 10 de fev. de 2014.

⁴ <http://www.ecopar.ufpr.br/artigos/a_086.pdf>. Acesso em 07. de abr. de 2016.



GABARITO

1. E

2. C

3. D

4. B

5. D



Prezado(a) aluno(a), a produção do livro “História e Doutrina Cooperativista” apresenta-se como uma contribuição aos seus estudos e ao seu futuro exercício profissional. Muitos dos conceitos e do conhecimento acerca destes temas estratégicos foram tratados, sempre com um foco realista e interdisciplinar, afinal, não será somente nesta disciplina que você verá palavras como “Empreendedor”, “Cooperativa”, “Associação”, “Inovação” e tantas outras relacionáveis.

Ao longo de nossas unidades, desvendamos os principais conceitos ligados ao cooperativismo. Da mesma forma, alocamos este conceito em seu desenvolvimento histórico, iniciando-se com as missões jesuíticas na América Latina, passando pelo marco Rochedaliano no século XIX e evoluindo até os dias atuais, onde verificamos a existência das várias vertentes ligadas ao cooperativismo e, ainda, uma estrutura bastante desenvolvida em termos de organizações representativas.

Ademais, também tivemos a oportunidade de evidenciar outras organizações associativas, sendo elas as próprias associações e os sindicatos. Verificamos a existência de semelhanças e diferenças conceituais e práticas, além de evidenciar os próprios princípios que fazem parte da doutrina cooperativista, partindo das comparações realizadas entre esta organização (cooperativa) e as demais tratadas.

Contudo, sei que muitos conceitos e muitas das discussões realizadas neste material não se acabam por aqui, podendo gerar novas dúvidas e levá-lo(a) a um novo estado de crise, contra sua plenitude. Se você leu atentamente este material, certamente irá gostar de estar em crise e de estar frente aos novos desafios, ou seja, você terá a atitude empreendedora necessária para descobrir mais sobre este mundo tão vasto e complexo ligado às Cooperativas e às Organizações Associativas.

Estarei sempre à sua disposição para ajudá-lo(a) nestes assuntos e desejo encontrá-lo(a) em uma próxima oportunidade para discutirmos outros enfoques sobre este assunto.

Um grande abraço!

